



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA
DO CEARÁ
Contribuição à História Nacional***

LEANDRO MACIEL SILVA

JOÃO PESSOA – PB

2013

**TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA
DO CEARÁ**
Contribuição à História Nacional

LEANDRO MACIEL SILVA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury

Área de Concentração: **História e Cultura Histórica.**

Linha de pesquisa: **Ensino de História e Saberes Históricos.**

JOÃO PESSOA – PB

2013

S586t Silva, Leandro Maciel.

*Tristão de Alencar Araripe e a história da província do Ceará:
contribuição à história nacional / Leandro Maciel Silva.-- João
Pessoa, 2013.
104f.*

Orientadora: Cláudia Engler Cury

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL

*1. Araripe, Tristão de Alencar, 1789-1884. 2. História - Ceará. 3.
Historiografia cearense.*

UFPB/BC

CDU: 981.31(043)

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ
Contribuição à História Nacional

LEANDRO MACIEL SILVA

Dissertação de Mestrado enviada em ____/____/____ com conceito_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba.
Orientadora

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Professor de História da Universidade Federal da Paraíba.
Convidado

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande.
Examinador Externo

Prof^a Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba.
Examinadora Interna

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande.
Examinador Externo - Suplente

Prof^a Dr^a. Telma Dias Fernandes.
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba.
Examinadora Interna - Suplente

*À Roberta França, pelo amor.
Aos meus pais, Francisco e Francisca, pela luta.
Aos meus avós, Maria e Leôncio, pelas histórias.*

À Gleidiane, Iris, João Aurélio, Luã, Rafael, Ramona e Tuan, pela amizade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Roberta Cavalcante de França por fazer parte deste empreendimento. Saiba que eu não conseguiria sem a sua ajuda e compreensão. Obrigado pelos sonhos, beijos, olhares e sorrisos – eles me fazem respirar.

Devo minha formação acadêmica ao curso de História da Universidade Federal do Ceará – UFC e ao curso de mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. No entanto, a minha formação intelectual foi também construída pelos vários textos lidos e debatidos nos corredores ou em grupos de estudo ao longo da graduação e da Pós-Graduação (2006-2010) (2011-2012). Agradeço em especial a: (*graduação*): Gleidiane F. Souza, Marcos Luã, Rafael Parente, Ramona Gerônimo, Tuan R. Fernandes; (*mestrado*): Bruno Cezar, Iris Mariano, João Aurélio, Jônatas Xavier, José Rodrigo Araújo, Júlio César, Lidiana Justo, Rodrigo Henrique e Thiago Oliveira.

Agradeço também:

Aos tantos amigos e amigas que me ajudaram a viver o sonho de morar em João Pessoa durante o ano de 2011. Obrigado pelo apoio, tanto moral quanto financeiro.

A Tuan Roque Fernandes pelas tantas conversas sobre história e conhecimento, pela sua contribuição e apoio na formulação do projeto de pesquisa, e ainda pelas críticas e correções ao longo da escrita da dissertação. Espero um dia poder retribuir tanta consideração.

Aos professores/as do PPGH-UFPB, em especial: Elio Chaves, Raimundo Barroso, Regina Célia, Regina Behar, Serioja, Solange e Telma.

Ao professor Clarindo, que colaborou para a correção e melhoria do texto apresentado na qualificação. Obrigado pela leitura atenta e criteriosa.

Ao professor Ângelo Emílio, que me orientou sobre a grande responsabilidade de ser professor e pesquisador em História. Suas lições serão sempre lembradas quando me faltar referências profissionais.

À Cláudia Engler Cury, que gentilmente aceitou o difícil trabalho de orientar os rumos desta pesquisa. Obrigado pela atenção, apoio e incentivo.

À Revista Vide História, por ter se transformado num espaço promissor e inovador da escrita da história.

Ao Capes, pela bolsa.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	I
SUMÁRIO.....	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
1. O CAMINHO DA PESQUISA - A ESCOLHA PELA HISTORIOGRAFIA	1
1.1 ESCREVER A HISTÓRIA	8
1.2 O SÉCULO XIX E A CRIAÇÃO DAS NAÇÕES	9
1.3 O IHGB E ESCRITA DA HISTÓRIA NACIONAL	11
1.4 VARNHAGEN E A HISTÓRIA NACIONAL	14
1.5 PARTES DESTA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA	15
2. TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ	17
2.1 TRISTÃO SOB O SIGNO FAMILIAR	18
2.1.1 Sua formação política e intelectual e sua obra	23
2.2 ESCREVER A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ PARA A CORTE	26
2.3 TRISTÃO E O IHGB.....	29
2.4. PROJETOS PARA A HISTÓRIA NACIONAL.....	32
2.4.1 Política e Historiografia.....	34
2.4.2 O IHGB e a Escrita da História Nacional.....	39
3. CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA NACIONAL – A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ	46
3.1 AS CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA PRESENTES NA OBRA DE TRISTÃO: A CONFERÊNCIA COMO CUMPRE ESCREVER A HISTÓRIA PÁTRIA (1876)	52
3.2 – OS CAPÍTULOS QUE CONSTITUÍRAM O LIVRO	58
4. A OBRA PELOS SEUS LEITORES PÓSTEROS	72
4.1 A FALTA	72
4.2 A CONTRADIÇÃO	77
4.3 O INSUCESSO.....	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
6. BIBLIOGRAFIA	88

Resumo

Este trabalho – vinculado à linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica – tem por objetivo perceber o lugar social de Tristão de Alencar Araripe, tanto do ponto de vista familiar e político, quanto historiográfico. Tristão foi integrante de umas das principais famílias do Ceará, que ainda hoje é lembrada pela participação de alguns de seus membros nos acontecimentos políticos 1817 e 1824. Sob essa influência, Tristão inaugurou a escrita da história do Ceará. Seu livro, *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*, publicado em 1867, é o primeiro esforço metodológico para se escrever a história do Ceará – da Colônia ao Império. Tristão escrevera sua história no momento mesmo em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) propunha a escrita da história nacional do Império do Brasil. Uma das estratégias para perceber o lugar social de Tristão foi o de analisar a sua relação com a referida Instituição. A influência do IHGB deu contornos diferenciados em seu trabalho. A defesa aqui é a de que Tristão pretendia contribuir com a escrita da História Nacional do Império do Brasil. A pretensão de Tristão era uma história nacional a partir das histórias locais, provinciais.

Palavras-chave: Tristão de Alencar Araripe; Historiografia cearense; História do Ceará.

Abstract

This work - belonging to the line of research of Teaching of History and Historical Knowledge in the Post Graduation Program in History of the Federal University of Paraíba, within the área of Historic Culture – has as objective perceive the social place of Tristão de Alencar Araripe both from the standpoint of family and political, as historiography. Tristão was a member of one of the main families of Ceará, which is still remembered for the participation of some of its members in the political events in 1817 and 1824. Under this influence, Tristão opened the writing of history of Ceará. His book, History of the Province of Ceará from earliest times to 1850, published in 1867, is the first methodological effort to write the history of Ceará - Colony to Empire. Tristão wrote his story at the very moment that the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) proposed the writing of national history of the Empire of Brazil. One of the strategies to perceive the social place of Tristão is to analyze their relationship with the Institute. The influence of IHGB gave different contours in their work. The defense here is that Tristão wanted to contribute to the writing of national history of the Empire of Brazil. The pretense of Tristão was a national story from the stories local, provincial.

Keywords: Tristão de Alencar Araripe; Ceará Historiography, History of Ceará.

1. O CAMINHO DA PESQUISA - A ESCOLHA PELA HISTORIOGRAFIA

No ano de 2009, quando cursava a disciplina Oficina de História do Ceará, do curso de História da Universidade Federal do Ceará, tive o primeiro contato com a diversidade de livros produzidos sobre a História do Ceará. Naquele momento, fomos estimulados pelo professor Francisco Régis Lopes Ramos a realizar um estudo comparativo sobre essas produções, afim de que acompanhássemos o percurso historiográfico sobre o Ceará.

O contato com essas obras era mais que oportuno para quem desejasse entender a historiografia cearense, fosse para o seu uso em sala de aula, como também para material de pesquisa acadêmica. A disciplina propunha ser uma “Oficina” realmente, fazendo com que os/as estudantes pudessem comparar os materiais disponíveis para o ensino e pesquisa sobre a História do Ceará. Desta forma, muitos estudos comparativos foram feitos com a finalidade de uso didático dessas produções. A proposta era entender a regularidade dos temas apresentados nos livros, bem como perceber as suas nuances e o lugar social de seus autores.

Mesmo sendo uma disciplina direcionada à prática em sala de aula, é inegável o valor dessas produções para as pesquisas sobre a escrita da história do Ceará. Nessa oportunidade pudemos ler e discutir obras como a *História da Província do Ceará* (1867), de Tristão de Alencar Araripe; *História do Ceará – resumo didático* (1931), de Cruz Filho; *Pequena História do Ceará* (1953), de Raimundo Girão; dentre outros.

Outra experiência marcante, também no curso universitário, foi a realização da disciplina Historiografia cearense, com o professor Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho. O objetivo, naquele momento, era um estudo sistemático de textos e autores cearenses que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento das pesquisas sobre o Ceará, eram eles: Tristão de Alencar Araripe, Pedro Théberge, João Brígido, Barão de Studart, Thomaz Pompeu Sobrinho, etc.

Foi naquele momento também que pude ter contato com os estudos sobre teoria e história da historiografia, lendo livros como *História Velha* (1996) e *História Escrita* (2006), organizados por Jurandir Malerba; *A Escrita da História* (2ª ed. 2010), de Michel de Certeau; e o artigo *Nação e Civilização nos trópicos* (1988), de Manoel Luiz

Salgado Guimaraes. A disciplina também possibilitou a leitura de trabalhos recentes sobre historiografia cearense, dentre os quais destaco o livro *Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará* (2006), fruto da monografia em História, da historiadora Ítala Byanca Moraes da Silva. Lembro que essas leituras tiveram grande impacto na minha formação, influenciando diretamente na minha decisão sobre o tema de pesquisa e na possibilidade de me tornar um pesquisador em História.

Como trabalho final da disciplina de Historiografia cearense, preparei um pequeno ensaio sobre a produção de Tristão de Alencar Araripe, analisando algumas leituras e alguns leitores da *História da Província do Ceará* (1867). Com o incentivo de continuar pesquisando Tristão e sua produção, concluí o semestre decidido a tentar o curso de mestrado em História. Avaliei que dispunha dos materiais necessários para iniciar o percurso da pesquisa, mas sabia das dificuldades da trajetória.

A experiência na disciplina de Historiografia Cearense havia me apresentado não apenas novas leituras e autores que não conhecia, mas me anunciado novos temas e perspectivas para o estudo da História. A Historiografia, enquanto área do conhecimento, tendo a própria ciência História como objeto de estudo, me pareceu o lugar mais adequado para os meus questionamentos epistemológicos. Assim, a Historiografia foi o ponto de partida para as minhas investigações. Mas como historicizar (ou historiar) a História? Como tratá-la historicamente?

A busca por responder essas questões me levou (e ainda me leva) aos estudos sobre a escrita da história e a autores como Roland Barthes, Hayden White, Paul Veyne, Michel de Certeau e Michel Foucault, dentre outros. A partir deles, cheguei à conclusão de que só tratando a História como um discurso é que eu poderia concebê-la como uma operação prática, munida de historicidade. Desses autores, o que mais me influenciou (e influencia) foi Michel de Certeau, com o seu livro *A Escrita da História* (2010).

Assumo que a postura de Certeau é por vezes diferente da que poderia ser atribuída a Hayden White, que pelas suas críticas em *Metahistória* (1973) e *Trópicos do Discurso* (1978), nos leva a pensar que a narrativa histórica é destituída de qualquer legitimidade, por não conseguir carregar consigo a verdade científica almejada por tantos historiadores desde o XIX. Michel de Certeau, por sua vez, não deixa de criticar os discursos produzidos pela História, mas os concebe como uma “operação historiográfica” que detém mecanismos de regulação construídos e mantidos pelos/as historiadores/as. Foi só depois de apreender a “operação historiográfica” que pude

perceber as possibilidades e a legitimidade de estudos “na” História e “sobre” a História. Funcionou como uma espécie de virada epistemológica pessoal.

Essa operação, composta por um lugar social, por uma prática e por uma escrita, nos possibilita entender que o texto de história carrega consigo uma carga discursiva que está para além do autor, assim como um discurso, que é proferido por alguém, mas está vinculado a um conjunto maior de códigos culturais e políticos da sociedade ou de grupos profissionais. (CERTEAU, 2010) (FOUCAULT, 1971).

Com relação ao curso de mestrado, o projeto de pesquisa endereçado à seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba tinha a intenção de explorar a relação entre a *História da Província do Ceará* e outros quatro livros de história do Ceará. A hipótese era de que esses livros posteriores ao de Tristão mantinham relação direta com os temas já explorados por este autor. O objetivo era o de perceber a criação de uma “tradição” na escrita da História do Ceará e explorar os seus usos didáticos. Apesar de manter grande afinidade com esse projeto inicial, que relacionava escrita da história, ensino de história, livro didático, etc. o foco da pesquisa se transformou ao se deparar com alguns problemas.

Ao final de 2010, no período de seleção para o curso de mestrado no PPGH-UFPB, apresentei o projeto em um seminário de pesquisa. Naquele momento fui questionado sobre o ambiente intelectual de Tristão e a relação que a sua produção teve com a escrita da história do Brasil. Embora tivesse como referência o trabalho de Ítala Byanca M. Silva (2006), percebi que muito ainda havia de se pesquisar para compreender, em particular, Tristão de Alencar Araripe e sua escrita e, de modo geral, a escrita da história no século XIX no Brasil. Foi assim que cheguei às produções do IHGB e suas revistas, que concentravam grandes debates em torno de temas político-econômicos e sociais, além de reunir muitos intelectuais - estudiosos do passado e do presente da pretensa nação do Brasil.

Como as melhores perguntas são aquelas que não temos a resposta imediata, a pesquisa mudou de foco, no entanto, essa transformação atendia as minhas expectativas e inquietações a respeito da epistemologia da história, da teoria e história da historiografia e o caminho da História no Brasil.

A pesquisa ganhou um novo panorama, voltando-se para o IHGB e o vínculo de Tristão com essa instituição. Estudando a historiografia brasileira do século XIX e comparando-a a historiografia cearense, minha principal inquietação foi perceber que o

“primeiro” livro sobre história do Ceará,¹ *História da Província do Ceará – desde os tempos primitivos até 1850* (publicado em 1867), foi escrito no mesmo momento em que se estava discutindo como deveria ser formulada a escrita da história nacional do Império do Brasil.² Como localizar a história escrita por Tristão de Alencar Araripe dentro desta discussão? Quais as motivações para escrever a história da província, quando o que estava em questão era a escrita de uma história nacional? Esses foram os meus questionamentos nesse momento da pesquisa.

Com a mudança do foco na pesquisa, minha ideia foi a de relacionar a história produzida por Tristão à outra obra de grande impacto na historiografia brasileira: a *História Geral do Brasil* (1853-57), de Francisco Adolpho de Varnhagen, numa tentativa de ilustrar os projetos diferenciados ou mesmo antagônicos, embora com alguma aproximação, que estavam em discussão no IHGB. Os dois projetos, o de Varnhagen e o de Tristão, são relevantes para se compreender as tensões sobre o modelo de escrita da história nacional naquele momento.

O projeto tinha como título *Do Nacional ao Provincial – Varnhagen e Tristão de Alencar Araripe*, pois até então minha hipótese era que de Tristão Alencar Araripe escrevera sua história baseado na escrita de Varnhagen. Ao longo da pesquisa não tive como explorar a vasta obra de Varnhagen, porque estava muito ocupado com a pesquisa sobre Tristão. A *História Geral do Brasil* também não foi consultada por Tristão antes do autor escrever sobre a história da província do Ceará, como será melhor explorado a seguir. Apesar de ser mais que oportuna uma comparação entre as duas obras em questão, não pretendo aqui explorar a obra de Varnhagen e sua relação com a *História da Província do Ceará* e Tristão de Alencar Araripe.³ Meu foco está na obra de Tristão e sua relação com o ambiente intelectual e político do IHGB.

¹ A questão da primazia da obra de Tristão será mais bem explorada nos capítulos seguintes.

² Bem como de outras discussões e medidas que tomariam força nas próximas décadas e transformariam a sociedade brasileira de forma indelével, como: a Lei de Terras, o fim da escravidão, a imigração estrangeira, bem como de outros temas políticos e sociais que suscitavam o posicionamento político dos distintos grupos sociais e particularmente os dirigentes políticos, como Tristão. A referência e valorização acima, no corpo do texto, tenta indicar que essas transformações também eram formuladas e discutidas no interior do IHGB pelos intelectuais, dentre eles muitos políticos e militares, que o compunham.

³ Não se trata apenas de uma questão de pretensão, mas também das possibilidades reais para realizar a pesquisa necessária sobre a vasta obra de Varnhagen ao mesmo tempo em que os documentos sobre os escritos de Tristão são garimpados.

Pesquisando a vida de Tristão de Alencar Araripe percebi que ele esteve envolvido diretamente no processo de formação do Estado nacional brasileiro ao longo do século XIX. Foi membro de uma das mais tradicionais famílias do interior do Ceará, a família Alencar, que teve grande prestígio político no século XIX. Acumulou funções no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, além de ter sido sócio do IHGB e conselheiro do Imperador. Seus vínculos com a política e com as letras o levaram a escrever a história do seu torrão natal. E sendo um letrado no século XIX que se aventurou pela escrita da história, não poderia se distanciar do principal espaço de fomento para a produção historiográfica nacional no século XIX no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

Diante dessas constatações o objetivo deste trabalho é perceber como a *História da Província do Ceará*, de Tristão de Alencar Araripe, pode ser entendida numa ampla e tensa disputa sobre como deveria ser escrita a História do Brasil no século XIX.

Pela associação de Tristão ao IHGB, e da importância desse lugar na escrita da história no século XIX, a pesquisa teve como material de investigação as revistas deste Instituto, como também das publicações de Tristão antes e depois de seu ingresso no Instituto. Com isso, pretendo perceber as tensões políticas e historiográficas no interior do Instituto e como isso possibilitou e influenciou propostas como a de Tristão.

Por fim, partindo da consideração de que a historiografia não só lida com o produto do trabalho do historiador, mas também com as suas apreensões sobre o que é a história – do ponto de vista teórico e metodológico –, a escolha pela historiografia se constitui como um posicionamento teórico que implicará na metodologia empregada, partindo do pressuposto de que a produção historiográfica pode ser representativa do seu lugar social. Portanto, a historiografia está atenta (ou deveria), aos discursos produzidos na História.

Arno Wehling, no seu artigo “Historiografia e epistemologia histórica” (2009), discute a possibilidade da historiografia se tornar o “laboratório” de uma epistemologia histórica. É com a defesa desse ponto de vista que as análises neste trabalho serão feitas. Entendo, portanto, que a historiografia é capaz de perceber a própria ciência da história como objeto de reflexão, de que a História pode ser compreendida historicamente. E é a

partir da historiografia que a pesquisa trata da cultura histórica⁴ do século XIX no Brasil, mais especificamente da cultura historiográfica promovida pelo IHGB.

Ao tentar perceber a “cultura historiográfica” do período, não pretendo desenhar um padrão de escrita da história desenvolvido no XIX; muito pelo contrário, a pretensão é entender as tensões entre os vários projetos sobre como deveria ser escrita a história, principalmente a história nacional. Uma cultura historiográfica marcada pela disputa, não pela homogeneidade ou por um modelo de história a ser seguido. O IHGB, nesse sentido, se configurou como o palco dessas disputas, aprovando e rejeitando os projetos a ele endereçados. O IHGB é por mim entendido como um espaço relativamente heterogêneo, marcado pela divergência de seus sócios, que compactuavam ao mesmo tempo com o projeto de uma história nacional do Império.⁵ Nesse sentido, o IHGB se configurou como o palco dessas disputas, aprovando e rejeitando os projetos a ele endereçados.

Mas não poderíamos falar de modelo hegemônico? Não seria a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, um modelo a ser seguindo?

Penso que a obra máxima de Varnhagen teve grande impacto, mas não foi adotada como a “obra máxima”, a “última e mais completa” sobre a História do Império do Brasil. Para tentar tratar desse sentimento de incompletude, são de grande valia as palavras de Capistrano de Abreu no *Necrológio de Varnhagen*, em 1878.

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as acções e formular-lhes teoria; representá-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem consegui-lo-ia.

⁴ “Cultura histórica”, para Jacques Le Goff (2003, p. 47-48), é a maneira com que as sociedades ou as pessoas lidam com o passado.

⁵ Um levantamento da composição política e social dos sócios do IHGB deixa claro que esses letrados tinham uma origem social e econômica bastante parecida. No entanto, a participação desses sócios no IHGB se dá de diversas formas, seja na composição de grupos internos organizados por projetos políticos, ideológicos ou intelectuais que favoreciam a política vigente, ligada ao Imperador; seja em grupos que almejavam projetos diferentes dos que estavam sendo desenhados na política. Recomendo a leitura de GUIMARAES (1995).

Fa-lo-á alguém? Esperemos que sim. Esperemos que alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto Seguro.

Sinais de renascimento nos estudos históricos já se podem perceber. Publicações periódicas vulgarizam velhos escritos curiosos, ou memórias interessantes esclarecem pontos obscuros. Muitas províncias compõem as respectivas histórias. Períodos particulares, como a Revolução de 1817, a Conjuração Mineira, a Independência, o Primeiro Reinado, a Regência, são tratados em interessantes monografias. Por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto.

Que venha, e escreva uma história da nossa pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do consensus, mostre-nos o rationale de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos. Mas, ah! Bem pouco digno serás de tua missão, oh! nobre pensador, se não sentires a gratidão inundar-te o peito, se não sentires o respeito e a veneração dominarem-te a alma, se não ajoelhares fervoroso e recolhido ante o túmulo de um grande combatente, que jamais abandonou o campo – Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. (ABREU, 1878, apud PEREIRA; SANTOS, 2010, p. 64-65).

Essa passagem é significativa por duas razões: a primeira é que ela aponta a relação entre dois modos de se fazer o conhecimento histórico: de um lado aqueles que procuram os fatos (escavam os documentos, demonstram-lhes autenticidade, desvenda mistérios, etc.); por outro, aqueles que interpretam os fatos, generalizam-nos e constroem teorias. A segunda razão é da consideração de que havia naquele momento indícios de um aprimoramento científico na área de história, que propiciava que historiadores “vulgarizassem velhos escritos curiosos” e suas monografias tratassem de temas políticos marcantes como a Revolução de 1917, Independência, Regência, etc. Por fim, é significativo perceber que ainda havia uma expectativa sobre o aparecimento do “arquiteto”, aquele que, preparado pelos novos métodos científicos, levaria em consideração as monografias sobre as histórias provinciais ou de fatos isolados, como também de obras de relevo como a de Varnhagen.⁶

⁶ Procurei explorar mais sobre esses modelos e concepções sobre como deveria ser escrita a História Nacional do Império do Brasil na sessão Projetos para a História Nacional (2.4).

1.1 Escrever a História

O que fabrica o historiador quando “faz história”?

Michel de Certeau (2010:65)

A interrogação acima abre a “operação historiográfica” proposta por Michel de Certeau. O texto foi publicado primeiramente na coletânea *Faire de l’histoire*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1974. Depois de revisado e ampliado, a “operação” fez parte, como capítulo, do livro *A Escrita da História* (1975). Para o questionamento de Certeau, uma resposta possível seria: *discursos*. Assumindo todos os riscos de uma resposta rápida, mas também das vantagens de uma afirmativa direta, podemos dizer que os historiadores produzem discursos sobre o passado quando fazem a escrita da história.

Certeau, em *A Escrita da História*, analisou a alegoria desenhada por Jan Van der Straet sobre o encontro entre o explorador (Américo Vespúcio) e a índia (América). O autor estabelece a relação de dominação de um sobre outro: “Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria *história*”. Percebendo ser uma nova terra, inexistente dos mapas, esta levará o nome de seu “inventor” (Américo). “Mas o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso de poder. É a *escrita conquistadora*” (CERTEAU, 2010, p. 9) (grifos meus).

Para Certeau (2010), “a *escrita da história* é o estudo da escrita como prática histórica” (p. 10). Assim, os historiadores devem estar atentos aos lugares de produção das escritas que analisam, pois será com esse cuidado que perceberão que cada história é marcada pelo seu tempo. Nesse sentido, a história deve ser entendida como fazendo parte de uma historicidade: “O passado é, também, ficção do presente” (p. 21).

Michel de Certeau foi, certamente, um dos principais historiadores que se preocupou com os discursos produzidos pelos historiadores sobre o passado. Sua intenção em *A Escrita da História* foi de perceber a história como uma *operação*, “compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma

profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)” (p. 66).

É essa relação entre real e discurso que chama atenção de Certeau, a “historiografia (quer dizer ‘história’ e ‘escrita’) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso” (p. 11). Mas o que deve se destacar é que a historiografia tem um lugar; é parte da história - da qual tem como objeto. “O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar” (p. 21).

A partir dessas orientações sobre a operação historiográfica, dos discursos produzidos pelos historiadores e das relações que a escrita da história tem com o seu tempo e com o passado é que este trabalho foi pensado. Nele, percebi quais os discursos produzidos sobre história no século XIX no Brasil; os projetos sobre qual deveria ser o modelo dessa escrita; o lugar social promotor desses projetos; e o espaço ocupado pelo historiador cearense Tristão de Alencar Araripe naquele momento.

1.2 O Século XIX e a Criação das Nações

O século XIX é assumido como o século das “invenções” das nações modernas, segundo muitos autores, alguns citados a seguir. A palavra invenção, já amplamente usada na historiografia recente⁷, deve ser entendida como o uso de procedimentos elaborados, tanto intelectuais quanto concretos, para criar o objeto desejado. Inventar as nações ao longo do século XIX foi uma marca dos Estados modernos. Eles almejavam a sua consolidação política-administrativa, econômica e cultural por meio de amplos processos simbólicos e práticos/concretos. As medidas foram desde a criação das constituições, que para a maioria dos Estados fundamentavam o regime republicano; delimitação das fronteiras; institucionalização de uma língua comum; até a “invenção de tradições” (HOBSBAWM e RANGER, 1997) para uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008).

Ao fim e ao passo, o que se pretendia era forjar uma identidade nacional que servisse ao Estado em elaboração/consolidação. Para isso, muitos meios foram

⁷ O historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr explora a utilização da palavra invenção no livro “História - A Arte de inventar o passado”, 2007, página 19, NOTA 1.

empregados, inclusive a promoção de uma escrita da história compatível com os projetos nacionais. A história como biografia das nações (FURET, 1967).

Para Eric Hobsbawm, o nacionalismo foi uma premissa para as Nações. O sentimento de nacionalidade foi necessário à própria nação, de modo que esta não existiria sem o nacionalismo. Promover ou estimular o sentimento de nacionalidade foi o grande objetivo dos Estados do século XIX (HOBSBAWM, 1998).

Um dos autores que se dedica à compreensão da formação do sentimento de identidade nacional é Stuart Hall. No terceiro capítulo de seu livro “*A identidade cultural na pós-modernidade*” (2006), Hall se dedica a análise da identidade nacional, ou de como, a partir das culturas nacionais, a identidade nacional é (ou foi) pensada.

A discussão inicial do autor é de que a identidade nacional não é inerente ao ser humano; não nascemos sujeitos nacionais, mas o discurso empregado nos leva a essa compreensão. A defesa é de que “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos” (HALL, 2006, p.49). Sendo assim, podemos pensar a cultura nacional como um *discurso*, um sistema de representações que produz sentidos, que podemos nos identificar e que constrói identidades.

A partir dessa consideração, Hall passa a usar o conceito de “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson (2008), indicando que a identidade nacional é formada a partir de uma narrativa sobre nação. As perguntas impulsionadoras são: como é imaginada uma nação moderna? Que estratégias representacionais são acionadas para construir nosso senso comum sobre o pertencimento ou sobre a identidade nacional?

O autor elenca cinco narrativas usadas para sustentar a ideia de “identidade nacional”. A primeira é a “*narrativa de nação*”, construída através da história, da literatura e - nas sociedades contemporâneas - da mídia, produzindo sentidos e significados à “comunidade imaginada”. A segunda é a “ênfase nas *origens*, na *continuidade*, nas *tradições* e na *intemporalidade*”: nela, os elementos nacionais são pensados como sendo suspensos e imutáveis – podem estar adormecidos, não mortos. A terceira estratégia discursiva é a da “*invenção das tradições*”, onde, segundo Hobsbawm e Ranger (1998: 01), as “tradições que parecem ou alegam ser antigas, são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas”. A quarta é a do “*mito fundacional*”, que vincula a nação a um passado “mítico”. Por fim, a noção de um “*povo puro, original*”.

A partir dessa produção narrativa sobre a Nação podemos estabelecer uma relação entre a constituição dos Estados nacionais e a história, afinal a história estará no

centro da produção do discurso nacional, estabelecendo uma escrita para o passado do Estado e da pretensa Nação, criando-a através deste discurso. É nessa perspectiva que a historiografia brasileira foi pensada no século XIX, como fomentadora de uma nacionalidade a partir de uma escrita da história, uma escrita que dará ao Estado Imperial brasileiro a pretensa história nacional desejada.

A defesa aqui é que a escrita da história também se constitui como um fato histórico que influencia e mobiliza ações políticas, econômicas, culturais e simbólicas na sociedade. Assim, o discurso sai do nível simbólico e passa a ter uma ação prática no âmbito social. A *História da Província do Ceará* de Tristão colaborou para uma imagem do Ceará e de sua inserção no cenário intelectual e político da Corte. Seu livro foi reflexo e influenciador de ações promovidas pelo Estado, que pôde conhecer a história da província do Ceará e os desafios para a sua melhoria.

A proposta de interpretação foi influenciada pelos estudos sobre a escrita da história do século XIX, que tem como um dos principais colaboradores o professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, que explorou a influência do IHGB na historiografia deste período.

1.3 O IHGB e Escrita da História Nacional

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um dos principais órgãos culturais do Estado brasileiro do século XIX e a sua função foi promover os estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Brasil.⁸

A criação do Instituto se deu em 1838 e a sua intenção era promover uma identidade do Brasil. Para isto, o fez por base na História e na Geografia desse vasto país, que já estava no processo de construção como Estado, mas não como Nação. Tratava-se de promover a nacionalidade e a Nação, tendo como principal instrumento

⁸ A leitura de autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998) e Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995) foram imprescindíveis para o desenvolvimento desse tópico, que pretende entender quais as ações empreendidas pelo IHGB para o fomento de uma escrita da história nacional. Lembrando que o IHGB foi fundado em 1838-39 e teve suas ações desenvolvidas no momento mesmo da constituição do Estado nacional brasileiro. A participação e acompanhamento das atividades pelo Imperador demonstra o nível de importância que a instituição tinha para Estado. O financiamento de pesquisas, bem como de outros gastos, também vinculava o instituto ao Estado, embora muito sócios defendessem a separação entre o Estado e as ações do IHGB. Outra vinculação é a presença ou interferência dos sócios na política, seja pela participação direta (senadores, deputados), seja por meio da influência.

para isso uma escrita da história que colaborasse para a construção da Nação. O Estado precisava de uma história - de um passado que estivesse de acordo com as aspirações de uma identidade nacional, requisito necessário para todas as nações modernas.

A História Nacional do Brasil pretendida pelo IHGB teria de se fazer em consonância com a ordem emergente do Estado brasileiro, ou seja, de acordo como o projeto imperial a partir de 1840, que tinha como figura central o príncipe herdeiro D. Pedro II.⁹ O Instituto contribuiria assim decisivamente para legitimar esse projeto imperial, colaborando para a centralidade e para o ideal nacional. Mas para isso precisava-se definir o modelo que seria adotado para a História Nacional.

Em 1840, o Instituto lançou o concurso “como deveria ser escrita a história do Brasil”. O texto premiado foi oferecido por Karl Philipp de Von Martius, um viajante e botânico alemão que já havia viajado pelo Brasil, portanto, conhecia o território do Império. Sua dissertação intitulada “Como se deve escrever a História do Brasil”, foi publicada na Revista do IHGB, número 24, de janeiro de 1845. Nessa monografia, Von Martius define como deveria ser escrita a história do Brasil, quais seriam os temas relevantes à história nacional. Para José Carlos Reis (2007), citando Mário Barata, o projeto de Martius propunha que a identidade do Brasil deveria ser buscada pelo que ele teria de mais singular, que era a “mescla das raças”. Assim, na leitura de Reis, Martius “lançou os alicerces do *mito da democracia racial brasileira*” (REIS, 2007, p. 26). Ainda segundo Reis (2007), este mito seria recuperado, com algumas alterações, por Gilberto Freire.

O que pode ser ressaltado desse projeto é que ele foi, em larga medida, aceito e difundido pela “boa sociedade”. Assim a compreensão de que os portugueses foram os senhores da colonização e continuariam sendo o ideal de civilidade e de progresso foi estendido para muitos setores sociais, sobretudo na Educação e na Política. Havia, pois, uma legitimação para a continuidade desse projeto empreendedor português para a “sociedade brasileira”, caracterizado pelo Império do Brasil, que tinha como representante máximo um descendente da família real portuguesa, D. Pedro II. A nação

⁹ Embora a criação do IHGB tenha se dado no final do ano de 1838 e o “golpe da maioria” tenha acontecido dois anos depois, em 1840, considero que o projeto político já se anunciava nesse meio tempo. Desse modo, conservo a menção acima de que as ações do IHGB atendiam, ou foram elas mesmas, fruto das intenções e projetos que estavam sendo discutidos para o Estado. Levo em consideração as grandes tensões políticas, econômicas e sociais, acontecidas no Período Regencial, e na tentativa de amenizar essas tensões regionais a partir de um projeto unificador e moderador, o “Golpe da Maioridade” e o Segundo Reinado.

brasileira seria um grande império, tal qual Portugal. O Brasil seria um continuador do projeto português em expansão e progresso. Portanto, o passado brasileiro, para Von Martius, começaria em Portugal, depois na presença portuguesa no território brasileiro, e em seguida no desenvolvimento das atividades portuguesas nas terras *brasileiras* com o auge na independência e na formação do Império.

O império deveria estar centralizado na figura do Imperador, representante da raça branca e europeia no Brasil. Quanto à consideração das “raças brasileiras”, Martius não se detém à “raça africana” para a constituição do Brasil, ou pelo menos não lhe dá lugar de importância nesse processo. Sua leitura foi a de que esta estaria ligada à força de trabalho, e que seria incorporada, absorvida, pela “raça superior” por meio do “branqueamento”. Detém-se nos indígenas, que deveriam ser guiados pelos portugueses e colaborar com o progresso.

Mas o projeto da história do Brasil também passaria pelo conhecimento desse vasto território. Portanto, o (re)conhecimento das várias províncias do Brasil seria também de interesse para o historiador que se propusesse a escrever a história nacional. As histórias provinciais também deveriam compor essa história, a história do Brasil se constituiria também da somatória das histórias provinciais. A história nacional seria uma composição dessas histórias “menores”, mas de importância vital para a unidade da nação.¹⁰ Uma Nação deveria reconhecer as suas partes formadoras, considerá-las na sua história, reconhece-las como parte do seu passado.

Lançadas as diretrizes para a escrita de uma história nacional, agora o espaço estava aberto para as intervenções de grandes intelectuais que materializassem o projeto de Martius e, por consequência, o interesse maior do IHGB e do próprio Estado Imperial. Seria uma história fundante para o IHGB e para o Estado, pois não consideravam as escritas de uma “história” do Brasil anterior. Isso porque Pero Magalhães de Gândavo, com *História da Província de Santa Cruz* (1576); frei Vicente de Salvador, com *História do Brasil* (1627); Sebastião Rocha Pita, com *História da América portuguesa* (1730); e Robert Southey, com *História do Brasil* (1810) já tinham escrito suas obras, mas estas não se enquadravam no ideal de escrita do passado para a

¹⁰ Um pouco desse debate sobre “centralismo” e “federalismo” será tratado mais adiante. Por hora, temos que entender que as fraturas locais e regionais ameaçavam a unidade nacional, por isso a preocupação de muitos intelectuais em defender a unidade, sem deixar de lado a importância das localidades. Não esqueçamos que o Período Regencial contou com várias revoltas, que ameaçavam a pretensa unidade. Recomendo a leitura de BASILE (2004) e (2009).

formação da Nação segundo o IHGB. Talvez Robert Southey tenha sido o mais criticado, por causa da sua interpretação crítica da possibilidade futura de colonização comercial portuguesa no Brasil (REIS, 2007, p. 23).

Então, mesmo com outras escritas das histórias do Brasil, Varnhagen foi considerado o “Heródoto brasileiro”, “materializando” entre 1853-57 o projeto lançado por von Martius. (REIS, 2007) Mas a *História Geral do Brasil* partiu apenas de algumas indicações que foram feitas por Martius. Varnhagen adotou a centralidade política e econômica do Rio de Janeiro como característica principal do seu projeto historiográfico. Desse modo, as histórias provinciais tiveram pouco espaço ao longo da sua obra.

1.4 Varnhagen e a História Nacional

Francisco Adolpho de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816, nas cercanias da vila de Sorocaba. Foi filho da portuguesa dona Maria Flávia de Sá Magalhães e do alemão Ludwig Wilhelm, fundidor.¹¹ Aos oito anos Varnhagen mudou-se para Portugal, onde estudou no Colégio dos Nobres e no Colégio Militar (REIS, 2007, p. 23-4).

Pelo seu interesse pela literatura e história, o autor se aproximou da Academia Real de Ciências em Lisboa tendo, em 1839, se tornado sócio correspondente do IHGB. Sua fidelidade à casa real pode se confirmar por muitos motivos. No posto de segundo tenente, lutou contra D. Miguel e a favor do Rei dos Bragança – D. Pedro I, no Brasil; IV, em Portugal. Isso também o fez se aproximar cada vez mais do projeto nacional do Estado brasileiro, pois este seria a extensão do de Portugal. Em 1840, Varnhagen veio ao Brasil e teria frequentado as reuniões do IHGB. No ano seguinte foi nomeado súdito brasileiro, passando a exercer a função diplomática por muitos países, passando por Lisboa e Madrid, onde pôde conhecer e aprofundar os seus estudos arquivísticos, principalmente sobre o Brasil (REIS, 2007, p 24).

Em 1854, lança em Madrid o primeiro volume da *História Geral do Brazil*. Só em 1857 publica o seu segundo volume, talvez o mais contestado. Isso porque

¹¹ O Sr. Ludwig Wilhelm esteve envolvido com a fábrica de ferro de São João de Ipanema, o que era um esforço econômico importante no Império. Varnhagen guardou essa marca e quis ser sepultado no alto da Serra de Araçoiaba (Iperó), onde existe placa alusiva a essa pretensão.

Varnhagen se afastou do ideal indianista defendido pelo IHGB. Apesar de ter grande notoriedade pelo Estado Imperial, Varnhagen sofreu muitas críticas pelas suas considerações sobre as populações indígenas na composição da Nação brasileira. Varnhagen divergiu dos apontamentos de von Martius, que apontava que a história dos indígenas deveria compor a história do Brasil.

Para entender essa crítica, devemos compreender que a historiografia do Brasil do século XIX tinha ligação direta com o IHGB, principal espaço para a sua legitimação. Qualquer proposta de uma escrita da história no século XIX no Brasil deveria, para ganhar notoriedade e validade, passar pelo Instituto e ser aprovada por ele. Sendo assim, temos de entender quais as aproximações dos membros deste instituto com a erudição, com as letras e depois para com a história, porque assim entenderemos as críticas dos seus membros aos trabalhos históricos endereçados ao Instituto. A historiografia do IHGB do século XIX guarda muitas aproximações com a Literatura¹². É sobre essa ótica que devemos entender as críticas à obra de Varnhagen. O romantismo era de grande aceitação no IHGB, sobretudo as concepções indigenistas. Nesse sentido, qualquer crítica ou rejeição à tese de que os indígenas participariam da composição social e histórica brasileira, seria alvo certo de críticas por grande parte do Instituto. (GUIMARÃES, 2009)

Apesar das críticas à obra de Varnhagen, esta se configurou como uma obra marcante para a historiografia brasileira do século XIX e importante também aos dias de hoje pela sua representatividade histórica e historiográfica.

De acordo com Capistrano de Abreu, “mesmo assim a obra de Varnhagen se impõe ao nosso respeito e exige a nossa gratidão, e mostra um grande progresso na maneira de conceber a história pátria” (ABREU, 1878, p. 63). Assim a obra de Varnhagen está marcada pelo que Certeau chamou de “lugar social”, envolvida pelo tempo (séc. XIX) e espaço onde foi desenvolvida (IHGB) e por quem foi escrita (autor).

1.5 Partes desta Operação Historiográfica

Os capítulos seguintes tentam cercar o objeto aqui pretendido: a obra de Tristão de Alencar Araripe e o seu lugar social. Para que possamos compreender as propostas

¹² Sobre essa aproximação entre o IHGB e a Literatura, ver a entrevista de Lúcia Maria Paschoal Guimarães à revista história e historiografia, Ouro Preto, número 3, setembro de 2009, p. 237-258.

de Tristão, entendemos que primeiramente é preciso conhecê-lo. Em seguida, faz-se necessário explorar os projetos políticos e historiográficos para o Império do Brasil. Depois, o objetivo é apresentar que história é essa, que se propõe contribuir para a história Nacional. Ao final, a obra é lida/apresentada por alguns de seus leitores pósteros, a fim de explorarmos algumas possibilidades de leitura e entendimento do autor e da obra.

O segundo capítulo é dedicado ao (re)conhecimento de Tristão e o seu vínculo profissional e familiar, bem como de entender o seu lugar social. Para isso, associados aos seus vínculos familiares, foi pensado alguns aspectos do ambiente político institucional do Estado brasileiro ao longo do século XIX, percebendo os projetos para os âmbitos políticos e historiográficos. O capítulo trata do autor, sua formação familiar e profissional, apresenta a obra e os seus contornos gerais e tenta perceber as vinculações do autor a duas instituições, o Estado em formação e o IHGB e suas propostas político historiográficas.

No terceiro capítulo me concentrei em discutir a *História da Província do Ceará*, explorando a relação que esta teve com a produção historiográfica do IHGB. A intenção é que possamos entender a constituição da obra a partir do ambiente intelectual e político do IHGB, de modo que a escrita de Tristão ganhe contornos ao mesmo tempo provinciais e nacionais, pois trata de questões provinciais que atendem às expectativas de temas e assuntos esperados pela Instituição.

No quarto e último capítulo são apresentados três leitores pósteros a Tristão e suas concepções sobre a *História da Província do Ceará*. O objetivo é retomar a obra e apresenta-la noutros parâmetros, qual seja, o da historiografia, pensando como ela foi lida e pensada em momentos distintos.

Em todos os capítulos houve a escolha teórica e metodológica de apresentar, sempre que possível e importante, citações mais extensas do que as habituais. Penso que esta é uma maneira de possibilitar aos leitores uma oportunidade de ler os documentos de outra maneira. Apesar de continuar sendo uma citação, portanto, um fragmento do documento a ser explorado, os/as leitores/as poderão ler de forma mais contínua e entender o desenvolvimento das ideias apresentados pelos autores em cada passagem. Entendo que essa experiência de leitura das citações aproximam leitores e escritor e favorece o entendimento e acompanhamento das ideias e análises realizadas a partir dessas passagens.

2. TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ

Quadro 1: Cronologia da trajetória política e administrativa de Tristão de Alencar Araripe¹³

1821	Nascimento de Tristão de Alencar Araripe
1845	Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo.
1846	Fundação do periódico “O Cearense”.
1847	Chefe interino de polícia da província do Ceará.
1847	Juiz municipal (De órfãos e Escravos) / Nomeado juiz municipal e de órfãos do termo da comarca e vila de Aquiraz.
1849-50	Deputado provincial e Presidente da Assembleia Provincial.
1853	Juiz de direito de Bragança na Província do Pará.
1856	Chefe de Polícia no Espírito Santo.
1859	Chefe de Polícia em Pernambuco.
1861	Juiz especial do comércio de Recife.
1867	Publicação de História da Província do Ceará
1868	5º vice-presidente da província de Pernambuco.
1869-72	Deputado Geral pelo Ceará.
1870	Desembargador da relação da Bahia.
1870	Sócio benemérito do IGHB.
1871	Remoção da Relação da Bahia para o Rio de Janeiro.
1872	Exoneração do cargo de 5º vice-presidente da província de Pernambuco.
1872-75	Deputado Geral pelo Ceará.
1873	Remoção da Relação da corte para a de São Paulo.
1874	Remoção da Relação de São Paulo para a corte.
1875	Deputado Geral pelo Ceará.
1876	Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
1877	Exoneração do cargo de presidente da prov. do Rio Grande do Sul.
1878	Deputado Geral pelo Ceará.
1883	Membro fundador do Instituto Geográfico (RJ).
1885	Presidente da Província do Pará.
1885	Exoneração do cargo de presidente do Pará.
1885	Membro do Conselho de Estado.
1886	Ministro do Supremo Tribunal Federal de Justiça.
1886-89	Deputado Geral pelo Ceará.
1890	Compõe o Corpo de Ministros do Supremo Tribunal Federal.
1891	Nomeado cumulativamente para Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no segundo Ministério do Governo Provisório.
1891	Ministro do Interior e exoneração do cargo de Ministro da Fazenda.
1892	Aposentado por decreto de 25 de janeiro.
1908	Morte – Rio de Janeiro

¹³ Achei oportuno informar dessa trajetória pela possibilidade de ver de forma resumida o percurso político de Tristão e assim entender o plano de fundo dos seus escritos históricos e jurídicos. Tomei como referência e exemplo o quadro feito por Silva (2006), retirando e acrescentando outras informações.

2.1 Tristão sob o Signo Familiar¹⁴

Tristão de Alencar Araripe nasceu no dia 07 de outubro de 1821, na vila de Icó, na então província do Ceará. Ele foi membro de uma das mais tradicionais famílias do sertão cearense, a família Alencar. A tradição dessa família se deve ao seu envolvimento político na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824, movimentos de caráter republicano, ligados ao processo de independência do Brasil.

Tristão de Alencar foi filho de Tristão Gonçalves e sobrinho de Martiniano de Alencar, e por consequência neto de Bárbara de Alencar, a matriarca da família, “heroína” do movimento republicano das províncias do Norte em 1817 e 1824. Compreender o envolvimento dos “Alencar” facilitará o nosso entendimento sobre qual a memória familiar que Tristão carregou na sua vida política e intelectual.

A família Alencar é, segundo Barão de Studart, originária de Pernambuco, e chegaram ao Ceará em fins do século XVIII. O Sr. José Gonçalves dos Santos, português, era comerciante e ao casar-se com a Dona Bárbara de Alencar foram para o Crato-CE. Lá, tiveram todos os seus filhos. Os “Alencar” também são descendentes do Capitão Antônio de Sousa Gular (Goulart), posseiro do Brejo de Salamanca, onde foi fundado o povoado de Barbalha, vinculado ao Crato. (STUDART, 1915, p. 166) (MACEDO, 1985, p. 49 e 56).

Na região do Cariri, sul do Ceará, desenvolveram atividades na pecuária, na agricultura e principalmente no comércio. Logo a família Alencar ganhou outros espaços de poder, seja como padres, militares ou como bacharéis de direito, assumindo cargos políticos nas localidades ao sul do Ceará e demais regiões.

Passemos agora para alguns dos Alencar de mais destaque no cenário político de Ceará, das províncias do Norte e do Estado brasileiro do século XIX.

José Martiniano Pereira de Alencar (1794-1860), mais conhecido por ter sido Senador do Império, pai do romancista José de Alencar (1829-1877), foi uma das personalidades principais do cenário político no Império. Com apenas 23 anos, quando ainda era seminarista, foi um dos protagonistas do movimento revolucionário de 1817, levando ao Crato-CE as ideias independentistas, republicanas e antilusitanas já disseminadas em Pernambuco e nas províncias circunvizinhas.

¹⁴ O objetivo dessa sessão é apresentar de maneira rápida e sucinta a trajetória política de alguns membros da família de Tristão de Alencar Araripe. Essas informações formam uma memória historiográfica sobre essas pessoas e os acontecimentos em que elas estiveram envolvidas.

A revolução de 1817, também conhecida como Revolução dos Padres, teve como causas principais: a crise econômica regional, pela queda da produção do açúcar e do algodão, em decorrência da seca de 1816 – além da concorrência com outros mercados; o desagrado com o absolutismo monárquico português e as cobranças de impostos para a manutenção da corte no Rio de Janeiro; e a difusão das ideias iluministas pelas sociedades maçônicas. Por fim, a Insurreição de 1817 foi reprimida e os seus líderes foram presos em Fortaleza, Recife e Salvador. Os revolucionários do Crato-CE, dentre eles Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano, que era padre, foram levados presos para Fortaleza, em junho de 1817, mas transferidos para Recife em Fevereiro de 1818, e em agosto do mesmo ano para Salvador. Embora tenham sido presos, os revoltosos do Ceará tiveram um destino bem mais brando do que os que foram presos e posteriormente assassinados em Pernambuco. A “família Alencar” foi solta em 1821 em decorrência da nulidade da revolta de 1817. Essa medida foi adotada pela Junta Provisória de Governo na Bahia, que promoveu reformas na administração da província da Bahia pela anistia concedida pelas Cortes Portuguesas aos revoltosos/as.

Em 1820, com a Revolução Liberal do Porto, uma nova dinâmica política luso-brasileira foi implementada, fazendo com que D. João VI retornasse a Portugal e deixasse seu filho D. Pedro como regente do Brasil. Como efeito desse processo, foram convocadas, em 24 de dezembro de 1821, eleições gerais para representantes de todas as províncias dos domínios lusitanos. José Martiniano, inicialmente suplente, foi o representante da província do Ceará nas Cortes Portuguesas, depois do titular do cargo não assumir por motivo de doença. Não se fez ainda um estudo aprofundado na historiografia sobre a participação de Martiniano de Alencar nas Cortes Portuguesas, mesmo sendo destacada a sua participação naquele momento. São conhecidos os seus embates contra a política lusa nas Cortes, o que o levou recusar a Carta Magna que deveria ser assinada pelos representantes das províncias, referendando a política portuguesa nas Cortes. Pela recusa foi perseguido, mas fugindo para a Inglaterra conseguiu chegar ao Brasil.

Com a Independência, em 1822, Martiniano foi escolhido como deputado constituinte pelo Ceará. Em 1823, no Rio de Janeiro, foi um dos que se opôs a Dom Pedro I, fazendo com que este dissolvesse a Constituinte. Em 1824, Martiniano voltou para o Ceará, depois de passar por Pernambuco e perceber o clima de revolta contra os últimos acontecimentos na Corte. O resultado desse sentimento de revolta foi a

Confederação do Equador (1824), movimento considerado de cunho separatista e republicano que reagiu, principalmente, ao absolutismo de D. Pedro I.

José Martiniano de Alencar se tornou senador pelo Ceará, em 1832, e dentro do seu mandato vitalício foi presidente da província do Ceará por duas legislaturas, de 1834 a 1837 e de 1840 a 1841. Ele representava, sobretudo, a classe de comerciantes, pelo menos no primeiro momento, mas depois, como senador, percebeu que a sua atuação ao nível nacional deveria estar em consonância com o projeto do Segundo Reinado.

Tão movimentada quanto a vida política do Senador Alencar foi a de seu irmão, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe¹⁵, pai de Tristão de Alencar. É retratado na historiografia como uma figura bravia, sempre comparado à mãe, Bárbara de Alencar, pela tomada de decisões firmes e espírito de liderança; participou ativamente dos movimentos revolucionários de 1817 e 1824. Ainda que destacada a influência de seu irmão, Martiniano, nas tomadas de decisões sobre os eventos revolucionários, Tristão Gonçalves sempre esteve atento aos acontecimentos políticos do Brasil, principalmente aqueles que se remetiam as províncias do Norte.

Foi preso junto com Martiniano na Bahia, em 1817, mas quando solto, em 1821, voltou para o Crato-CE. Lá, não demorou a retomar suas atividades políticas e “revolucionárias”. Em 01 de setembro de 1822, na Câmara do Crato-CE, Tristão Gonçalves exigiu que fosse executado o decreto do príncipe regente convocando a Constituinte brasileira, atitude que desafiava o poder da Metrópole. No início de 1823, junto com o General Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves instalou em Fortaleza um Governo Provisório, antilusitano, deixando-o sob a chefia de Filgueiras. Em março do mesmo ano, Tristão Gonçalves e Filgueiras comandam a força expedicionária patriótica, que saindo de Fortaleza foi combater os opositores da independência no Piauí e no Maranhão. Em 15 de junho chegaram a Caxias e depois de derrotar a força comandada pelo general Fidié comemoraram vitória os brasileiros que aspiravam pela independência. Mas de volta ao Crato, em janeiro de 1824, Tristão Gonçalves rompeu com o Imperador por considerar autoritária e antipatriótica a dissolução da Constituinte. Em fevereiro do mesmo ano, Tristão Gonçalves chegou a Fortaleza e reassumiu seu

¹⁵ Sabe-se que a adoção do nome ARARIPE se deu pela referência a Serra de Araripe, localizada ao Sul do Ceará, na região do Cariri cearense. A adoção de nomes com referências espaciais (Serras, Vales) ou naturais (Plantas, Animais) foi uma medida adotada para ressaltar o nacionalismo frente aos portugueses. Recomendo a leitura de SCHWARCZ (1993), especialmente o capítulo 2.

posto na junta Governativa da Província, criando em março, em Fortaleza, um Conselho de Governo da Província, ficando à sua frente. Não demorou muito para que os conflitos com Costa Barros, Presidente da Província nomeado pelo Imperador, acontecessem. Mas em agosto de 1824, o Conselho Provincial conclamou adesão do Ceará à Confederação do Equador. Tristão foi o primeiro presidente republicano da Província (BARROSO, 2006, p. 100-102) (STUDART, 1980, p. 172-175).

Os conflitos decorrentes da adesão do Ceará à Confederação do Equador levaram Tristão à morte. Ao sair de Fortaleza para combater os monarquistas na Vila de Aracati (Ceará), a Capital rendeu-se às forças enviadas pelo Imperador, que tinha o comando o Lord Cochrane. Tristão Gonçalves ainda tentou reunir novas forças republicanas para combater os enviados do Imperador, mas em 31 de outubro de 1824, no Sítio Santa Rosa, Tristão Gonçalves foi assassinado pelos “monarquistas”. É sabido que sua morte por fuzilamento foi acompanhada de outros atos de violência como a amputação da mão direita e de sua orelha (BARROSO, 2006, p. 91).

Afora a memória traumática da morte do seu pai, Tristão de Alencar ainda convivera com o luto de sua mãe, que assumiu o nome de Ana *Triste* Araripe depois da morte do tenente-coronel Tristão Gonçalves. Essa mulher foi além de parceira de Tristão Gonçalves uma colaboradora ativa nas revoluções de 1817 e 1824, participando e realizando diversas reuniões, por vezes secretas ou abertas. Ela foi mensageira de muitas informações sigilosas, mantendo-as em segredo pelo resto da vida.

A família Alencar teve grande prestígio político no século XIX, principalmente na primeira metade deste século, sendo difícil deixar de falar de Tristão de Alencar Araripe sem a referência de Martiniano, Tristão Gonçalves, Bárbara de Alencar, Ana Triste e dos seus envolvimento em 1817 e 1824.

Além da referência familiar, é importante também compreendermos um pouco da dinâmica política, econômica e cultural da região do Cariri cearense, pois esta manteve relações estreitas com Pernambuco. Isso nos ajuda a entender a participação da família Alencar e da província do Ceará nos movimentos de 1817 e 1824.

A Capitania do Ceará esteve vinculada ao governo de Pernambuco de 1656 a 1799 e ao longo desse tempo as vilas do sul do Ceará dependiam do comércio com Pernambuco. Mesmo depois de 1799, muitos comerciantes continuaram a sua relação com Pernambuco, sendo influenciados política e economicamente por isso. A proximidade territorial fazia com que as trocas entre o Cariri cearense e Pernambuco fossem para além da política e economia. Muitos comerciantes mantinham seus filhos

nos seminários e nas Faculdades de Olinda e Recife, sendo este um importante fator de troca cultural.

Pernambuco, mais especificamente Recife, que detinha um porto de grande importância no Brasil, durante muito tempo se favoreceu das trocas culturais realizadas com a corte e com a Europa. Assim, além das ideias trazidas e divulgadas pelos viajantes, muitas outras chegaram aos portos pernambucanos em formas de livros, contribuindo para a formação intelectual de muitos jovens que lá estudavam. Não é difícil perceber que muitas ideias liberais ganharam proporções diferenciadas em Pernambuco, não só por ter sido uma capitania de grande prestígio econômico ou de abrigar um porto que viabilizou dinâmicas políticas e econômicas com outras partes do Brasil e do mundo, mas também porque as ideias liberais encontravam um terreno intelectual que lhe desse apoio. Assim, os seminários e também as faculdades formavam um centro de apoio às ideias discutidas na política e no comércio da região.

A influência dos acontecimentos de Pernambuco na família Alencar é mais que destacada. Além de manterem comércio com Recife, os “Alencar” mandavam os seus filhos para estudar naquela cidade. A título de exemplo, Martiniano de Alencar estudou no Seminário de Olinda e Tristão de Alencar Araripe cursou o preparatório em Recife e frequentou dois anos na Faculdade de Direito de Olinda, concluindo na Faculdade de Direito em São Paulo¹⁶.

Aluno do curso de retórica à época da revolução de 1817, Martiniano de Alencar foi admitido, pela sua capacidade de convencimento e liderança, na Academia Paraíso, fundada para servir de guia ideológico do movimento. Foram essas ideias que Martiniano levou para o Crato-CE. Já Tristão de Alencar, disse na introdução de seu livro que um dos seus impulsos para escrever a *História da Província do Ceará* aconteceu ao ler um manual sobre a História do Brasil quando estudava em Recife. Nele os cearenses eram tratados como vândalos. Essa experiência no verbor dos anos marcou a vida e a trajetória política e profissional de Tristão. Passemos, então, a entender um pouco sobre essa trajetória.¹⁷

¹⁶ É mais que oportuna uma análise dos motivos que levaram Tristão a se transferir da faculdade de Direito de Pernambuco para a de São Paulo, porque será nesse ambiente de sociabilidade que serão estabelecidos laços de amizades e vínculos que serão marcantes para a vida profissional e política desses bacheleiros. Infelizmente não consegui pesquisar os arquivos referentes a essas Faculdades.

¹⁷ Este manual não foi citado por Tristão. O historiador Hugo Hruby, em seu trabalho (2012), disse ter procurado este manual. Hugo pressupôs se tratar do *Compêndio de História do Brasil*, de José Inácio de Abreu e Lima. (Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. 2 v.). Mas consultando a publicação, Hruby não encontrou referências aos cearenses em 1822.

2.1.1 Sua formação política e intelectual e sua obra

Tristão se formou na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1845, e logo foi alocado aos quadros do funcionalismo público e depois da política. Essa carreira, iniciada na faculdade, já era conhecida à época. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), fazia parte da lógica da administração pública do império aproximar os seus bacharéis para assim ter garantido o preenchimento dos postos de trabalho, principalmente nas províncias. Era um percurso muito comum no segundo reinado. Tendo o bacharelado em Direito, logo em seguida o que se pretendia era a ocupação de uma função pública, um cargo no executivo ou no legislativo. Era assim como um cumprimento de etapas, primeiro a faculdade de Direito, depois o cargo público e logo em seguida a efetivação na vida política. Não foi diferente com Tristão de Alencar Araripe, que foi de Chefe de Polícia no Ceará, Espírito Santo e Pernambuco a presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além de deputado provincial e geral pelo Ceará, Desembargador, Conselheiro e Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro da Fazenda no Governo provisório em 1891.¹⁸

Tristão passou pelas principais províncias do Império: Ceará, Pará, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esse percurso possibilitou que ele tivesse uma visão ampliada das condições do império, o que interferiu diretamente na sua visão política e historiográfica. Em cada província consultou documentos históricos que serviram para os seus escritos sobre a jurisprudência e história.

No Acervo de Tristão de Alencar Araripe localizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontram-se variadas anotações, bem como cartas e documentos sobre diversos assuntos relacionados às províncias por onde passou. Fez anotações sobre a Revolução de 1817 e Confederação do Equador quando esteve no Ceará e Pernambuco; escreveu também sobre a Cabanagem, no Pará; sobre a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e demais temas ligados à história e ao ambiente político, econômico e social das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

¹⁸Esses dados foram colhidos na cronologia da trajetória política de Tristão de Alencar Araripe, IN: SILVA, Ítala Byanca Moraes da Silva (2006, p. 102-103).

Pela trajetória profissional e política de Tristão, podemos defender que este autor esteve próximo de uma das questões principais do Estado Imperial do Brasil, a saber: a legitimação do governo do II Reinado e a consolidação do Estado Imperial frente aos grupos políticos e as revoltas provinciais.

Conhecendo um pouco da formação familiar e política de Tristão de Alencar podemos chegar ao ponto central deste trabalho. Não é pretendido aqui investigar a família Alencar, apesar de ser uma iniciativa instigante pela exiguidade de trabalhos sobre esse assunto, principalmente sobre os nomes centrais nos movimentos de dezessete e vinte e quatro (Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar). O que se pretende é apresentar as principais características da produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe, destacando o seu projeto para a escrita da História do Ceará e a contribuição desta para a história nacional. Além do livro, outros documentos são de grande importância para essa pesquisa, pela possibilidade de entender as afinidades deste autor com a escrita da história. Seus escritos no jornal *O Cearense* contribuíram para se perceber a influência da história clássica da Grécia e de Roma, bem como os seus estudos sobre a Revolução Francesa¹⁹. Esses escritos poderiam render muitas outras análises, que por ora não cabem às intenções deste texto. Também serviriam como objeto de análise os seus textos jurídicos, suas traduções e suas diversas anotações sobre vários períodos históricos.

Mas nos concentremos em apresentar a obra central de Tristão, a *História da Província do Ceará – dos tempos primitivos até 1850*. Para isso temos de considerá-lo como a primeira tentativa sistemática de produção historiográfica sobre o Ceará. Defendo, assim como outros historiadores,²⁰ que Tristão e sua obra prima inauguraram a história do Ceará. Isso não quer dizer que ele foi o primeiro a pesquisar sobre a história cearense, pois são de grande prestígio os trabalhos de Pedro Théberge, João Brígido e Tomás Pompeu de Souza Brasil (Senador Pompeu).²¹ No entanto, apensar de terem prestado grande contribuição à historiografia cearense, nem Théberge, nem Pompeu e nem Brígido sistematizaram uma obra que fosse uma síntese e análise dos

¹⁹ A quem interessar essa análise, indico a leitura do jornal *O Cearense*, por volta dos anos 1847-48.

²⁰ Tomo como referência Barão de Studart, Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues, João Alfredo de Sousa Montenegro, Regis Lopes, Ítala Byanca, etc.

²¹ Os trabalhos a que me refiro são: *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, de Pedro Théberge, publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1859; *Apontamentos para a história do Cariri*, de João Brígido, também publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1861; e *Ensaio estatístico da província do Ceará*, de Tomás Pompeu (1863-1864).

fatos ocorridos nesta província desde os tempos coloniais até o império. Faltou àqueles a sistematização do trabalho de Tristão, bem como a intenção deste autor. Não quero dizer com isso que as obras desses autores não possam ser pensadas dentro de um quadro geral da historiografia brasileira do século XIX, mas a obra de Tristão é metodologicamente mais abrangente, sobretudo pelos contornos que ganhou pela associação ao IHGB.

O título da obra de Tristão é característico da sua vontade de síntese sobre a história do Ceará. A sua intenção também é por uma história total, uma história no singular coletivo (KOSELECK, 2006). Uma história que fosse ao mesmo tempo todos os fatos e acontecimentos ocorridos no Ceará, como também uma análise sistemática desses momentos.

Discutir a primazia da obra e de Tristão se torna importante pela possibilidade de avaliarmos como são realizadas essas periodizações na historiografia, sempre arbitrárias pelas escolhas dos critérios de classificação. Em recente trabalho, Hugo Hruby (2012), analisou profundamente vasta documentação de Tristão e dividiu o seu trabalho em três momentos diferentes, de acordo com os temas tratados e seus lugares sociais. No primeiro “momento”, Hugo Hruby, analisou a História da Província do Ceará, e sobre a questão da primazia dessa história, avalia que tirando o título, o trabalho de Tristão está inteiramente interligado aos trabalhos de Théberge, João Brígido e Tomás Pompeu, que são anteriores. Segundo Hruby, não se pode pensar a História da Província do Ceará, de Tristão, sem a referência de Théberge, João Brígido e Tomás Pompeu.

É certo afirmar que essa referência não deve ser esquecida em se tratando da análise da História da Província do Ceará. Várias são as notas e recortes encontrados de Tristão sobre os trabalhos, principalmente de João Brígido e Théberge, mas também de Tomás Pompeu. É sabido que nenhuma menção ou referência foi feita por parte de Tristão, mas a julgar pelo número de cadernos de anotações e recortes feitos por Tristão dos trabalhos desses autores, a influência daqueles no livro de Tristão é mais que destacada.²²

No entanto, mesmo sendo reconhecida a importância dos trabalhos anteriores, defendendo que Tristão e a História da Província do Ceará representam um esforço, tanto

²² Devemos ter em mente que os critérios de referência intelectual eram bem diferentes no século XIX. A referência a outro trabalho não era uma prática comum, nem uma obrigação, embora seja encontrada em muitos textos.

de pesquisa quanto de análise, detentor de características próprias e distantes do que pretendiam Théberge, Pompeu e Brígido. As análises de Tristão, por vezes, vão além do que foi encontrado na documentação, sendo uma história mais filosófica do que científica se assumirmos o compromisso daquela com os aspectos morais e o rigor desta com os documentos. Sendo assim, concordo com José Honório Rodrigues:

(...) sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro em ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico (Rodrigues, 2002, p. 28).

A minha concordância é mais pelos novos rumos que imprimiu Tristão, do que pela questão cronológica, tendo em vista os trabalhos já citados de Brígido e Pompeu.

Defendo, portanto, que a História da Província do Ceará inaugurou a escrita da história do Ceará; com este livro, o Ceará nasce para a História na sua escrita. É um nascimento para a historiografia.

2.2 Escrever a História da Província do Ceará para a Corte

Antes de começarmos esta seção, que, aliás, é mais uma premissa do que uma análise sistemática de documentos pretendo destacar a influência que tive do trabalho da historiadora Ítala Byanca Silva (2006). A começar pelo título deste capítulo e em especial deste tópico,²³ sua influência marcou o meu interesse pelos estudos de historiografia e por aprofundar as pesquisas em torno de Tristão de Alencar Araripe e da História da Província do Ceará. Por muito tempo, a minha pretensão era a de me afastar do trabalho realizado por ela, numa tentativa de diferenciação e também de afirmação do trabalho pretendido, mas com o tempo percebi que meu trabalho estava mais próximo do que nunca dos seus escritos, ganhando contornos diferenciados e aprofundando outras questões.

Este tópico, em consonância com o que defende Silva (2006), tem por objetivo associar a História da Província do Ceará aos projetos de historiografia vinculados ao

²³ O título do trabalho de Ítala Byanca SILVA (2006) é *Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará*, o mesmo deste capítulo.

IHGB, percebendo quais as intensões de Tristão com a escrita dessa obra e as características presentes no livro que estão em consonância com as premissas, lançadas pelo IHGB, sobre como deveria ser escrita a história do Brasil.

Dito isso, temos que fazer algumas ressalvas. A primeira: não havia modelo definido sobre como deveria ser escrita a história do Brasil e das províncias. Os documentos apresentados aqui, bem como outros textos da RIHGB sustentam essa hipótese (Capítulo 3); A segunda: por não haver modelos, mas sim orientações do IHGB sobre como deveria ser escrita a história no século XIX, muitas das propostas de “história” eram rejeitadas ou aprovadas pelo Instituto de acordo com aquilo que admitiam como história ou de quem as escrevia como historiadores.

Partindo desses pressupostos, poderíamos, por exemplo, comparar dois projetos endereçados ao IHGB, com o intuito de contribuir com a história nacional: A História Geral do Brasil, de Francisco Adolpho de Varnhagen e a História da Província do Ceará. Guardadas as proporções e o impacto da recepção dentro do IHGB das duas obras, podemos aproximá-las no que diz respeito ao projeto de se escrever a história do Brasil. Mesmo a obra de Varnhagen não agradara completamente o corpo de sócios do IHGB, como nos lembra Lucia Maria Pascoal Guimarães (1995). E a obra de Tristão, mesmo se aproximando das orientações feitas pelos sócios do IHGB, não chegou a ter o reconhecimento como uma obra de relevo para a história nacional.

Por ora, deixemos essa questão de lado e passemos às principais características da História da Província do Ceará, para que assim consigamos perceber como essa história pode ser aproximada das orientações com relação à escrita da história feitas pelos membros do IHGB.

Em sua 2ª edição, datada de 1958, a *História da Província do Ceará* conta com 178 páginas, dispostas em 8 capítulos.²⁴ Dentre eles, os temas mais presentes são: o descobrimento e o reconhecimento do litoral, bem como da carta topográfica do território; as tribos indígenas, a conquista e o processo de aldeamento; o progresso da população e arrolamento da mesma; a administração da Capitania nos tempos coloniais; as entradas nos sertões; sesmarias e a distribuição de terras na Capitania, cultura do gado e lavoura e a opressão aos índios (aldeamentos); explorações do Ceará, missões jesuíticas, fundação da capitania, sua participação na expulsão dos franceses, ocupação

²⁴ A segunda edição foi usada como referência nessa passagem, porque até então a sua 1ª versão não havia sido encontrada. Sobre a busca da primeira edição, ver capítulo 3.

holandesa; primitivos capitães-mores, governo regular, capitania subalterna, governadores de 1700 a 1799, incursões dos indígenas e guerra contra eles, contendas particulares, etc.; e estado material e moral da Capitania.

Está presente ao longo do texto de Tristão um interesse permanente em informar não somente o processo histórico, mas de apresentá-los também no seu estado presente. O texto foi impresso em Recife – Pernambuco, teve circulação no Rio de Janeiro e foi doado pelo autor aos sócios do IHGB,²⁵ demonstrando o seu interesse em compor o corpo de sócios do Instituto. Tristão não tinha como objetivo principal destinar o livro ao público cearense, sua história foi um esforço em organizar os tantos documentos esquecidos e mal preservados da província e anunciá-los à historiografia, notadamente vinculada ao IHGB.

Os temas tratados na obra estão em consonância com aqueles pretendidos/defendidos pelo Instituto, sobretudo por Januário da Cunha Barbosa e Karl F. von Martius, como observou SILVA (2006). Três temas absorveram quase 73% da RIHGB, segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988, p. 20): a problemática indígena, viagens e explorações científicas durante o período colonial e o debate da escrita da história regional. Sendo assim, a obra de Tristão se encaixa perfeitamente com as aspirações do Instituto para a escrita da história no século XIX.²⁶

Tristão escrevera sobre o povoamento da Capitania, bem como do estado de vida dos indígenas presentes nesse processo; das missões jesuíticas como o meio pelo qual se deveria levá-los à civilização, em consonância com a proposição de Januário da Cunha Barbosa, em artigo na RIHGB de 1840: “Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios estranhos em nossos sertões”.²⁷ Tratou também da distribuição geográfica dessas populações, com seus usos, costumes e língua. Apresentou os limites geográficos do território e a administração da Capitania, primeiro vinculada ao Maranhão e logo depois a Pernambuco.

Pensar na história das populações indígenas, ou das missões jesuíticas que almejavam a “libertação” dessa população, era pensar qual o lugar do indígena na

²⁵ É sabido que Tristão enviou em data imediatamente posterior a publicação do livro, uma cópia para Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, político influente, Barão e sócio do IHGB, que fez parte, dentre outras, das comissões de Admissão de Sócios e de Trabalhos Históricos. A resposta de Homem de Melo foi publicada na RIHGB, em 1896 (SILVA, 2006) (HRUBY, 2012).

²⁶ No terceiro capítulo, essas indicações de Manuel Luiz Salgado Guimarães serão recuperadas, a fim de perceber como os temas apontados estão distribuídos ao longo da obra de Tristão.

²⁷ Nesse artigo, a história indígena se confunde com a história das missões jesuíticas.

Nação, ou melhor, no projeto nacional pretendido pelo 2º Reinado. Assim, para se contar a história do Império, portanto, estabelecer um ponto de partida para o progresso vindouro, necessitava-se pensar no passado, ou seja, nos povos indígenas, que se tornaram o seu símbolo. Explorar as missões jesuíticas era apostar na civilidade *versus* a barbárie, e na vitória da razão. Tristão se colocou contra a violência no processo de povoamento e catequese indígena. Diz que a sujeição dos indígenas se deu pelas armas e pelas missões, mas ressalva:

Se do emprêgo das armas resultou o temor, o espanto e a extinção dos míseros gentios, veremos que do emprêgo dos meios evangélicos resultados verdadeiramente benéficos se colhiam, chamando os selváticos íncolas ao grêmio da religião e aproveitando-os para a civilização. (ARARIPE: 1958. p. 55)

Em prefácio de 1862, Tristão aponta:

Nas futuras idades se escreverá a história do Império: por ora só materiais podemos reunir; e a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais. (ARARIPE, 1958, p. 15)

2.3 Tristão e o IHGB

A comissão de admissão e sócios, tomando como proposta o final do parecer da comissão de trabalhos históricos, de 1 de julho do corrente ano, assinados pelos consórcios os Srs. Drs. José Maria da Silva Júnior e João Ribeiro de Almeida, é de opinião que o candidato o Sr. Desembargador Tristão de Alencar Araripe, autor de História da Província do Ceará, sobre cujo volume é favorável aquele parecer, está no caso de ser admitido como sócio correspondente ao grêmio de nosso Instituto. O nome do candidato é conhecido, como juiz, como parlamentar e nas letras.

Sala das Conferências. Rio, 7 de outubro de 1870.
Manuel Ferreira Lagos
Manuel Duarte Moreira de Azevedo

(Pareceres de admissão de sócios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 33, 1870, p. 403).

Este é o parecer de admissão de Tristão de Alencar Araripe como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Três aspectos podem ser destacados desse parecer, a fim de que compreendamos alguns aspectos da vinculação de Tristão ao Instituto.

O primeiro que vale destaque, é a menção de que o candidato “é conhecido, como juiz, como parlamentar e nas letras”. As funções de juiz, parlamentar e letrado certamente deram peso diferenciado à candidatura de Tristão ao IHGB. Como juiz, Tristão prestaria um serviço indispensável na construção do Estado, atuando na implementação de suas medidas organizadoras; como parlamentar, fomentaria a melhoria do Estado e construiria seus marcos legais, constitucionais; e o fato de ser “letrado”, ou seja, conhecedor das letras (políticas, filosóficas, literárias e históricas) e, sobretudo, escritor competente o habilitariam ao posto de sócio do IHGB, uma instituição subjugada ao Estado e participante da sua construção. A associação de Tristão ao IHGB seria mais que coerente. Somada a essas menções, Tristão também é referenciado como Desembargador, um cargo de grande valor político que se somaria aos outros já ocupados.

Estas vinculações definiriam o seu lugar social. Tristão era um funcionário do Estado e um dos seus construtores. Sua atuação se ampliaria pela associação ao IHGB, além de sua atuação no campo da burocracia estatal, Tristão seria reconhecido pela sua atuação no campo das ideias, das letras, da historiografia.

O segundo aspecto do parecer é a indicação do trabalho conjunto de duas comissões, a de admissão de sócios e a de trabalhos históricos. A partir de 1850 o IHGB passou a adotar novas medidas para a admissão de sócios.

(...) para ser admitido na qualidade de sócio efetivo deverá o candidato apresentar trabalho próprio acerca da história, geografia, ou etnografia do Brasil, quer este trabalho seja inédito quer já seja estampado, uma vez que ele abone a capacidade do autor, o qual, estando em completo o número de sócios efetivos, será recebido na qualidade de correspondente (Novos Estatutos do IHGB, 1851, p. 2).

Até então a prioridade do Instituto era a divulgação de documentos em suas revistas. Os sócios, em suas comissões, eram responsáveis pela coleta e seleção. O objetivo a partir de 1850 era de incentivar as produções intelectuais de análise dos documentos.

O Instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos de história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos. Os critérios de admissão, ainda que não deixassem de considerar as relações sociais e pessoais, passaram a se pautar por parâmetros mais objetivos, ligados ao trabalho em uma das áreas de atuação do Instituto (GUIMARÃES, 1988, p. 10)

Tristão, portanto, teve que enviar junto com a sua candidatura uma obra de história. Este é o terceiro aspecto que destaco no parecer de admissão de sócios, que tomou como proposta a avaliação da comissão de trabalhos históricos.

A comissão de trabalhos históricos examinou com a devida atenção o volume da *História da Província do Ceará*, escrita pelo Sr. Desembargador Tristão de Alencar Araripe, e por ele oferecida ao Instituto. Contém o referido volume dados preciosos e interessantes sobre o descobrimento e povoação dessa província, assim como a narração dos sucessos que nela tiveram lugar durante largo período dos tempos coloniais. O autor promete igualmente publicar os documentos inéditos que o guiaram em seu trabalho, e que ele conseguiu desenterrar dos arquivos de sua província natal depois de muitos anos de laboriosas pesquisas. Entende a comissão que o volume com que o Sr. Alencar Araripe enriqueceu a biblioteca do Instituto é título suficiente para que esta associação o receba em seu grêmio.

Sala das sessões, em 1º de julho de 1870.
J. M. da Silva Paranhos Júnior;
João Ribeiro de Almeida.

(Pareceres da Comissão de Trabalhos Históricos. Pareceres de Admissão de sócios. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, t. 33, 1870, p. 407).

Neste parecer da comissão de trabalhos históricos a obra de Tristão é reconhecida como uma contribuição à historiografia desenvolvida pelo IHGB. A referência aos “sucessos da província do Ceará, durante largo período dos tempos coloniais”, deve ser imediatamente vinculado ao comentário posterior, de que “o autor promete igualmente publicar os documentos inéditos que o guiaram em seu trabalho”. A temporalidade ressaltada pela Comissão foi a que se referia ao período colonial e não ao Império, apesar da indicação do título da obra (*História da Província do Ceará desde os*

tempos primitivos até 1850). Os documentos inéditos talvez estivessem associados aos últimos cinquenta anos indicados no título. A promessa de publicar estes documentos não foi cumprida.

2.4. Projetos para a História Nacional

O objetivo do presente tópico é adentrar na produção historiográfica do IHGB e perceber alguns aspectos que colaborem para o entendimento do lugar da escrita da história de Tristão de Alencar Araripe.

O interesse em investigar tais produções é o de tentar perceber qual a importância que as histórias provinciais tiveram para os textos basilares da escrita da história do Brasil no século XIX. A minha escolha se concentrou, no primeiro momento, em três textos fundamentais: Discurso de Fundação do IHGB, proferido por Januário da Cunha Barbosa (1838); Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Brasil, de Raimundo José da Cunha Mattos (1839); e Como deve ser escrita a história do Brasil, de Karl P. von Martius (1844).

Entender esses textos é de fundamental importância neste trabalho pela possibilidade de enxergarmos as premissas para a escrita da história no Brasil do século XIX, mais especificamente com relação à produção das histórias provinciais. Como foi construído o percurso da História, enquanto área do conhecimento, no Brasil? Quais modelos seguir? Quais são as habilidades e competência necessárias ao historiador, disposto a contribuir com o IHGB e com a história nacional? São questões pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho e para uma compreensão apurada sobre o caminho da disciplinarização do passado no Brasil.

Ao final do tópico anterior apresentei, de forma sucinta e inicial, a vinculação da *História da Província do Ceará* ao IHGB. Para isso, fiz uso das análises feitas pela historiadora Silva (2006) e de alguns apontamentos de Hruby (2012). Neste momento, espero aprofundar esta vinculação. Minha preocupação, no primeiro momento, é a de apresentar como as produções sobre as histórias provinciais eram lidas/admitidas pelo IHGB, para compreendermos o espaço de recepção para essas obras. Não quero afirmar com isso que esses textos estão diretamente ligados à proposta de Tristão de Alencar Araripe. Especula-se que Araripe tenha tido acesso às produções do IHGB antes de sua

vinculação a essa instituição, pelas publicações da RIHGB no Diário de Pernambuco, mas não se pode afirmar com certeza se ele leu ou como leu esses textos, e mais ainda, caso tenham sido lidos, como esses textos influenciaram a História da Província do Ceará. Ítala Byanca e Hugo Hruby são categóricos ao afirmar que Tristão teve acesso a produção do IHGB e que essa produção, bem como a própria instituição, tiveram influência sobre a História da Província do Ceará. Para Ítala Byanca Silva, inclusive, essa influência levou Tristão a retirar da História da Província do Ceará os fatos que envolveram a família Alencar nas primeiras décadas do século XIX.

Dito isso, a análise a seguir terá como foco os textos mencionados e a intenção é pensarmos como eles nos ajudam a perceber o lugar de importância das histórias provinciais na construção da história nacional. Essa relação é muito cara a este trabalho, porque uma das primeiras questões que alimentaram essa pesquisa foi de entender como e porque Tristão escreveu sobre a história da sua província no momento mesmo em que se estava pensando/elaborando a história nacional. Qual o espaço de receptividade para tal obra? Quais os aspectos gerais de uma obra sobre a província do Ceará elaborada sob as orientações do IHGB?

Este trabalho tem como premissa a vinculação da *História da Província do Ceará* ao IHGB, mas é preciso reforçar este argumento. Parto dessa premissa por causa da análise do livro de Tristão e do conhecimento da produção do IHGB (RIHGB) no século XIX, e por saber que Tristão buscou sua filiação nesta instituição logo depois de ter escrito a sua história provincial. Também porque, como outros autores já apresentaram (SILVA, 2006; HRUBY, 2012), é sabido das interferências no texto de Tristão pelos autores e textos do IHGB, por exemplo, *Anais da Província de São Pedro* (1819-1822, 1839) que o Sr. visconde de São Leopoldo escrevera tratando da melhor maneira de se contar a história indígena no Brasil.

Entretanto, outra defesa tem de ser feita para a legitimação deste tópico. Defendo que temos de nos concentrar mais na produção do IHGB para entendermos não só a sua vinculação com a história feita por Tristão, mas para entender que o caminho que se percorreu para a escrita da história nacional também envolveu a discussão sobre as histórias provinciais. Um estudo mais apurado merece ser feito, a fim de que compreendamos como a história de outras províncias foram contadas/escritas no século XIX. Histórias que tragam consigo características que possam ser representativas do seu momento de produção e articuladas com o próprio percurso da escrita da história do Brasil no século XIX. Também que consigam, como a de Tristão, ser uma história

articulada com as pretensões sobre o Nacional, demonstrando lucidez sobre o desenvolvimento das intenções sobre a História no Brasil.

Por fim, ressalto a importância de analisar a produção do IHGB pela possibilidade de entendermos a instituição a que Tristão queria se vincular, uma instituição responsável, no século XIX, pela regulamentação da prática historiográfica no Brasil, aprovando ou rejeitando trabalhos sobre a história e memória dos acontecimentos passados. A escolha aqui é de conhecer o lugar social a que Tristão se filiou, e assim perceber minimamente o espaço de recepção para a História da província do Ceará, bem como as demais produções sobre as histórias provinciais.²⁸

2.4.1 Política e Historiografia

No início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados, quatro capitanias-gerais e 13 audiências, que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitanias-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1825, vencida a Confederação do Equador, um único país independente.

José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem* 2010 (p.13).

Em se tratando da formação do Estado nacional brasileiro no século XIX, a citação de José Murilo de Carvalho é quase obrigatória. Suas inquietações com relação à unidade política do Estado brasileiro em detrimento da fragmentação das ex-colônias espanholas na América servem em grande medida para as investigações deste trabalho. A pergunta não poderia ser outra: por que o Brasil se constituiu num só país enquanto a colônia espanhola se fragmentou em diversos países?

²⁸ Segundo Hruby (2012, p. 33): “Das incipientes narrativas provinciais, cito: *Anais da Província de São Pedro* (1819-1822, 1839) do Visconde de São Leopoldo; *Compêndio das eras da província do Pará* (1838) de Antônio Ladislau Monteiro de Baena; *Memórias históricas e políticas da província da Bahia* (6 v., 1835-1852) de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva; *Anais do Rio de Janeiro contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade, com a história civil e eclesiástica até a chegada d’El Rei D. João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas* (7 t., 1834-1835) de Baltazar da Silva Lisboa; *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas* (2 v., 1860-1874) de Cândido Mendes de Almeida. ”

Essa diferença entre as antigas colônias está concentrada em dois pontos, como nos indica José Murilo de Carvalho. O primeiro, diz respeito a unidade política de uma e a fragmentação da outra. O segundo, refere-se ao tipo de sistema político implementado nas duas.

No livro *A Construção da Ordem*, José Murilo rejeita as explicações de ordem administrativa, embora reconheça as grandes diferenças entre os estilos coloniais português e espanhol. O autor defende que esse fator não é suficiente para justificar o resultado, mesmo sendo mais aparente a centralidade na administração portuguesa. Ele expõe a fragilidade dessa administração analisando a autoridade entre o vice-rei e os capitães-gerais, e os conflitos entre eles. Portanto, a administração, composta por vice-reis e capitães gerais, não sustentaria por si só a unidade da colônia portuguesa, por causa das disputas de interesses nessa administração.

Outra explicação questionada por José Murilo é de natureza política. Apontava-se que a presença da Corte na transição da Colônia para o Império, teria tornado possível a solução monárquica no Brasil e a consequência imediata teria sido a unidade do país e um governo relativamente estável. Apesar de reconhecer a importância dessa questão, José Murilo defende que a “independência viria com ou sem rei e a monarquia. O fato de ter vindo com ambos deveu-se fundamentalmente a uma opção política entre outras alternativas possíveis”. (CARVALHO, 2010, p. 15).

Duas outras explicações analisadas pelo autor, ambas são de natureza social e econômica. A primeira defende que “o declínio do ciclo mineratório nas colônias espanholas, ainda no século XVII, e o refluxo para a agricultura teriam levado ao maior isolamento dos vários centros coloniais, ao passo que o surto mineratório brasileiro, vindo mais tarde, teria proporcionado maior integração” (CARVALHO, 2010, p. 15). Entretanto, mesmo com a grande capacidade de criação de laços econômicos do “ciclo do ouro”, José Murilo aponta que essa atividade começara a declinar também na América portuguesa na segunda metade do século XVIII, podendo-se verificar o mesmo refluxo para a agricultura.

A segunda explicação refere-se à escravidão. Diz-se que a centralidade favorecia a manutenção da escravidão, que teria a capacidade de conter as iniciativas abolicionistas nas províncias e evitaria, para o caso da fragmentação, as possíveis revoltas escravas pela diferença de países escravistas e não escravistas. Para esse caso, José Murilo avalia:

O argumento é plausível, mas pede qualificações. A primeira é que a fragmentação em si poderia também fortalecer a escravidão nas províncias em que elas tivessem mais peso econômico. O medo não era da fragmentação em si, mas da guerra civil [como no caso da revolta dos escravizados na colônia francesa de Santo Domingo - Haiti]. A segunda é que a aspiração de manter unida a ex-colônia para se construir no Brasil um poderoso império antecedia a preocupação com a preservação da escravidão, já vinha de antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro (CARVALHO, 2010, p. 19).

Essas análises serviram de ponto de partida para que José Murilo de Carvalho construísse sua tese sobre a unidade na formação do Estado brasileiro. Suas proposições estão organizadas em *A Construção da Ordem e o Teatro de Sombras*. Em *A Construção da Ordem*, o autor esteve mais interessado em perceber a composição do Estado brasileiro, percebendo a elite política imperial. No *Teatro das Sombras*, o interesse foi de perceber a própria política imperial.

A tese de José Murilo de Carvalho é a de que “a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa” (CARVALHO, 2010, p. 21). A unidade do caso brasileiro deveu-se, portanto, ao tipo de elite política. Essa elite, segundo o autor, “caracterizava-se sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento” (CARVALHO, 2010, p. 21).

Outros trabalhos dão conta da formação do Estado brasileiro, oferecendo-nos interpretações, por vezes complementares, mas completamente convergentes noutros momentos. Para citar alguns dos trabalhos mais notáveis sobre o século XIX e a formação do Estado nacional brasileiro, cito os trabalhos: “O Minotauro Imperial” (1978), de Fernando Uricoechea, que analisa a formação do Estado através de sua burocratização, mais especificamente da criação, em 1831, da *Guarda Nacional* - o minotauro imperial, para o autor. Outro trabalho que merece referência em se tratando da formação do Estado Imperial é “O Tempo Saquarema” (2004), de Ilmar de Mattos. Nesse trabalho, o autor defende que existiu no Brasil uma elite conservadora dirigente que teria marcado a centralização do Estado Imperial. Essa elite, que ele denomina Saquarema, teria conseguido neutralizar as ações políticas de grupos progressistas, os Luzias (liberais), e impedido insurreições populares. Entretanto, a tese de Miriam Dolhnikoff (2003) se contrapõe ao projeto centralizador de Ilmar Mattos. A autora defende que teria existido um pacto federalista, fruto de uma negociação entre o

governo central e as províncias, de suma importância para a constituição do Estado Imperial brasileiro. O “Pacto Imperial”, como defende Dolhnikoff, manteve a “unidade” junto à “autonomia”. Foi “um arranjo institucional adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a participação e a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central) definidos constitucionalmente” (DOLHNIKOFF, 2003, p. 433). Esse arranjo seria o federalismo. Assim, o federalismo teria contribuído à unidade e não à centralização de uma elite dirigente, como defende Ilmar Mattos.

Temos, portanto, teses, por vezes complementares, por vezes antagônicas. Embora divirjam mais diretamente, as teses de Ilmar Mattos e Miriam Dolhnikoff contém um elemento de grande valia para este trabalho, qual seja, a disputa entre as províncias e o governo central.

Dada a intensidade com que esse assunto foi tratado nas casas legislativas do Império entre as décadas 1820 e 1850 – segundo Ilmar Mattos e Miriam Dolhnikoff – podemos supor que esse assunto estava difundido pelos diversos setores vinculados ao governo imperial. Não se tem um trabalho voltado para perceber essas tensões no interior de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja função foi marcadamente colaborar com o projeto político do Segundo Reinado. No entanto, pela difusão e intensidade dessa questão à época, e pela vinculação política dos intelectuais que compunham o IHGB, podemos dizer que em maior ou menor grau essas tensões exerceram influência sobre o interesse acerca do lugar das histórias provinciais na escrita da história nacional no século XIX. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988), a história regional foi um dos três temas mais tratados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB. Muito embora, este autor aponte que o interesse maior era por regiões de fronteira, pelo interesse, sobretudo, econômico e político da delimitação das fronteiras.

Tristão mencionou a importância do patriotismo e da unidade nacional, apresentando fatos históricos que marcaram a política ao longo do século XIX:

Foi o patriotismo quem deu-nos por pátria o império vasto; quem formou a independência com regime constitucional; quem assegurou a integridade do império em 1831; e quem acaba de colocar-nos entre os povos no mundo sem a mácula da escravidão doméstica. O patriotismo nos tem aconselhado, e com ele temos executado reformas úteis.

Assim fizemos o ato adicional de 1874 (correção 1834), que concedeu às províncias meios de engrandecimento; assim fizemos a revolução pacífica da supressão dos morgados, com cuja permanência estaria hoje o país avassalado por uma classe de proprietários imperiosos e intransigentes.

Se o ato adicional não houvesse dado as províncias fraquezas para o seu melhoramento e progresso, ter-se-ia tornado insuportável a união delas ao Centro; união que cada vez mais se sementará mediante novas concessões que os tempos já anunciam como necessários.

Propugnador da unidade do Império, quero que ela derive-se de recíprocos interesses entre o centro e as províncias; porque desta forma a união jamais perigará.

O futuro historiador do Brasil será aquele que souber ensinar-nos donde veio, e como formou-se este povo magnânimo, excitando ao mesmo tempo o patriotismo dos brasileiros, já tão assinalado no passado, e tão prometedor no futuro. (ARARIPE, 1876, p. 75-76)

Essa passagem é bastante significativa para que percebamos como Tristão assume a relação política entre o Centro e as Províncias. Esta relação, para Tristão, é promovida e característica do patriotismo, do amor à pátria, e, portanto, a sua união e fortalecimento. Há ainda a menção de que o “futuro historiador” deve entender como o patriotismo colaborou para a formação deste povo, o brasileiro, que só pode ser entendido a partir de sua unidade.

A seguir, serão apresentados alguns dos pronunciamentos mais importantes do IHGB com relação à escrita da história nacional no século XIX, o objetivo é que se perceba o lugar de importância das histórias provinciais na composição da história nacional.²⁹ Os documentos analisados serão: *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, publicado na RIHGB em 1839; a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friederich Phillipe von Martius, escrita em 1843 e publicada na RIHGB em 1845; e a *Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, de Raimundo José da Cunha Matos, escrita em 1838 e publicada na RIHGB em 1863.

²⁹ O meu critério de escolha se deu pela ordem de importância dos pronunciamentos, dois deles feitos pelos sócios fundadores do IHGB, Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos, e o outro por Martius, ganhador do concurso “Como se deve escrever a história do Brasil”. São documentos importantíssimos, porque representam as posturas divergentes dentro do IHGB.

2.4.2 O IHGB e a Escrita da História Nacional³⁰

A História Nacional do Brasil pretendida pelo IHGB teria de se fazer em consonância com a ordem emergente do Estado brasileiro, ou seja, de acordo como o projeto imperial a partir de 1840, que tinha como figura central D. Pedro II. O Instituto contribuiria assim decisivamente para legitimar esse projeto imperial, colaborando para a centralidade e para o ideal nacional. Àquela altura, o Brasil estava se consolidando como Estado, mas não como Nação. Uma das características do Instituto foi a de promover a identidade nacional, o sentimento de amor à pátria, utilizando a História para tal fim. O Estado brasileiro precisava de uma história, de um passado representado que colaborasse com os seus projetos de governo, requisito necessário para todas as nações - a história como a biografia da nação, como afirma François Furet (1967).

No discurso de fundação do IHGB, em 1838, Januário da Cunha Barbosa estabelece quais os objetivos do Instituto e a sua relação com a história do Brasil. O intuito das citações abaixo é destacar as menções sobre as histórias regionais (provinciais) e sobre seus letrados.

Eis o motivo, senhores, porque dous membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e também socios do Instituto Historico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos litteratos, se animarão a propor a fundação de hum instituto histórico e geographico brasileiro, que, sob os auspicios de tão util quanto respeitavel sociedade curasse reunir e organizar os elementos para a historia e geographia do Brasil, *espalhados por suas provincias, e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia.* (grifos meus)(f. 9)

(...)

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jazião até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos. *Esta tarefa, em nossa circumstancias, bem superior ás forças de hum só homem ainda o mais emprehendedor, torna-se-há facil pela coadjuvação de muitos Brasileiros, esclarecidos das provincias do império, que, attrahidos ao nosso instituto pela*

³⁰ A leitura de autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988) e Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995), bem como a de Astor Antonio Diehl (1998) foram imprescindíveis para o desenvolvimento desse tópico, que pretende entender quais as ações empreendidas pelo IHGB para o fomento de uma escrita da história nacional.

gloria nacional, que he o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvão de membros ao corpo de huma historia geral e filosofica do Brasil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e quando os que se reúnem em tão nobre associação apparecem possuidos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconisar hum honroso successo á fundação do nosso instituto historico e geographico. (grifos meus)(f. 10-11)

(...)

A empresa de alguns nossos escriptores, que tem escripto sobre as cousas da patria, não será perdida para o nosso Instituto. Desse cabedal, difficilmente reunido nas provincias pelos incansaveis e distinctos litteratos Berredo, Rocha Pitta, bispo Azevedo, Monselhor Pizarro, Frei Gaspar, Durão, visconde de Cairú e de S. Leopoldo, conselheiro Balthasar Lisboa, Rebello, Ayres do Casal, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellegarde e outros muitos, se formará no nosso Instituto o corpo da historia geral brasileira, encendrado pela philosophia de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus factos, afim de serem dignamente comprehendidos. (grifos meus)(f. 16 – 17)

Nos grifos acima, destaco três aspectos importantes: o primeiro, diz respeito ao recolhimento dos elementos da geografia e da história espalhados pelas províncias, “*e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia [a história nacional]*”. O segundo aspecto, chama atenção para o trabalho conjunto de vários profissionais das províncias que colaborariam para “*huma historia geral e filosofica do Brasil*”, dado a dificuldade desse trabalho por um só homem. O terceiro aspecto é do aproveitamento dos trabalhos já realizados por escritores que se detiveram em escrever sobre questões vinculadas às províncias, também de outros autores que estivessem próximos ao projeto de história nacional pretendido pelo Instituto e pudessem colaborar.

Temos nessas passagens, os primeiros elementos para pensar numa abertura do Instituto para os elementos de histórias provinciais que colaborassem para a história geral do Brasil. Nela, haveria espaço para as histórias das províncias e para a colaboração de literatos que se interessaram ou que se interessassem naquele momento por essas histórias.

Passemos agora para a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friederich Phillipe von Martius, escrita em 1843 e publicada na RIHGB em 1845. Esse trabalho foi ganhador do concurso lançado pelo IHGB, que pretendia lançar as bases para a história nacional. Participaram do concurso apenas dois estudiosos: o naturalista alemão Karl F. P. von Martius e Júlio de Wallenstein. O projeto de

Wallenstein não representou a novidade pretendida pelo Instituto, propondo o estudo da história do Brasil por décadas. Martius, por sua vez, recomendou a apresentação dos principais elementos que deveriam constituir a história nacional, bem como indicou os principais problemas a serem resolvidos pelo historiador interessado em tal projeto. Para Martius, a história do Brasil teria que ser escrita pelo que lhe havia de mais particular, ou seja, “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças”, a saber, “a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica” (MARTIUS, 1845, f. 382). Sendo o português, representante da raça branca, o “motor da história do Brasil”.

Abaixo segue uma passagem da monografia, que destaca o lugar das histórias provinciais na história do Império do Brasil, para Martius.

Sobre a forma que deve ter uma historia do Brazil, seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as provincias, em separado, são de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo não satisfazem ainda ás exigencias da verdadeira historiographia, porque se resentem de mais certo espirito de chronicas. (...).

Aqui se encontra grande difficuldade em consequencia da grande extensão do territorio brasileiro, da immensa variedade no que diz respeito á natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e á composição da população de tão disparados elementos. (...).O autor, que dirigisse com preferencia as suas vistas sobre uma destas circumstancias, corria perigo de não escrever uma historia do Brazil, mas sim uma serie de (f. 407 - 408) historias especiaes de cada uma das provincias. Um outro porém, que não desse a necessaria attenção a estas particularidades, corria o risco de não acertar com este tom local que é indispensavel onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse e dar ás suas descrições aquella energia plastica, imprimir-lhe aquelle fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores.

Para evitar este conflicto, parece necessario que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do paiz em geral, conforme o que tenha de particular com a mãe patria, e as mais partes do mundo; e que, passando logo para aquellas partes do paiz que essencialmente differem, seja realçado em cada uma dellas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a historia. Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada provincia; mas omitir, pelo contrario, tudo aquillo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjunctamente aquellas porções do paiz que, por analogia da sua natureza physica, pertencem umas ás outras. Assim, por exemplo, converge a historia das provincias de S. Paulo, Minas, Goyaz e Matto-Grosso; a do Maranhão se liga á do Pará, e á roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Parayba. Enfim, a historia de Sergipe, Alagôas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia.

*Para um tal trabalho, segundo certas divisões geraes do Brazil, parece-me indispensavel que o historiador tivesse visto esses paizes, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim, poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Imperio, explical-os pela particularidade do solo que o homem habita; e collocal-o em um verdadeiro nexu pragmatico para com os acontecimentos da visinhança. **Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjuncturas históricas.***

[..]

(...) Ellas imprimirão á sua obra um attractivo particular para os habitantes das differentes partes do paiz, porque nesta diversas descrições locaes, reconhecerão a sua propria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos. Desta sorte ganhará o livro em variedade e riqueza de factos e muito especialmente em interesse para o leitor Europeo. (grifos meus) (MARTIUS, 1845, folhas 399 – 401)

Podemos ressaltar alguns pontos importantes para a reflexão sobre como, para Martius, a história provincial deveria ser assumida pelo historiador nacional. Primeiro, o autor retoma a importância das obras publicadas sobre as províncias, como faz Januário da Cunha Barbosa, mas diz que elas são insuficientes pelo seu espírito de crônica. Segundo, enfatiza a dificuldade de se conhecer a diversidade do país, pela sua extensão territorial. Terceiro, diz dos riscos do historiador do Brasil ficar voltado para as histórias provinciais, mas também daqueles que desconsiderem sua importância. Para isso, estabelece como o historiador deve agir com relação às histórias provinciais, retirando delas o que lhe havia de mais essencial, particular, e omitindo as repetições. Por fim, defende que se houvesse uma convergência das histórias provinciais numa divisão em “regiões”, os historiadores conseguiriam atingir a diversidade do país. Nesse sentido, fala da necessidade do historiador percorrer o território para perceber as peculiaridades das diversas “regiões”.

Esta diversidade não é sufficientemente reconhecida no Brazil, porque há poucos brasileiros que tenham visitado todo o paiz; por isso formam idéas muito erroneas sobre circumstancias locaes, facto este que sem duvida alguma muito concorre para que as perturbações politicas em algumas provincias só se podiam apagar depois de longo tempo. (MARTIUS, folhas 400- 401)

Dito isso, podemos perceber qual a relação que as histórias províncias deveriam ter para a unidade do país.

Só agora principia o Brazil a sentir-se como um todo unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas provincias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrucção judiciousa; cada uma das partes do Imperio deve tornar-se cara ás outras; deve procurar-se provar que o Brazil, paiz tão vasto e rico em fontes variadissimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favoravel desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarchia, a estabelecer, por uma sabia organisação entre todas as provincias, relações recíprocas. Em quanto não poucas vezes acontecerá que os estrangeiros tentem semear a zizania entre os interesses das diversas partes do paiz, para assim, conforme ao *divide et impera*, obter maior influencia nos negocios do estado; deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer occasião afim de mostrar que todas as provincias do Imperio por lei organica se pertencem mutuamente, que seu propicio adiantamento só póde ser garantido pela mais intima união entre ellas. (MARTIUS, f. 402)

Assim, as histórias provinciais além de serem condições necessárias aos aspectos historiográficos da história do Brasil, também eram tema das disputas políticas para a unidade nacional. A história do Império do Brasil passaria necessariamente pelas províncias, dado a necessidade de considerá-las fazendo parte da nação.

Passemos agora, para o terceiro documento, escrito por Raimundo José da Cunha Mattos.

O Sr. Bellegarde quando fez o seu último discurso em sessão do dia 15, sustentou que se deve escrever por épochas distinctas a história philosophica do imperio do Brasil; e consecutivamente apontou algumas d'essas eras, ou períodos que lhe pareceram mais próprias para a organisação, e arranjo de toda a obra: outros senhores discorreram em mesmo sentido, indicando todavia maior ou menor numero de épochas; e ultimamente o Exm. Sr. visconde de S. Leopoldo, ferindo com mão de mestre o complexo dos argumentos, mostrou, e parece-me que mui bem, *que por ora não estamos habilitados a escrever a historia geral do imperio do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários.* – Felizmente o Exm. Sr. visconde *faz honra á minha opinião, quando quer que indaguemos em primeiro lugar a historia particular das províncias, para com bons materiaes escrevermos a historia geral do império brasileiro.* (grifos meus)

Este documento guarda uma peculiaridade, que vale menção aqui. A “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do

Brasil”, escrita por Cunha Mattos em 1838, só foi publicada em 1863 na RIHGB, o que pode demonstrar as tensões sobre os projetos de se escrever a história nacional no interior do Instituto. Nessa dissertação, Cunha Mattos trata de um tema bastante caro às discussões porvindouras da historiografia brasileira do século XIX, qual seja, a maneira de se tratar o passado e o presente do Império do Brasil (história antiga e moderna). A periodização da história do Brasil era assunto recorrente entre os autores/sócios do IHGB, vide o caso de Henrique Julio de Wallenstein (1843), Capistrano de Abreu (1884) e Tristão de Alencar Araripe (1894), dentre outros textos publicados na RIHGB.

No entanto, o que destaco na dissertação escrita por Cunha Mattos é a sua defesa com relação ao lugar que as histórias provinciais deveriam ter no projeto de história do Império do Brasil no século XIX. Cunha Mattos, de acordo com o Sr. visconde de São Leopoldo, defende que primeiro sejam levantados um número suficiente de documentos e histórias das províncias, para que só assim fosse empreendido o esforço de uma história geral do Brasil.³¹

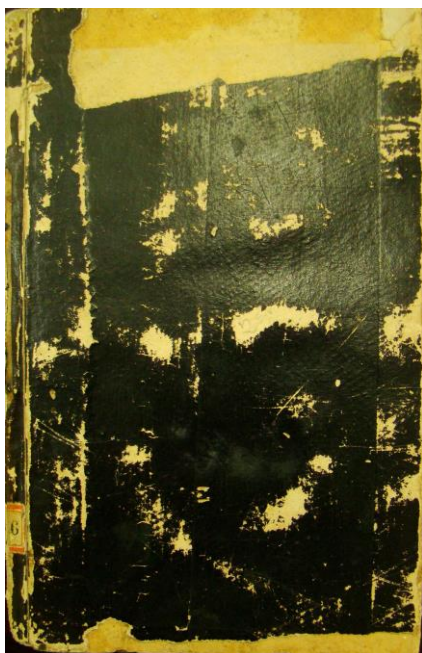
Temos, portanto, três posturas diferenciadas com relação às histórias locais. A primeira, o Sr. Januário da Cunha Barbosa, defende que as histórias sobre temas provinciais deveriam ser apenas consideradas pelo historiador nacional, servindo-lhe como referência secundária para a escrita de sua história do Império. A segunda, refere-se aos apontamentos de von Martius, que propõe que as histórias provinciais sejam levadas em consideração, devido à sua importância, mas que o historiador deveria, com astúcia, retirar delas o que havia de singular e que contribuísse à história geral. Por fim, Cunha Mattos, que é categórico quando diz que o intuito primeiro deveria ser o de conhecer e pensar essas histórias. Enquanto para Januário Cunha Barbosa e von Martius a história geral se utilizaria dos fatos históricos já escritos sobre as provinciais, para Cunha Mattos essas histórias não eram suficientes para compor a história geral do Império do Brasil. Assim, “por ora não estamos habilitados a escrever a historia geral do império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários”. Cunha Mattos, ainda concordando com o Sr. visconde de São Leopoldo, aponta que em primeiro lugar se deveriam estudar as histórias provinciais, “para com bons materiaes escrevermos a história geral do império brasileiro”.

³¹ Essa percepção de que a História Nacional do Império do Brasil precisaria de um número suficiente de documentos e histórias provinciais é recorrente na historiografia da RIHGB. Destaco as referências acima, de Cunha Mattos e o Sr. Visconde de São Leopoldo, e também a de Capistrano de Abreu, no Necrológio de Varnhagen, em 1878, como vimos na sessão 1. Caminhos da pesquisa – a escolha pela historiografia.

Com isso, podemos entender um pouco do ambiente intelectual do IHGB e mais especificamente sobre como as histórias provinciais foram pensadas por alguns membros do Instituto. Mas, além dos fatos comentados sobre as províncias, quais as histórias provinciais foram endereçadas ao IHGB, com a finalidade de contribuir com a história nacional? Essa pergunta deve motivar outros/as pesquisadores/as interessados/as na historiografia brasileira do século XIX, vinculada ao IHGB e aos projetos de história nacional.

3. CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA NACIONAL – A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ

Apesar de ser uma referência pelo pioneirismo ou pelo fato de ser um dos primeiros intentos para a escrita da História do Ceará, o livro *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* teve apenas três edições. As razões não são precisas, o próprio autor foi cobrado por uma nova edição ainda em vida, que fosse aumentada e melhorada, mas não o fez, embora não lhe faltasse tempo nem competência pra isso, como indicou José Aurélio Câmara (1958).



A primeira edição do livro data de 1867, realizada pela Tipografia do Jornal do Recife. A imagem ao lado mostra o livro em questão, certamente com uma nova capa para evitar maior desgaste do miolo. A conquista dessa foto nos vale uma pequena história.

Ainda em 2010, quando iniciei minha pesquisa documental, não tinha contato com nenhuma das edições do livro. A terceira edição, lançada pela Editora Demócrito Rocha, em Fortaleza, era o livro mais acessível. Depois de iniciada a pesquisa, adquiri a 2ª edição, de 1958, por meio de uma compra via internet, num sebo de livros em São Paulo.

A segunda edição era importante porque continha a apresentação e as anotações de José Aurélio Câmara, membro do Instituto do Ceará, um dos colaboradores financeiros para essa edição, junto com outros membros do Instituto. Com as duas últimas edições em mãos, pensei que esse material já era suficiente para desenvolver alguma análise, pois se tratavam de dois livros, lançados em temporalidades diferentes e apresentados por autores com percepções e críticas muito diversas. Mas persistia a questão acerca da primeira edição. Não era um problema, mas um desafio a ser superado.

Foram dois anos de procura e muitas especulações. Em 2010, visitei todas as bibliotecas públicas de Fortaleza, mas não encontrei o exemplar. Passei a buscá-lo em

arquivos, mas não obtive sucesso. Por fim, fui ao Instituto do Ceará, mas fui informado que lá também não havia o exemplar da primeira edição. Essas buscas acompanharam a procura por outros materiais, livros, jornais, fotografias, etc. que me levassem a informações sobre o autor e seu livro. Confesso que depois das primeiras buscas, me contentava com o pouco que conseguia encontrar, ou seja, indicações esparsas. No primeiro momento, me guiei pelas indicações da historiadora Ítala Byanca Silva (2006), que em seu livro elencou a lista de documentos pesquisados³².

Em 2012, consegui viajar para o Rio de Janeiro e conhecer algumas instituições de pesquisa. No curto espaço de tempo que tive, foquei meus objetivos em conseguir todo material disponível para a pesquisa. Naquele momento, foram essenciais, ou melhor, de suma importância, as indicações do historiador Hugo Hruby, que me indicou a localização (com referências) de todo o material que ele acumulou para a sua pesquisa de doutorado sobre Tristão de Alencar Araripe.³³

Além do acúmulo de todos os materiais possíveis sobre Tristão de Alencar Araripe, tinha ainda dois compromissos: encontrar a 1ª edição do livro e localizar o texto *Como se deve escrever a História do Brasil*, publicado pelo autor em dois momentos distintos, o primeiro em 1876 e o outro em 1895.

O tempo que passei no Rio de Janeiro foi insuficiente para conseguir estudar todos os documentos do Acervo de Tristão no IHGB, lugar que priorizei para a pesquisa. Como não pude fotografar nenhum material, pelas péssimas condições com que se encontravam os documentos, me restou fazer anotações e transcrições de tudo que conseguia. Fiz uma listagem geral e foquei nos principais documentos, a fim de obter materiais suficientes para a dissertação. Com a finalidade de agilizar o trabalho de coleta da documentação optei por ler os documentos e gravar em áudio.³⁴

Por fim, consegui, com muita dificuldade, encontrar o texto *Como se deve escrever a história pátria*, de 1876. O texto foi publicado em um livro que reuni todas as palestras realizadas na Rua da Glória, no Rio de Janeiro, ao longo da década de 1870. Mas, infelizmente, não encontrei no seu acervo a primeira edição da *História da Província do Ceará*.

³² Toda a busca relatada anteriormente se deu antes de minha entrada no mestrado do PPGH/UFPB.

³³ Agradeço ao autor pela confiança de compartilhar comigo informações que lhe custaram grande esforço. Obrigado também pelo estímulo de continuar pesquisando Tristão de Alencar Araripe, mesmo tendo feito um trabalho memorável sobre este autor.

³⁴ Esse esforço foi recompensador, consegui mais do que tinha ido buscar, mas muito menos do que encontrei no IHGB.

Voltei para Fortaleza com a certeza de que a primeira edição, além de esgotada para venda, não estava disponível para consulta em acervos públicos. Dei-me por vencido, mas me peguei pensando muitas vezes na possibilidade de encontrá-lo perdido em alguma biblioteca ou em acervos particulares³⁵.

Depois de muitas buscas inglórias pela primeira edição, finalmente a localizei de forma inusitada no Instituto Histórico do Ceará. Em mais uma das visitas que fiz ao local, com a finalidade de buscar alguns materiais para a escrita dos capítulos desta dissertação, fiz sem muitas expectativas, a mesma pergunta ao atendente do Arquivo: haveria ali a primeira edição do livro de Tristão de Alencar Araripe?

Para a minha surpresa, fui informado que sim, e que estava disponível para consulta. Mal conseguia me conter de tanta curiosidade. Folheei o livro como se tivesse encontrado os antigos manuscritos da Bíblia, escritos pelo próprio Cristo, entretanto, ao final da leitura descobri que aquele exemplar não me dizia nada de novo, estavam lá todos os capítulos escritos e nenhuma anotação nova ou espetacular. Tratava-se apenas de um livro raro.

Demorei certo tempo para voltar do mundo dos sonhos e me contentar com a realidade prática das pesquisas acadêmicas. Mas essa busca me trouxe o maior dos aprendizados, talvez não tanto quanto ter encontrado um exemplar raro com revelações importantes de Tristão sobre o livro. Compreendi que a pesquisa acadêmica em História deve ser guiada pelos desafios da pesquisa documental, da preparação e amadurecimento do olhar para com estes documentos e da rotina da escrita. Talvez o espírito de “Indiana Jones” não tivesse sido totalmente superado por mim, por isso tanto desejo por buscar segredos, mistérios, documentos perdidos, etc. Mas a rotina da pesquisa me mostrou que a realidade pode ser bem mais simples e ainda assim prazerosa, porque funcional e verdadeira.

Será que a minha pesquisa ou a minha vontade de continuar pesquisando Tristão e seu livro estaria comprometida? Penso que sim, mas de uma maneira positiva. Uma das vantagens dos novos tempos da pesquisa em História é a possibilidade de incluir, sem grandes problemas de forma e conteúdo, o percurso e os questionamentos dos vários momentos da pesquisa e da própria confecção do texto. É cada vez mais

³⁵ Muitas questões ficaram sem resposta: será que só haveria um único exemplar existente e de posse de alguém da família Alencar? Infelizmente não tive a oportunidade de conhecer nem membro da família. Será que estaria guardado em algum arquivo secreto, ou restrito, do IHGB? Eu não saberia. E qual o motivo para tanto mistério, caso o livro realmente existisse? Haveria neste exemplar alguma anotação ou indicação importante para mantê-lo em segredo?

recorrente e quase uma exigência por parte dos leitores, o uso deste recurso narrativo de apresentar o passo-a-passo da pesquisa. É também cada vez mais coerente, visto que as pesquisas se transformam cada vez mais numa visão, num percurso particular, sobre o objeto estudado sem grandes pretensões de uma busca pela verdade, mas de apontar um olhar diferente sobre alguns temas e questionamentos.

Foi uma grande lição aprendida: a de que precisamos ficar atentos também ao óbvio, nem sempre ao espetacular. E retirar dessa experiência reflexões sobre a pesquisa.

Dito isso, quero apresentar aos leitores algumas reflexões sobre a relevância da *História da Província do Ceará* e de Tristão de Alencar Araripe. Selecionei para tanto, a leitura que José Aurélio Câmara fez da obra de Tristão na medida que as considere representativas para o entendimento do que eu pretendia ressaltar.

Tomando como referência as palavras do próprio José Aurélio Câmara no prefácio à 2ª edição: “A *História da Província do Ceará*, agora reeditada, é o que se poderia chamar – um livro pioneiro” (CÂMARA, 1958, VII). E ressalta ainda que:

O próprio setor mais amplo da história nacional ressentia-se, naquela época, da ausência de obras definitivas, delineadoras da fisionomia da nossa evolução trisseccular, embora, silenciosamente, vasculhasse já os arquivos da Europa a atividade incansável de Francisco Adolfo de Varnhagen.

A primeira edição de HISTÓRIA GERAL DO BRASIL do grande sorocabano foi impressa em Madrid nos anos de 1854 e 1857, e só foi editada no Brasil em 1877, quando já há mais de vinte anos fora escrita, e há dez já publicada, a HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ. O original inglês da HISTÓRIA DO BRASIL, de Robert Southey, apareceu em Londres em 1810, mas a primeira edição em língua portuguesa, anotada por Fernando Pinheiro, data de 1862.

No que se refere a obras especializadas sobre capítulos da nossa História, o panorama era ainda mais desalentador. A tradução portuguesa da obra de Johannes de Laet, relativa ao Brasil Holandês, é de 1874. A primeira edição da HISTÓRIA DAS LUTAS DOS HOLANDESES NO BRASIL, de Varnhagen, é de 1872, e só em nossos dias apareceu a tradução da obra de Johan Nieuwhof, indispensável ao estudo dos sucessos da guerra holandesa. O famoso livro de Netscher LES HOLLANDAIS AU BRÉSIL, notável sobretudo por ter sido o seu autor o primeiro a compulsar os documentos dos arquivos dos Estados Gerais, coleção do Arquivo Real de Haia, foi publicado na Holanda em 1853, e só em 1942 apareceu uma edição em português.

Relativamente ao Ceará holandês, praticamente nada se sabia e era enorme a confusão antes das pesquisas que, de 1885 a 1886, fez em Haia o Dr. José Higinio Pereira. A esse ilustre pernambucano devemos o que hoje se conhece acerca da presença do flamengo no Ceará, sendo graças a ele que tomamos conhecimento do famoso

diário de Mathias Beck, o chefe da segunda expedição holandesa em 1649.

As obras de João Francisco Lisboa, que tantas luzes trazem sobre as invasões holandesas e francesas, contribuição notável aos estudiosos da História do Ceará pelos laços que nos ligaram ao Estado do Maranhão, foram impressas em 1864-1865.

Essas considerações levam-nos a julgar com justiça a HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ como uma obra pioneira, em cuja elaboração a contrapartida dos esforços e pesquisas supera de muito as falhas existentes. Obra quase centenária, é ainda hoje livro de consulta obrigatória na elucidação de certos aspectos da administração colonial, não sendo raros os autores modernos que a citam como fonte autorizada. (CÂMARA, 1958, XI - XII)

É significativa a menção a Varnhagen e a Robert Southey nos comentários de Câmara para falar do pioneirismo da *História da Província do Ceará*. O objetivo do autor penso que foi o de ressaltar a “falta” de referência de obras de relevo nacional “delineadoras da fisionomia da nossa evolução trisseccular” que poderiam guiar os caminhos da escrita da história do Ceará e acrescenta:

Em meados do século passado, muito pouco se conhecia acerca dos primórdios da História do Ceará. Era quase absoluto o desconhecimento de fontes seguras de informações sobre fatos comezinhos do nosso passado. O próprio Araripe, em carta de 8 de setembro de 1895 ao Barão de Studart, dá-nos disso uma perfeita ideia: ‘Em 1847, quando comecei a fazer investigações sobre os antigos sucessos da nossa terra, tal era a deficiência de notícias acerca de tais sucessos, que nem a lista de capitão-mores e governadores da primeira época colonial do Ceará possuíamos, e só a pude formular, recorrendo aos livros de vereação da Câmara do Aquirás, dos quais extraí os nomes e as datas de posse desses funcionários, regulando-me pelos termos de juramento; a lista que dei ao finado Senador Tomás Pompeu, a seu pedido, que depois reconheci estar incompleta pelo exame dos livros da secretaria do governo de Pernambuco, onde o consultei em 1964. Procurei então completa-la; mas pelas publicações da Revista do Instituto do Ceará observei que ainda existiam lacunas, que agora reputo preenchidas’. (Revista do Instituto do Ceará – Tomo X - 1896).” (CÂMARA, XI).

Pelo pioneirismo de sua elaboração, que denota, para Câmara, o espírito de descoberta do historiador, e pelos grandes desafios da pesquisa, a saber, das condições dos arquivos e documentos pesquisados, a obra superaria as “falhas” existentes, segundo a interpretação de José Aurélio Câmara. Câmara foi responsável pelas notas da segunda edição da *História da Província do Ceará*, e o seu trabalho foi detalhado e

insistente em atualizar os erros e equívocos cometidos por Tristão. Câmara complementa suas considerações sobre a obra de Tristão, indicando as dificuldades da realização da pesquisa feita pelo autor.

Não dispondo de outros recursos senão aqueles que pacientemente coligira, ele próprio, em arquivos deficientes da província, labutando às escuras numa seara ainda virgem, sua obra fatalmente se ressentiria de falhas e omissões. Desbravando o desconhecido, embrenhando-se por meandros impenetráveis, se nem sempre encontrou a verdade, nem por isso a perseguiu menos, ‘pelo terreno fugidio das dúvidas e das incertezas, destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade’, como de Varnhagen diria mais tarde Capistrano de Abreu”. (CÂMARA, XI)

Câmara foi “especialista” em Capistrano e a comparação de Varnhagen a Tristão ressalta a importância que este autor tem para a historiografia, não apenas cearense, mas nacional.³⁶ Por fim, mais uma referência a Capistrano e a importância da obra de Tristão:

Escreveu-o o Dr. Tristão de Alencar Araripe, por volta de 1850, numa tentativa, verdadeiramente notável para a época, de unificação de fatos esparsos da História do Ceará, dando-lhes forma e encadeamento. O livro, entretanto, só viria a lume em 1867, editado em Pernambuco, e até hoje nunca tivera uma segunda edição. Capistrano de Abreu cogitou de reeditá-lo numa coleção que dirigia em fins do século passado (Carta a Oliveira Lima, de 12-X-1900), o que demonstra a importância que a obra assumia, naquela época, aos olhos de historiador tão erudito quanto exigente. (CÂMARA, 1958, VII-VIII)

Uma segunda edição da *História da Província do Ceará* foi tema de grande interesse, mesmo durante a vida de Tristão, como veremos quando tratarmos da “falta” dos fatos políticos, em que os familiares de Tristão estiveram presentes na primeira metade do século XIX. Mas essa edição atualizada e melhorada pelo autor não foi editada durante a vida de Tristão, restando a Câmara corrigir aqui e ali os erros ou falhas cometidos na primeira edição.

³⁶ José Aurélio Câmara publicou, em 1969, pela José Olympio, o livro *Capistrano de Abreu: tentativa bibliográfica*.

3.1 As concepções de história presentes na obra de Tristão: a Conferência Como cumprir escrever a história pátria (1876)

Em 1876, Tristão realizou uma conferência intitulada, *Como cumprir escrever a história pátria*. Na ocasião deste texto, proferido originalmente nas Conferências Populares da Glória³⁷ e só depois publicado em forma de texto, Tristão fez elogios gerais à instrução pública e ressaltou a importância desta para o sucesso do Estado e do amor à pátria pelos cidadãos. Ao longo do texto, o autor faz diversas considerações sobre os desafios dos historiadores modernos para a escrita da história. O desafio destes seria o de considerar os “povos” em detrimento dos “heróis”, e nesse sentido elevar a importância do homem de gabinete, o político, ao invés do guerreiro. A história moderna seria, para Tristão, a história do progresso do Estado, como regulador das ações sociais e proponente das suas melhorias.

O que vale destaque e menção é que Tristão, no texto da Conferência a que estamos nos referindo, fez uso dos mesmos argumentos que fizera na *História da Província do Ceará*, em 1867. O autor retoma as defesas para com o sentimento pátrio e a importância da História para a instrução pública. Sobre os aspectos da maneira de se escrever a história moderna, afirmava que esta não deveria mais dar ênfase às batalhas e guerras, nem aos heróis e guerreiros, que sob o uso da força física conquistaram suas glórias.

A História Moderna, para Tristão, seria a dos homens de Estado, do governante, que no gabinete conferem direitos, sem uso da força. Essa leitura é semelhante a que Tristão apresentou em sua *História da Província do Ceará*. Sendo um bacharel em Direito e funcionário de um Estado em formação e em pleno desenvolvimento, a defesa de Tristão por uma História Moderna onde os “heróis” passariam a ser os governantes é compatível, em meu entendimento, com a sua defesa por um Estado Moderno e soberano.

³⁷ As *Conferências Populares da Glória* foram de grande utilidade ao “público da corte”, uma maneira de divulgar os esforços de estudiosos da pátria. Normalmente, eram convidados políticos e funcionários do Estado que tinham trabalhos intelectuais sobre a organização e desenvolvimento de áreas sociais. Os temas que mais tiveram destaque foram: instrução pública, saúde pública, funcionamento do Estado, códigos de conduta. As conferências mantinham uma periodicidade regular, mas não obedeciam a prazos e datas. Contam registros de realizações mensais, mas, às vezes, bimestrais e trimestrais. Alguns convidados foram convidados mais de uma vez, mas outros, como Tristão, participaram apenas uma vez como conferencistas. O destaque era sempre de estudos ou temas de interesse da corte, nomeadamente, da sociedade do Rio de Janeiro da década de 1870. Indico (FONSECA, 1996).

A escrita da história, para Tristão, teria que ressaltar as ações características da modernidade, sobretudo do papel central do Estado Moderno, promotor e regulador das melhorias sociais. Essa defesa também funciona como uma espécie de expectativa, uma vez que o autor faz muitas denúncias das ações promovidas por representantes do Estado, que em benefício próprio, corrompiam os “direitos da maioria”. Também de pessoas que rejeitavam ou desejavam agir “fora da lei”, fazendo por outro lado suas próprias leis com base nos seus interesses. A escrita de uma história que ressaltaria as características modernas funcionaria como impulsionadora ou valorizadora dessas características. Dessa forma, a escrita da história teria também uma função pedagógica, tanto política, indicada aos governantes na aplicação das leis, quanto social, direcionada para os cidadãos no cumprimento dos seus deveres.

A sua defesa foi por um Estado capaz de promover a paz por meio das ações racionais de civilidade. O Estado, para Tristão, agiria pelos parâmetros da justiça, onde o Juiz seria uma figura central nas relações entre o Estado e a sociedade. O Estado seria também as suas instituições, que nas suas especialidades agiriam em nome do Estado, munidas de poder, mas de grandes responsabilidades.

Na dita *Conferência*, Tristão contrapõe Alexandre Magno, Napoleão e Júlio Cesar, vinculados a conquistas pela guerra, a George Washington, que usou da inteligência e de uma “Constituição” para forjar uma nação moderna, constituída de “um povo generoso, que cresce para ressaltar o seu nome, por meio do patriotismo”. George Washington seria, para Tristão, o tipo verdadeiro para o herói. Assim ele contrapôs o “estadista” *versus* o guerreiro. (ARARIPE, 1876, p. 64).

O marinheiro que inventou a bússola, e aquele que descobriu a América, são mais beneméritos do mundo do que o General que avassala a sua pátria, ou destrói reinos estrangeiros. (ARARIPE, 1876, p. 66)

Tristão chama atenção para o efeito passageiro das guerras e conquistas, que destoem povos e riquezas; por outro lado, ressalta a continuidade e progressos das ações “pacíficas” vinculadas às ações do Estado constitucional. Para Tristão, deveríamos ser inspirados pelos “sentimentos de benevolência e de confraternidade e não movidos pela ambição e egoísmo”. (ARARIPE, 1876, p. 65-66)

Baseado nesses sentimentos amistosos, que poderiam ser promovidos pelos fatos do passado, a História, para Tristão, era tipológica, característica da História

Magistrae Vitae. Os exemplos estavam apresentados no passado, e deveriam ser aproveitados e recuperados.

Mas este percurso que levaria os povos a recuperar exemplos do passado deveria ser apresentado pelo historiador, que munido de fontes faria a avaliação moral dos fatos e acontecimentos. Este percurso, segundo o autor, começaria no uso dos documentos, como forma de regular os caprichos e vontades pessoais do historiador.

O historiador narra à sua feição, e julga ao seu capricho. Daqui resulta que o leitor, na ausência das fontes, não pode criticar o escritor, moderando-lhe a severidade, ou corrigindo-lhe a bonhomia.

Convém, pois, ao historiador, não descer as minudências da crônica, mas narrar com amplidão suficiente para fundamentar o seu juízo sobre os fatos e seus autores, de maneira que o leitor dos séculos futuros encontre elemento de crítica, e possa assegurar-se da exatidão da censura, ou do merecimento do louvor.

(...)

Daqui nasce a necessidade hoje reconhecida de documentar a história, de maneira que o historiador não pareça arbitro das reputações, mas juiz imparcial, embora severo.

Eis o que desejara praticado pelos futuros historiadores.

Quisera que eles, sem deixar essa desejável sobriedade do escritor sensato, fizessem a exposição dos assuntos com extensão tal, que ao leitor ministrasse ocasião de chamar ao tribunal da sua consciência os homens beneméritos, e os maus cidadãos, para por si julgá-los.

Assim a justiça histórica seria uma opinião universal, mas não a censura do escritor.

Por mais isenção de ânimo que possa ter o escritor, em relação aos ódios particulares, nem sempre está livre do espírito de seita, ou do influxo de ideias políticas e religiosas.

Cornélio Tácito era republicano, e só na República encontrou virtudes; Adolfo Tierres foi monarquista na sua *História do Consulado e do Império*, e só na Monarquia achou a salvação dos povos, salvação que agora também encontra na República. (ARARIPE, 1876, p. 72-73)

Neste trecho, Tristão expõe sua visão de como a escrita da história deveria se apresentar. Para o autor, é necessário que o historiador, mesmo na função e nos limites de um escritor, se abstenha do julgo dos fatos e apresente aos leitores uma extensão tal de argumentos e opiniões, para que estes, leitores, possam fazer juízo de valor sobre “homens beneméritos” e os “maus cidadãos”. O historiador seria “juiz imparcial, embora severo”. Mas para isso, o historiador deveria documentar os trabalhos de histórias, possibilitando aos leitores o reconhecimento dos elementos de crítica que seriam úteis na “exatidão da censura, ou do merecimento do louvor”.

Depois de fazer longas considerações sobre a diferenciação da história antiga e moderna e de ressaltar as características da escrita da história, demarcando as funções do escritor e do leitor, Tristão analisa os trabalhos realizados no Brasil e sobre o Brasil.

O Brasil já tem vários escritores nos seus diversos períodos históricos. Desde Pedro Gândavo até Rocha Pita só temos narradores de lendas, e de sucessos parciais, sem elevação do espírito histórico. De Rocha Pita por diante só encontro dois escritores, que me parece haver desempenhado com vantagem o seu encargo. Falo de Roberto Southey, e do Conselheiro Pereira da Silva. (ARARIPE, 1876, p. 73)

Nesta periodização, Tristão engloba os trabalhos realizados no Período Colonial, que vai de Pero de Magalhães Gândavo (1540-1580), com sua *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicada em 1576 em Lisboa, e o trabalho de Sebastião Rocha Pita (1660-1738), *História da América Portuguesa*, publicado em 1730. A característica principal da primeira obra são os elogios ao Brasil, uma maneira de fortalecer a imigração portuguesa neste território. A segunda, de Rocha Pita, membro da Academia Real de História Portuguesa, tem caráter mais narrativo e político, e enalteceu a defesa do território conquistado por Portugal. Tristão é categórico na crítica: entre os dois, apenas narradores de lendas, talvez pela falta de rigor na pesquisa com documentos.

A periodização seguinte trata do Período do Império, destacando dois escritores: Roberto Southey e o Conselheiro Pereira da Silva.

Aquele que estrangeiro, e fora do nosso país, escreveu a sua *História do Brasil*, tendo à mão grande cópia de documentos e memórias; este, nacional, e na pátria, escreveu a sua *História da Fundação do Império*, possuindo os grandes subsídios, que a perseverante atividade dos membros do *Instituto Histórico do Brasil* têm-nos acumulado. O escritor inglês dá-nos notícia tão cabal, quanto podia esperar-se dos documentos aliás escassos, que nos legaram os primeiros povoadores da terra brasílica: ele criou um precioso pecúlio da nossa história. Exposição clara e metódica, com crítica justa e razoável, são os méritos salientes deste escritor. É o seu trabalho histórico a mais completa narrativa, que temos dos tempos por ele investigados. Ela vai do descobrimento do Brasil até princípios do corrente século. O conselheiro Pereira da Silva como que serve-lhe de complemento; porque noticiando-nos a fundação do nosso Império, começa nos tempos em que o autor inglês acaba. (ARARIPE, 1876, p. 73-74)

Essas passagens merecem atenção, pelo fato que são mencionados e elogiados dois escritores muito distintos. Robert Southey (1774-1843) em sua *História do Brasil*, publicada em três volumes entre 1810 a 1819, em Londres, que trazia nas suas 2.347 páginas organizadas e em 44 capítulos a história do Brasil, do descobrimento à chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. De modo geral, o livro faz duras críticas ao progresso do Brasil e por isso mesmo, foi severamente criticado por muitos membros IHGB.³⁸ (DIAS, 1974) Por outro lado, Tristão aponta outro trabalho, o do Conselheiro Pereira da Silva (João Manuel Pereira da Silva, 1817-1898), *História da Fundação do Império*, publicado entre 1864 e 1868 em 7 volumes.

Embora tenham sido escolhidos os autores e seus trabalhos a que nos referimos anteriormente, Tristão pondera ainda que:

Ambos estes escritores, abundantes em fatos, todavia não consideraram o lado moral da História tão cabalmente, como eu desejara.

Os caracteres históricos não ficaram em muitas partes bem desenhados; faltou-lhes a enérgica brevidade de Crispo Salustio, e o colorido do pincel de Velleio Paterculo para delinear o retrato desses caracteres.

Ao Conselheiro Pereira da Silva, tão credor das letras pátrias, devemos o importante serviço pela composição da sua história.

Pela incorreção de circunstâncias, seria razoável pedir-lhe a revisão do seu trabalho, que subiria de mérito pelo desenvolvimento de ação de certos personagens, que por justos títulos exigem mais perspicuidade no drama.

José Clemente, por exemplo, requer maior representação como um dos principais protagonistas da emancipação nacional.

Joaquim Ledo e Januário Barbosa quase perdem-se na turba dos simples agitadores da época gloriosa da nossa independência, quando foram lidadores conspícuos.

O autor da *História da Fundação do Império* começou a sua obra dando-nos ciência das máximas governativas, porque regia-se o Brasil colonial.

(...)

O Conselheiro Pereira da Silva expondo o transunto das leis do regime colonial, proporciona ao leitor o conhecimento da justiça ou injustiça dos vice-reis e governadores e a apreciação do seu bom ou mau procedimento em relação aos cidadãos.

Foi pois de bom alvitre esse modo, por que escreveu o ilustre literato fluminense. (ARARIPE, 1876, p. 74-75)

³⁸ Indico a leitura de DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 344, 1974.

Mas outros escritores, nacionais e estrangeiros, “ocuparam-se da nossa história pátria”. Para exemplificar os estrangeiros, Tristão apontou o autor francês Affonso de Beauchamps (1767-1832) e o americano David Warden como “meros recopiladores sem mérito essencial”. (ARARIPE, 1876, p. 74) Talvez o motivo de condenar Beauchamps seja porque sua *Histoire du Brésil* (Paris, 1815) foi acusada de plágio por Robert Southey. A recepção dessa obra no Brasil foi marcada com essa acusação.³⁹

No caso dos nacionais, Tristão faz considerações sobre Varnhagen:

Francisco Varnhagen, hoje visconde de Porto Seguro, escreveu sem crítica e sem estilo, consumindo largas páginas com fatos somenos, quando deixava nas sombras de ligeiros traços acontecimentos notáveis, dignos de mais desenvolvida notícia.

É porém autor de grandes serviços de investigação: foi ele quem despertou a necessidade, e mostrou o proveito da investigação diante de antigos documentos em bem da história nacional.

Se como investigador de fontes históricas tem mérito, como historiador as suas obras, *História Geral do Brasil e Holandeses no Brasil*, o não realçam. (ARARIPE, 1876, p. 75)

As críticas a Varnhagen não são nem um pouco amistosas, “escreveu sem crítica e sem estilo”, duas características fundamentais ao historiador, segundo Tristão. A primeira vinculada mais diretamente ao trabalho com os documentos, analisando os fatos e acontecimentos; a segunda está relacionada com as habilidades do literato, que sob o uso das letras consegue aliviar o peso do texto. Varnhagen, porém, teria seus méritos, pelos grandes serviços de investigação, “serviços” que são da mesma forma elogiados por José Aurélio Câmara quando da análise da obra de Tristão.

Tendo como referência os comentários de Tristão de Alencar Araripe na *Conferência* sobre a obra de Varnhagen pode-se inferir que o autor, provavelmente, teve acesso e leu a *História Geral do Brasil e Holandeses no Brasil*, mesmo antes de suas edições no Brasil. No caso da primeira obra, sua edição no Brasil só aconteceu em 1877, como já foi dito. E no caso da segunda, sua primeira publicação deu-se em 1871, em Viena, sendo impressa em Lisboa em 1872, pela Tipografia de Castro Irmão, com reedição em 1874. A edição brasileira somente se daria em 1945. Antes da Conferência sim, pelas análises destacadas acima, mas não podemos afirmar com certeza, que Tristão tenha tido acesso às obras de Varnhagen antes da escrita de sua *História da*

³⁹ Mais sobre a recepção de Alphonse de Beauchamps no Brasil, ler: MEDEIROS, Bruno Franco. Alphonse de Beauchamps e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos. Almanack Braziliense. São Paulo, n. 11, p. 131 – 138, mai. 2010.

Província do Ceará. Lembremos que Tristão escreveu-o por volta de 1850, como nos indica Câmara; portanto, antes da publicação da *História Geral do Brasil*, em Madrid, entre 1854-57. A *História da Província do Ceará* foi também publicado no Jornal Diário de Pernambuco em 1862, e só em 1867, editado e lançado em forma de livro.

Em seguida tratarei da obra que considero central para o estudo a que me propus nessa dissertação – *A História da Província do Ceará*. O objetivo foi o de acompanhar capítulo a capítulo e identificar os temas e assuntos gerais trabalhados pelo autor, numa tentativa de entender a sua proposta de investigação.

3.2 – Os capítulos que constituíram o livro

O livro *História da Província do Ceará* desde os tempos primitivos até 1850, publicado em 1867, possui 130 páginas, organizadas em 8 capítulos. Em sua segunda edição, anotada por José Aurélio Câmara, o livro conta com 174 páginas. A minha escolha é que nos concentremos na segunda edição, porque teremos além do livro em si, as anotações balizadoras de Câmara, que sinalizam aspectos importantes da obra.

A proposição nessa parte do capítulo foi a de percorrer o livro, capítulo a capítulo, fazendo quando sim um resumo dos aspectos mais presentes ou analisando e destacando referências para uma compreensão mais apurada da obra. Penso ser um trabalho necessário e oportuno, visto a possibilidade dos leitores conhecerem com um pouco mais de profundidade o livro em questão.

A exposição orientou-se por alguns critérios de leitura e análise dos temas gerais. Para isso, fiz uso das orientações de outros pesquisadores, compreendendo que suas proposições são adequadas para o que se pretende apresentar da obra. A primeira orientação diz respeito aos apontamentos de Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988) com a indicação de que três temas absorveram quase **73%** da RIHGB: a problemática indígena, viagens e explorações científicas durante o período colonial e o debate da escrita da história regional. (GUIMARAES, 1988, p.20). Dessa constatação, chamo a atenção para o debate em torno da problemática indígena, porque este tema é um dos mais presentes na obra de Tristão.

O debate sobre esse tema esteve presente na RIHGB pela necessidade de se pensar o lugar dos índios, bem como o dos negros, na constituição da sociedade brasileira, sobretudo depois do Império. Lembremos que o próprio Von Martius

explanou em, *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), as possíveis formas que os escritores futuros deveriam assumir em relação à composição social brasileira, considerando as raças branca (portuguesa), etíópica (africana) e indígena. Outro tema apontado por Guimarães (1988) refere-se ao debate sobre a escrita da história regional, que em sua análise estava mais direcionada para as regiões de fronteiras.

Essas são as orientações mais gerais, que fazem referência ao IHGB e suas publicações na RIHGB. Mas outros apontamentos são também importantes, e funcionarão como chave de leitura para a análise e acompanhamento dos capítulos da obra de Tristão. Vou fazer uso, mais uma vez, das indicações de Hugo Hruby (2012).

Existem três questões basilares, não estanques, pois fortemente imbricadas, que perpassaram a narrativa: civilização, propriedade e indígenas. A *civilização* era o ideal a ser buscado e para onde estavam focadas todas as ações dos colonizadores e administradores como as de exploração, ocupação, colonização e organização daquele espaço ao longo de dois séculos e meio. A *propriedade* da terra, aparentemente excluída a escravidão (a propriedade das gentes), se constituía no princípio básico para se manter o convívio entre as pessoas, e entre as instituições e a população. Era o elemento-chave civilizacional. E os *indígenas*, os selvagens a serem civilizados, a raça a ser absorvida. Era o outro no jogo da alteridade. (HRUBY, 2012, p. 36-37)

Civilização, propriedade e indígenas, temas não só presentes, mas estruturantes na *História da Província do Ceará*. Acompanhemos os capítulos e depois pensemos a respeito desses temas gerais apresentados por Hruby (2012).

O primeiro capítulo, intitulado *Descobrimento do Ceará, conhecimento do litoral, exploração do território, levantamento da carta topográfica e do estado do conhecimento atual da província* tratam do descobrimento do Ceará em relação ao processo de descobrimento do Brasil. O Ceará em relação ao Brasil. Aponta, inclusive, que foi Vicente Pinzon, um navegador espanhol, quem primeiro avistou a costa cearense, meses antes de Pedro Alvares de Cabral chegar a Porto Seguro⁴⁰. A expedição

⁴⁰ Esta menção foi confirmada por José Aurélio Câmara, em nota (1), e tomou mais de 50% da página 22 (ARARIPE, 1958. p. 22). Essa questão teve grande repercussão na historiografia cearense, afinal propõe uma revisão de um marco histórico muito valorizado. Uso como referência o livro *Algumas Origens do Ceará*, de Antônio Bezerra, em 1908 (BEZERRA, Fac-símile 1986).

mencionada, a de Vicente Pinzon, e outra, a de Diogo Lepe, as duas espanholas, foram estudadas noutros momentos da historiografia cearense⁴¹.

A intenção de ressaltar os primeiros visitantes europeus suponho tenha sido a de mostrar que a costa do Ceará já era do conhecimento daqueles exploradores já no século XV. Mas se a costa do Brasil estava sendo descoberta e desenhada de Norte a Sul, por outro lado o interior ainda era desconhecido. Não era diferente no Ceará. Tristão passa a apontar os primeiros “investigadores” e as suas rotas pelos sertões cearenses. Pero Coelho passou pela Serra da Ibiapaba (ARARIPE, 1958, p. 24), região Sul do Ceará; Martim Soares Moreno, pelo Rio Jaguaribe (ARARIPE, 1958, p. 25), localizado no sertão cearense. Além da menção do Rio Jaguaribe, um dos principais do Ceará, sobretudo nas expedições da época, outros livros são descritos (apresentados), como o Acaracu (hoje, Acaraú), localizado ao Norte do Ceará. Em seguida, a relação das primeiras sesmarias, criação das vilas e o processo de povoamento do interior e algumas cidades do litoral. Todas as datas mencionadas pelo autor e indicações de nomes são confirmadas ou corrigidas por José Aurélio Câmara ao longo de grandes notas, que chegam a rivalizar com o texto principal. Ao final do capítulo é apresentada uma detalhada topografia do Ceará, com suas principais vegetações e fauna ao longo de serras e chapadas. Os aspectos mineralógicos estão presentes, como também as descobertas de fósseis na região do Cariri (região que hoje abriga importantes sítios arqueológicos). Além da beleza e diversidade das paisagens, faz-se questão de apontar as possibilidades econômicas proporcionadas pela geografia e pelo que chamamos hoje de biodiversidade. Para ilustrar e dar importância a essas descrições são usadas referências ao naturalista João da Silva Feijó e ao Padre Antônio Vieira. Mas a natureza é assunto presente ao longo do capítulo, e a cada menção de paisagem seguia-se alguma característica natural propensa ao aproveitamento comercial.

A natureza, antes de opor obstáculos, forneceria condições para vicejar a civilização do colonizador: vistosas serras, agrestes pastagens, arbustos frutíferos, fértil solo alagadiço, atmosfera puríssima, temperaturas agradáveis, constante brisa a amainar o sol dardejante, rios com correntes vistosas, variada fitologia, diversificada fauna e abundância mineralógica. (HRUBY, 2012, p. 37)

O segundo capítulo, *Tribos indígenas, conquista e aldeamento das mesmas e seu estado presente*, inicia com a frase: “O território da província do Ceará achava-se ao

⁴¹ Destaco o trabalho “Protohistória Cearense”, de Tomas Pompeu Sobrinho, publicado na Revista do Instituto do Ceará em 1943 e 1944 e em livro pela Editora do mesmo Instituto, em 1946.

tempo do descobrimento habitado por hordas indígenas, que viviam em completo estado de selvageria.” (ARARIPE, 1958, p. 41). Identifica-se logo de início referência a Manuel Aires do Casal (1754-1821) em sua *Corografia Brasília ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil* (1817):

São os Americanos geralmente baixos refeitos e proporcionados, de semblante redondo, nariz grosso e achatado, olhos pequenos, côr baça tirando a avermelhada, sem barba nem cabelo em parte alguma do corpo, mais do que na cabeça, sendo este muito preto, grosso e corrido. São glutões em extremo, quando têm com que saciar-se: sóbrios na penúria a ponto de nem o necessário desejarem, pusilâmines, e cobardes enquanto as bebidas alcoólicas os não enfurecem, inimigos do trabalho, indiferentes a qualquer motivo de honra, glória, ou gratidão, ocupados unicamente do presente, sem cuidado no futuro, incapazes de reflexão, passam a vida, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos conservam.(ARARIPE, 1958, p. 41 e 42)

Mas Câmara adverte em nota (15): “Êstes conceitos não são em geral justos e não se podem ampliar de modo tão absoluto”.

A essa descrição, feita em forma citação, segue a apresentação das tribos e povos que ocupavam a Província. O verbo usado é característico da intenção do autor: “As tribos, que ocupavam a província eram as seguintes:”. Ocupavam porque não ocupam mais, ou não deveriam ocupar.

Os povos indígenas são descritos por Araripe, de modo que conheçamos sua diversidade e características principais, sobretudo físicas e sociais. Depois de cada indicação dos povos, segue a sua descrição social: “bravios”, “dóceis”, “ferocíssimos”, “pacíficos” e “inofensivos”, “instinto de rapina”, etc. Essas menções indicavam como foram ou deveriam ser tratados esses povos, principalmente no processo de conquista.

Tristão preocupa-se em classificar os povos, tentando organizá-los em linhagens e famílias. Comete mais alguns equívocos, que podem ser entendidos como limitações para a época. José Aurélio Câmara, de imediato, corrigi qualquer equívoco, ou falha.

Logo em seguida, depois de visualizadas todas as tribos, Tristão faz a transição para o momento posterior do capítulo, a conquista. A transição é feita pela justificativa da dominação desses povos pela “raça caucasiana”.

Na sensata opinião dos autores, virá tempo, em que a primitiva raça caucásia predomine, espalhada na superfície do mundo, segundo a lei providencial do seu destino.

Os fatos humanos indicam, que a raça caucásia promete absorver as demais raças. Basta entender, que quando a raça caucásia desenvolve-se pela sua imensa energia, e vasta inteligência, as outras três raças conhecidas na opinião dos sábios, diminuem e desaparecem da face da terra por uma marcha gradual e retrógrada.

Tendo o gênero humano o seu berço no Himalaia, na parte central da Ásia, parece, que a dispersão realizou-se para o poente e nascente, e que na América verificou-se o seu encontro.

A raça mais poderosa, a caucásia, leva a civilização do nascente para o poente; as outras raças espalhando-se na Ásia oriental, Austrália, Oceania e América deverão ceder nesse encontro, a fim de que aquela raça execute a sua plena circunsvolução dominadora. (ARARIPE, 1958, p. 45-46)

O que se constata depois é que os povos indígenas que “existiram” na Província eram de raça inferior, logo não tardariam a desaparecer, obedecendo, segundo Tristão, o processo vivenciado em toda a América.

No espaço de pouco mais de três séculos a população desses impérios, e repúblicas tem diminuído espantosamente, de maneira que os cálculos mais favoráveis dão hoje como existentes na América não mais de 10 milhões de indígenas. (ARARIPE, 1958, p. 47).

Diferente dos 300 milhões de habitantes apontados por Tristão à época do descobrimento europeu.

O que em toda a América sucede, acontece também no Ceará. A população indígena é hoje insignificantíssima na província e tem quase totalmente desaparecido. Internando-se nos bosques uns, retirando-se do solo da província outros, mesclando-se os demais com as raças branca e preta, hoje os aborígenes já se não fazem notáveis pelo número. (ARARIPE, 1958, p. 47).

Na visão do autor não haveria dúvida sobre o processo inevitável da conquista:

Os fatos humanos comprovam, que em todos os tempos a raça inteligente domina a menos feliz na força das faculdades, e que esta tende a desaparecer ante o predomínio daquela.

Esta lei providencial, a colonização europeia demonstra exuberantemente. Por toda a América a raça indígena vai desaparecendo sensivelmente sem o esforço do povo colonizador. (ARARIPE, 1958, p. 49).

Depois de apresentar os povos indígenas e sua teoria para o processo de evolução natural que a sociedade americana estava fadada a passar, Tristão aponta como se deu a sujeição dos indígenas na província: “A sujeição dos indígenas operou-se por

meio das armas, e por meio das missões: vejamos o progresso de ambos esses meios.” (ARARIPE, 1958, p. 54).

Em seguida, são apresentadas as principais expedições de colonos, detalhando os avanços e prejuízos que conseguiram através das armas. Depois disso, apresenta a os sucessos promovidos pelas missões:

Se do emprego das armas resultou o temor, o espanto e a extinção dos míseros gentios, veremos que do emprego dos meios evangélicos resultados verdadeiramente benéficos se colhiam, chamando os selváticos íncolas ao grêmio da religião e aproveitando-os para a civilização. (ARARIPE, 1958, p. 55)

Segundo Tristão, Martim Soares Moreno⁴² foi aquele que melhor fez uso das vantagens da colonização pelo uso dos meios brandos, favorecidos pelas missões religiosas.

Mas no processo de ocupação e conquista do território e contato com os povos indígenas, outro assunto chamou a atenção de Tristão: a corrupção da administração feita pelos ambiciosos colonos:

Outrora numerosos, bárbaros e errantes, depois tirados das brenhas, e fixados em aldeias pela catequese, e doutrinados pelos padres, foram os mesmos indígenas posteriormente devastados pela cobiça dos colonos e hoje estão reduzidos a número insignificante, e confundidos na massa geral da população sem formar classe distinta na sociedade brasileira. (ARARIPE, 1958, p. 66)

Tristão questiona o fato de que atitudes como a dos colonos, que pelo emprego das armas usurparam os territórios e devastaram as populações indígenas, fossem compatíveis com os ideias de civilização idealizados para o desenvolvimento da sociedade que se formaria naquele espaço. Neste momento, percebemos como se entrelaçam os temas apontados por Hruby (2012, p. 37), ou seja, a relação entre civilidade, propriedade e indígenas. Também sobre a posição conciliadora, agregadora, com que muitos membros do IHGB adotaram para tratar da relação com os povos indígenas, inserindo-os no projeto de civilização.

⁴² Martins Soares Moreno (1586-1648) foi um Capitão-mor do Ceará e considerado por muitos como o seu fundador. Soares Moreno é representado como o “guerreiro branco”, por José de Alencar, no romance Iracema. Tristão também reconhece Moreno como o verdadeiro fundador, por ter se usado de métodos mais brandos para conseguir o apoio dos povos indígenas.

Se a fauna e a flora do Ceará ainda deveriam ser trabalhadas para alicerçar a civilização na região, demandando uma série de ações, os indígenas eram, pelo contrário, um caso resolvido. As medidas de absorção, pela espada, pela cruz e pela miscigenação, alcançaram êxito. Resolveu-se o assunto, sem polêmica, com o sumiço do *outro*. (HRUBY, 2012, p. 40)

Ao longo do livro, mas principalmente nesses dois primeiros capítulos, Tristão não se limita em apresentar a província do Ceará restrita aos seus limites geográficos, políticos e históricos. Vários são os exemplos e comparações com os acontecimentos e estudos de outros povos da América ou mesmo do Brasil. O Ceará é apresentado em relação ao Brasil e à América. Esse tratamento tinha como pretensão oferecer aos leitores uma visão tanto geral quanto específica dos fatos históricos que marcaram o processo de ocupação e desenvolvimentos das sociedades no novo continente. A *História da Província do Ceará* é, para Tristão, não um caso particular - acontecimentos particulares num dado espaço geográfico ao longo do tempo -, mas um reflexo de um amplo processo em toda América, mais especificamente no caso do Brasil com a colonização portuguesa. A legitimidade dessa história é a possibilidade de enxergar os efeitos da expansão da administração colonial em cada território explorado. Assim a história do Ceará seria a História do Brasil, neste dado espaço.

Os próximos capítulos tratam dessas peculiaridades, que tornam a história do Ceará um objeto de estudo importante a Tristão e de conhecimento necessário à nação. A história nacional deveria levar em conta esses acontecimentos particulares, como indicou Von Martius em sua monografia.⁴³ E as histórias regionais, particulares, por sua vez deveriam relacionar-se ao processo mais geral da constituição da nação.

Descortinados o palco e seus ornamentos no capítulo primeiro, demonstradas as medidas de ajuste e a solução da questão indígena no segundo, a terceira parte quantificou os sujeitos da ação civilizadora na região. (HRUBY, 2012, p. 40)

O terceiro capítulo, *Progresso da população e arrolamento da mesma* ocupa um brevíssimo espaço, onde são apontadas as dificuldades em definir o número da população na província. Uma das principais barreiras para se chegar a números aproximados é a falta de documentos. Ainda que tenham sido usados os cálculos de 1836, realizados pelo então presidente da província, o Sr. José Martiniano de Alencar

⁴³ Tratei desse e de outros apontamentos com relação a história nacional no Capítulo 2, mais especificamente no item 2.4 Projeto para a História Nacional.

(“Senador Alencar”), não se poderia contar com dados sólidos. Em 1850, data da escrita do texto, Tristão afirmava que a população da província não poderia ser inferior a 350 mil habitantes.

Neste capítulo, Tristão recorre aos dados administrativos do governo de José Martiniano de Alencar, se referindo, portanto, a fatos da primeira metade do século XIX.

Quarto Capítulo: *Administração da Capitania nos tempos coloniais.*

Neste capítulo, Tristão explora as características administrativas adotadas no Brasil nos tempos coloniais. Dos aspectos mais gerais do Estado português, passando pelos modelos administrativos adotados na colonização até as realidades provinciais, o autor evidenciava o quanto a falta das leis prejudicou e atrasou o processo de civilização nessas terras.

Portugal, monarquia absoluta, regia as suas colônias com leis arbitrárias; emanadas imediatamente da vontade do rei, fonte de todo o poder e autoridade.

Embora desde os primeiros tempos da monarquia portuguesa existissem as câortes gerais, não podemos todavia dizer, que não fosse absoluto o governo português.

(...)

O antigo governo português não deve certamente confundir-se com o sistema constitucional moderno: todavia a prudência dos reis, excitada pela força da nobreza, moderavam o exercício do poder absoluto, e tornavam benéfico a realeza. (ARARIPE, 1958, p. 73).

Para tratar da administração do Ceará no Período Colonial, Tristão descreve o processo das divisões administrativas do governo geral e a criação das capitanias gerais (08) e subalternas (08). Assim a administração no Ceará foi relacionada com a de Pernambuco, e esta ao do vice-reinado do Brasil, pelo menos até o final do século XVIII, segundo Tristão.

Ao compreender o processo geral da administração no Brasil, Tristão passa a detalhar as principais medidas e características administrativas ocorridas no Ceará, seja no período que esteve subjugada ao Maranhão (1621-1656) ou a Pernambuco (1656-1799). Neste meio tempo, apenas o capitão-mor Martim Soares Moreno é mencionado. A distinção se dá porque foi este o primeiro capitão-mor com funções tanto civis quanto militares, não se restringindo ao governo dos presídios ou defesa da costa.

É discutido posteriormente o regimento para os governadores do Ceará emitido pelo governador de Pernambuco Sebastião de Castro Caldas, depois de 1708. A partir

desse regimento o governo no Ceará, para Tristão, tinha parâmetros e orientações de funcionamento, deixando de lado a arbitrariedade das ações dos primeiros governadores, que se guiavam pelas “instruções verbais recebidas do governador de Pernambuco”. Tristão trata dessa administração até a sua desvinculação do governo de Pernambuco em 1799.

Tratou da questão dos impostos, 12 ao todo; das eleições nas câmaras, que eram trienais, e das funções que acumulavam e fala da atuação limitada dos juízes. E, ainda da polícia na época colonial, que era relacionada e limitada a atuação dos capitães mores, que eram apoiados pelos comandantes de distritos, por causa da extensão do território. Os capitães eram subjugados ao governo de Pernambuco. Analisou o regimento dos capitães mores nas suas atribuições policiais. Descreve os cargos e subdivisões internas da polícia, bem como da marinha.

Outro tema discutido pelo autor foi o da organização jurídica do Ceará, que era dividida em tribunais de primeira e segunda instância. Da primeira classe faziam parte os juízes ordinários, os juízes de fora e ouvidores. A segunda era o Supremo Tribunal de Justiça, donde, segundo ele, funcionava um verdadeiro conselho de estado.

Em se tratando do corpo judicial, Tristão apontava que muitos magistrados exerciam “promiscuamente” funções administrativas e judiciais nas capitanias, divididas em comarcas, estas em termos ou municípios. Ressaltava ainda a atuação de cada magistrado e das suas competências em cada lugar. Descreveu cada uma das menores funções para que os leitores, provavelmente com a perspectiva de que soubessem como era a administração civil e criminal da capitania nos tempos coloniais.

Se o terceiro capítulo deixou a desejar ao mostrar o nível de civilização alcançado ao longo do tempo, o seguinte, Administração da capitania nos tempos coloniais, demonstrou categoricamente a consolidação da estrutura governativa que abrangeu o território do Ceará desde os primeiros momentos da colonização na América portuguesa, a organização do espaço pelo colonizador e a maneira pela qual foi empregada a autoridade pública.

(...)

O capítulo quarto deu ênfase à descrição das funções das autoridades judiciais, indicando como a região foi civilizada por leis, regimentos e decretos. (HRUBY, 2012, p. 40)

No quinto capítulo, *Entradas nos sertões: sesmarias e rapidez com que se distribuíram as terras da Capitania. Cultura, gados e lavoura. Cativo e opressão dos índios: seu aldeamento*, Tristão explicou e justificou o processo de povoamento no

sertão. Há valiosas informações do processo de distribuição das sesmarias, bem como da história desse tipo de concessão em Portugal e no Brasil. Apresentou questões relativas à escravização indígena e dos exageros e abusos por parte de muitos colonos, que, segundo Tristão, não cumpriram com a sua missão, a de civilizar pela civilidade.

A capitania do Ceará foi, como já dissemos, fácil e prontamente devassada, ficando dentro de poucos anos explorada e conhecida em sua generalidade.

As entradas do sertão, ou expedições de descobrimento de terras deram-nos esse resultado. (ARARIPE, 1958, p. 95)

Por fim, reforçava:

O indígena cearense viu em princípio sem cuidado a usurpação dos seus terrenos. O tempo lhes foi estreitando o espaço dos bosques: a caça, a pesca e os frutos lhe escasseavam, e então no auge da sua ira contra os invasores europeus, que o espoliavam do solo nativo:

Três vezes o Tapuia a testa coça,
Confuso bate o queixo, e diz raivoso:
‘Qual terra de Cabral!... A terra é nossa.’

Assim exprime um poeta nacional o despeito e indignação dos índios contra os invasores, que se assenhoreavam do país.

Os aborígenes possuidores do solo, não tinham ideia da propriedade, que a civilização desenvolve. A nova raça, que avassalava o território brasileiro, não procedia contra a justiça, ocupando, e apropriando terras incultas e desaproveitadas; porque a propriedade simplesmente fundada na posse e ocupação, e não legitimada pelos característicos da habitação permanente e cultura efetiva, não podia, segundo as regras do direito civil e do direito das gentes, obstar, que o homem civilizado se apoderasse dessas terras, e as beneficiasse, adquirindo assim um título estável e seguro de propriedade. (ARARIPE, 1958, p. 113-14)

O que sobressai desse último trecho é defesa sistemática de Tristão com relação à legalidade sobre a posse do território por parte dos colonizadores. Para isso, recorreu aos aspectos jurídicos modernos para justificar a apropriação dos territórios, defendendo que os colonos não procederam contra a justiça, pois se apropriaram de “terras incultas e desaproveitadas”. Há também uma defesa sociocultural, porque “os aborígenes possuidores do solo, não tinham ideia da propriedade, que a civilização desenvolve”. Novamente, os temas apontados por Hruby (2012, p. 37): “civilização”, “propriedade” e “indígenas” reaparecem.

A terra é do domínio do homem, e uma raça menos favorecida de dotes morais e intelectuais não devia impedir o desenvolvimento de

outra raça mais ativa e mais capaz de vencer a natureza. (ARARIPE, 1958, p. 114)

Essa defesa enfatizava o caráter legitimador da usurpação do território e extinção dos povos indígenas, que ao tentarem defendê-lo entraria em “guerra justa” com os colonos. “E mais, foi a afirmação de alguém que declaradamente estudou os fatos pretéritos – o historiador.” (HRUBY, 2012, p. 41)

O especialista que perdoou as ações das autoridades portuguesas. A absolvição no presente se deu pelas palavras do estudioso do passado. A questão indígena apresentou um problema que por si só foi solucionado no embate com a força civilizadora. Não houve o que fazer. Redimiou-se a ação civilizadora. A ideia de propriedade, ausente no gentio, ao se constituir em elemento de ligação entre os civilizados, explicava sua natureza oposta à formação da sociedade. (...) A terra pertencia à raça capaz de vencer a natureza (HRUBY, 2012, p. 41-42).

Os usos políticos dessas constatações são emblemáticos:

A província do Ceará foi a primeira entre as do império a negar a existência de índios identificáveis nas aldeias para se apoderar das suas terras em 1850. Durante cerca de quinze anos, extinguiram-se vários aldeamentos no Ceará e nas províncias vizinhas. Em 1854, quando a Corte exigiu o arrolamento dos índios e do patrimônio das aldeias (Alvará de 18 de dezembro de 1854), já estava em pleno curso o processo de extinção. A disputa pelas terras se arrastaram por mais de trinta anos. As controvérsias suscitavam nova pergunta: a quem passaria a pertencer as terras? Ao município, à província ou ao Império? (HRUBY, 2012, p. 42)

Assim, concluiu Hugo Hruby:

a primeira história do Ceará auxiliou na justificativa da espoliação das terras indígenas. Fez desaparecer o índio (do passado ao presente) e perdoou as ações contra eles (do presente ao passado). A argumentação jurídica embasou e absorveu as sanções governamentais. As vozes do historiador e do jurista ecoaram em uníssono. A história expropriadora fez sumir o índio enquanto agente/sujeito no presente e lhe ensinou na escrituração (...). O historiador pôs em prática a escrita conquistadora: “Os caros desaparecidos entram no texto porque não podem mais fazer mal nem falar. Esses espectros são acolhidos na escrita sob a condição de se calarem para sempre” (CERTEAU, 2009, p. 214) (HRUBY, 2012, p. 42).

O sexto capítulo, *Primeira exploração do Ceará: missão jesuítica em Jaguaribe e na Ibiapaba. Fundação da Capitania: sua participação na expulsão dos*

franceses. Compreensão do Estado do Maranhão. Ocupação holandesa. O indígena Potí, Tristão tratou do processo de povoamento, distribuição das sesmarias (capitanias) e das dificuldades e sucessos dos donatários.

Apresenta as explorações de Pero Coelho de Souza e os abusos que praticou contra os gentios. Detalhou as missões do Pe. Francisco Pinto e enalteceu Martim Soares Moreno pela astúcia e inteligência com os indígenas, sem fazer uso da força. Francisco Pinto de Martim Soares Moreno foi associado como um dos responsáveis pelas ações “civilizadoras” do Ceará. Há notas de José Aurélio Câmara (1958) tanto para Pero Coelho quanto para Moreno. Tristão ainda tratou da invasão holandesa e do herói Poti e de Antônio Luiz Felipe Camarão, que, segundo o autor, teria colaborado ativamente para a expulsão dos holandeses do Ceará e de Pernambuco. Defendia que Camarão era cearense.

O sétimo capítulo, o penúltimo, *Primitivos capitães-mores. Principia o Ceará a ter o govêrno regular, sendo erecto em capitania subalterna. Governadores de 1700 a 1799. Assento da vila e questão relativa a êste objeto. Incursões dos indígenas e guerra contra êles. Anexação momentânea da Ibiapaba ao Piauí. Criação da comarca. Correição e distúrbio contra o ouvidor. Contendas particulares. Hospícios dos jesuítas. Novo ouvidor, resistência e prisão deste*. Trata-se de um dos capítulos mais longos do livro. Nele o autor relacionou cronologicamente a sucessão dos capitães-mores, do governo regular e da autonomia em relação ao Maranhão e à Pernambuco e da relação dos governadores. Outro assunto que mereceu destaque refere-se às contendas particulares, nas quais se envolveram muitas famílias do sertão. Essas disputas desafiavam a justiça, que não conseguia “doutrinar a vindicta particular”. O uso da força era mais que recorrente nos sertões, desafiando o governo da capitania.

O problema a ser resolvido era o não cumprimento das leis no sertão. Antes ocupado pelos índios, resistentes aos princípios da civilização impostos pelos colonos e missionários, quem se colocou como obstáculo foram os fora-da-lei.

A violência atrasava a solução dos assuntos graves e de grande alcance como a construção da civilização no sertão. Após o sumiço dos índios, o *outro* começava a ser delineado: o fora-da-lei. (HRUBY, 2012, p. 44)

No oitavo e último capítulo: *Estado material e moral da Capitania*, Tristão tenta apresentar o progresso da sociedade cearense no século XVIII esboçando um desenho social pouco animador:

Segurança individual vacilante, comércio limitadíssimo, indústria insignificante, riqueza pública e individual escassa, sertões ínvios, justiça sem valor, despotismo dos governadores exercido sem contestação, nenhuma instrução civil, e pouquíssima doutrina religiosa, eis o aspecto, que oferecia a capitania no século último. (ARARIPE, 1958, p. 173)

O livro foi concluído dessa forma, tentando dar conhecimento sobre o Ceará. Defendo, assim como Hugo Hruby e Ítala Byanca M. Silva, que a *História da Província do Ceará* não foi escrita aos cearenses, mas aos letrados da Corte, sobretudo aqueles vinculados ao IHGB.

Transparece-me não um apelo aberto à população tampouco aos letrados interessados no passado do Ceará, mas aos da Corte. O discurso se dirigia aos ouvidos do governo monárquico: aos que tinham os meios de implementar a civilização na terra esquecida pelos doutos do Sul. (HRUBY, 2012, p. 46)

Sendo assim, acredito que os parâmetros orientadores da escrita utilizados por Tristão de Alencar Araripe devem ser buscados no IHGB. Minha intenção, portanto, foi de ressaltar o que há, ou houve, de nacional na *História da Província do Ceará*. Não quero defender com isso que a intenção de Tristão foi a de escrever uma história nacional, mas apontar que estes orientaram sua narrativa e tratamento dos temas gerais abordados no livro. Reforço mais uma vez meus argumentos, utilizando o trabalho de Hugo Hruby:

O trânsito lacunar por diferentes épocas foi acompanhado da constante ligação entre o geral e o particular. Ao longo do livro, as análises situaram as ações locais no espaço e no tempo do Brasil (colônia e depois país independente), nos da Metrópole e, em alguns casos, nos das demais regiões da América. As comparações não foram feitas ao acaso, mas de forma a reforçar semelhanças e diferenças com acontecimentos ocorridos *aqui* e *lá*. A peculiaridade da mescla dos indígenas no Ceará em relação aos do Mato Grosso, Goiás e Amazonas, e a colonização tardia e não direta em relação a algumas regiões litorâneas da colônia foram exemplos dessas comparações. As legislações foram trabalhadas também nessa dinâmica, das específicas às gerais. As bandeiras no sertão foram similares às da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. As relações entre o local e o nacional, entre os do Ceará e os do Brasil, foram esboçadas de forma clara na construção narrativa. A reificação do Ceará poderia supor a homogeneização das diferentes localidades. Porém, as dinâmicas comerciais e a distribuição dos indígenas, entre outras, foram mostradas de forma

díspar. O Ceará foi apresentado em processo de formação política, administrativa e jurídica no Norte do Brasil. (HRUBY, 2012, p. 46).

Retomo agora os argumentos do próprio Tristão de Alencar Araripe sobre o papel e importância de sua obra:

Nas futuras idades se escreverá a história do Império: por ora só materiais podemos reunir; e a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais.

Nação recente, ainda falta-nos tempo para ter a verdadeira história. Somos de ontem; e os povos novos, no pensa de um insigne escritor antigo, não sabem ainda escrever a sua história.

Quando soubermos escrever, acharão os bons engenhos futuros os documentos preciosos para o artefato monumental das nossas glórias. (ARARIPE, 1958, p. 15)

Assim, a *História da Província do Ceará* (1867), colaboraria para a escrita da futura história da pátria, sendo a obra uma contribuição do autor à História Nacional.

4. A OBRA PELOS SEUS LEITORES PÓSTEROS

4.1 A Falta

Pretendo nesta sessão apresentar a História da Província do Ceará através de alguns de seus leitores e críticos. A intenção é que conheçamos a obra pelas leituras historiográficas que foram feitas dela, leituras influenciadas pelas intenções de seus leitores que falaram/leram a obra de lugares sociais distintos e fora de seu tempo histórico de produção.⁴⁴

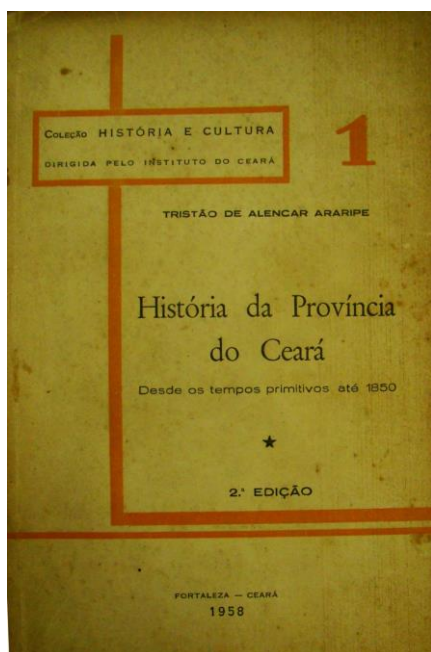


Figura 1 – 2ª ed. HPC - 1958

O primeiro leitor que pretendemos acompanhar é José Aurélio Saraiva Câmara (1921-1974), sócio do Instituto Histórico do Ceará, que na segunda edição da História da Província do Ceará, em 1958, apresenta a obra ao público cearense. O momento marca a efeméride de 50 anos da morte de Tristão de Alencar Araripe, acontecida em 1908. José Aurélio Câmara inicia a sua apresentação ressaltando o esforço pela publicação da segunda edição do livro de Tristão de Alencar Araripe. Consta logo nas primeiras páginas deste livro uma lista de nomes que contribuíram financeiramente para a reedição, que seria anotada por Tomás

Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo e o próprio José Aurélio Câmara.

Essa lista de colaboradores fazia parte do quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e marcou o esforço por reedições de obras de relevo para os estudos históricos de cearenses e sobre o Ceará. A leitura/apresentação de José Aurélio Câmara deve ser lida sob este crivo, de que ele, Câmara, fala sobre Tristão e a História da Província, representando o Instituto do Ceará.

⁴⁴ A escolha dos leitores levou em consideração dois critérios: o primeiro é de ordem prática, são autores, cujos comentários estão em livros disponíveis à compra e de fácil acesso em bibliotecas. O segundo se devem aos conteúdos de suas “leituras”, que são ilustrativas/representativas de questões importante sobre o livro de Tristão. A intenção é apresentar essas questões, bem como a obra, por via de alguns de seus leitores.

Uma das intenções de Câmara no texto é a de estabelecer uma periodização da historiografia cearense, se referindo a três fases ou etapas. A primeira seria a FASE DESCRITIVA, marcada pela descrição “nem sempre exata, dos fatos históricos, cujo conhecimento provinha de informações esparsas, documentadas ou não, existentes nas províncias” (CÂMARA, 1958. p. IX). Os historiadores dessa fase aventuraram-se por searas desconhecidas, mas há de se “considerar admirável o trabalho desses bandeirantes da nossa cronologia histórica” (CÂMARA, 1958. p. IX).

A segunda fase seria marcada pela criação do Instituto do Ceará (1887) e denominada FASE ELUCIDATIVA. Esta fase é marcada pela investigação intensa e extensa dos documentos e do confronto destes com outros encontrados em arquivos do Brasil e da Europa, o que “permite preencher lacunas, corrigir erros, anular os equívocos, em suma – estabelecer a verdade histórica” para “esclarecer e elucidar, e não apenas descrever, os fatos reais da história cearense” (CÂMARA, 1958. p. IX).

A terceira fase seria a INTERPRETATIVA, que para Câmara já estava tardando, “na qual, mais que ao historiador, caberá a palavra ao sociólogo”.

A obra de Tristão se encaixaria perfeitamente na primeira fase da historiografia cearense.

No edifício da história cearense, situa-se Araripe como o arquiteto das fundações, como operário da obra rude e esquecida, a mais penosa e a menos lembrada, sobre a qual levantariam outros o edifício com melhor ferramenta e, por isso mesmo, com mais brilho e perfeição. Não dispondo de outros recursos senão aqueles que pacientemente coligira, êle próprio, em arquivos deficientes da província, labutando às escuras numa seara ainda virgem, sua obra fatalmente se ressentiria de falhas e omissões. Desbravando o desconhecido, embrenhando-se por meandros impenetráveis, se nem sempre encontrou a verdade, nem por isso a perseguiu menos (...). (CÂMARA, 1958, p. X).

Passemos agora para um dos assuntos mais comentados na historiografia cearense sobre o livro de Tristão. Trata-se da ausência, na obra, dos fatos acontecidos na primeira metade do século XIX, onde, como vimos na sessão anterior, estiveram envolvidos diretamente alguns membros da família de Tristão de Alencar.

Há um descompasso entre a obra iniciada em 1847 e o prefácio escrito por Tristão em 1862. O prefácio anuncia uma obra direcionada para determinados aspectos políticos que envolvem a família Alencar, mas a obra em si não cumpre com o

prometido quando trata da primeira metade do século XIX – e mais do que isso, Tristão não trata dos principais agentes envolvidos, a saber, dos seus familiares.

Acompanhemos o que disse Tristão no prefácio:

Quando cursava as aulas preparatórias, tive em mãos um compêndio da História do Brasil, no qual, tratando-se da proclamação da independência nas províncias do Piauí e Maranhão, dizia-se, os “Cearenses, como horda de vândalos, haviam invadido essas duas províncias, cometendo tropelias e latrocínios” (ARARIPE, 1958, p. 15-16).

Logo em seguida diz das suas impressões:

No verdor dos anos essas expressões fizeram-me grave impressão, magoando um coração juvenil, que já sentia o amor do torrão pátrio. Desconhecedor dos fatos não podia, contudo, crer na realidade de expressões que, por semelhante forma, infamavam o nome cearense (ARARIPE, 1958, p. 16).

E do seu impulso inicial para o seu projeto.

Tomei então o propósito de oportunamente estudar os fatos ocorridos por ocasião da independência de minha província e quando ali, no exercício de um cargo de judicatura, passei os anos de 1847 a 1850 procurei revolver os documentos contemporâneos (ARARIPE, 1958, p. 16).

Mas o interesse de Tristão de Alencar Araripe com a escrita desse trabalho não era só explicar o processo de independência da província do Ceará. O que estava em jogo era a reputação da família Alencar, isso porque seu pai e seu tio foram personagens centrais no processo de independência das províncias do Piauí e do Maranhão. Também pelo envolvimento deles Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824.

(...) julguei dever tirar do silêncio as notas que escrevi relativas aos acontecimentos políticos, em que meu pai e meu tio figuraram na época da independência e da Confederação do Equador, publicando o trabalho como estava escrito, aguardando ocasião de o rever e corrigir, se os tempos permitirem (ARARIPE, 1958, p. 17).

O que mais chama a atenção nessa passagem acima é a referência que Araripe faz a um trabalho já realizado que lhe demandaria alguma correção e publicidade. O fato é que a edição de 1867, e nenhuma outra depois dela (1958 e 2002), possui os

supostos capítulos sobre os cinquenta primeiros anos do século XIX, cuja função principal seria de reaver a história da família Alencar. Essa era uma das finalidades do livro, indicado pelo próprio autor no mesmo prefácio:

(...) 1º) mostrar que os cearenses, aceitando com entusiasmo a idéia da independência nacional, são dignos de louvor pelo importante serviço de haverem concorrido com esforço, para que em mais duas províncias essa independência fosse proclamada; 2º) mostrar que os finados tenente-coronel Tristão Gonçalves e senador José Martiniano de Alencar foram sempre guiados por intenções retas e acrisolado amor de seu país em todos os atos públicos em que tomaram parte (ARARIPE, 1958, p. 17).

Não é difícil perceber ao longo da leitura da História da Província do Ceará a falta de importantes fatos ocorridos na primeira metade do século XIX, principalmente por saber que seria esse o período mais precioso para o autor, pois foram nos eventos dessa época que sua família teve maior destaque. A “História” de Tristão, que pretendia ir “desde os tempos primitivos até 1850”, vacila quando trata dos últimos 50 anos (1800-1850). Essa “falta” foi diagnosticada e comentada por muitos intelectuais, como Barão de Studart e o próprio Capistrano de Abreu (Câmara, 1958, p. VIII). José Aurélio Câmara também se interrogou sobre essa “falta” na obra de Tristão. Refuta algumas possibilidades, relacionadas ao tempo e competência do autor, mas não chega a uma compreensão efetiva sobre a questão.

Interessada por esse assunto, a historiadora Ítala Byanca Moraes da Silva escreveu o trabalho *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará* (2006). A abordagem da autora foi a de tentar perceber essa questão como uma escolha, não como uma falha. Para isso, o percurso traçado por ela passou principalmente pela percepção da trajetória de Tristão, sua vida e o seu lugar social. Uma estratégia acertada, pela possibilidade da visualização do lugar social que o autor estava inserido. Na conclusão de seu trabalho, Ítala Byanca aponta que:

Tristão de Alencar Araripe antes de ser um historiador era um político e um funcionário público ligado diretamente ao governo imperial. Qualquer tipo de colocação indevida sobre a Confederação do Equador ou qualquer movimento que incitasse a fragmentação do império poderia resultar na sua expulsão ou exílio desse “campo do poder”. Assim Araripe não escreveu a história do Ceará mostrando a importância da sua família, escreveu uma história atrelada aos cânones do IHGB, com temática indígena e mostrando os caminhos do povoamento e colonização do Ceará (SILVA, 2006, p. 80-81).

Aqui, a questão tão comentada sobre a produção da História da Província do Ceará ganha outro patamar de compreensão. Restando aos leitores dessa obra, e aos atentos a essa discussão, especular sobre a existência ou não de textos escritos por Tristão sobre a participação da família Alencar nos eventos de 1817 e 1824.

Em trabalho recente,⁴⁵ Hugo Hruby oferece mais questões sobre a inexistência desses textos. Em sua tese, ele afirma que Tristão escreveu sobre o assunto, ainda em 1862, e que o texto teria sido publicado no Diário de Pernambuco.⁴⁶ Sendo assim, para Hruby, a tão comentada 2ª parte da História da Província do Ceará já teria sido escrita e publicada.

Mas o que tem que ser destacado aqui é que ao escolher não tratar dos acontecimentos dos primeiros 50 anos do século XIX, Tristão se afastou das suas intenções iniciais de reaver e revisar a história da família Alencar. Ao fazer isso, a História da Província do Ceará teve contornos diferenciados, atendendo a outros propósitos, sobretudo aqueles que atendem aos objetivos do Estado e do IHGB. Ao analisar a obra de Tristão, a escrita de si, que seria aquela voltada para tratar das dimensões pessoais do autor, não está presente. No entanto, ao se afastar das pretensões iniciais, Tristão não deixa de defender suas ideias para a construção e organização do Estado, e de sua província.

A História da Província do Ceará, publicada em Recife, Pernambuco, não foi escrita diretamente aos “cearenses”, ela foi endereçada a outro público, por isso tem que ser analisada sob a ótica do lugar para onde foi endereçada, pois foi escrita para leitores específicos. A imediata vinculação de Tristão ao IHGB não pode ser interpretada como tendo acontecido por acaso. Apenas três anos depois da publicação da História da Província do Ceará, em 1870, esta servira para que Tristão fosse admitido como sócio do IHGB.

⁴⁵ A tese foi intitulada “O Século XIX e a Escrita da História do Brasil: Diálogos na Obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)”, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, em março de 2012.

⁴⁶ Em pesquisa na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, pude confirmar a informação de Hugo Hruby. Infelizmente, pelo péssimo estado com que se encontram os microfilmes do jornal Diário de Pernambuco, não pude realizar um trabalho analítico mais profundo.

4.2 A Contradição

A segunda leitura que acompanharemos é a de Francisco José Pinheiro, professor de história da Universidade Federal do Ceará e também candidato político filiado ao Partido dos Trabalhadores (recentemente foi vice-governador e secretário de cultura). Ele foi responsável pela apresentação da 3ª edição da História da Província do Ceará, em 2002, pelas Edições Demócrito Rocha. O lugar de fala/leitura de Pinheiro é por vezes a de um professor/historiador, especialista em história colonial, mas também de um leitor preocupado com as interpretações de uma obra do século XIX pelo público cearense dos anos 2000.

Nessa apresentação, Pinheiro percorre um trajeto semelhante ao que foi apresentado na primeira sessão deste capítulo, ressaltando a importância política da família Alencar, a trajetória político profissional de Tristão de Alencar Araripe, e contextualizando o autor e a obra.

Pinheiro destaca, como temática de maior relevância na produção de Tristão, a questão indígena. De fato, Araripe faz intensas discussões sobre os povos indígenas no território do Ceará, sendo reconhecido por muitos como uma de suas principais contribuições com o livro. Essa temática era ponto certo nas análises de Tristão, um iluminista que ansiava pelo progresso, e também de Pinheiro, um especialista em história colonial cearense. Para embasar suas argumentações, Francisco Pinheiro usa alguns documentos produzidos por Araripe, sempre com a intenção de ver o posicionamento de Tristão sobre os “indígenas”.

Ao longo da sua introdução, Pinheiro chama atenção para o “preconceito” presente na obra de Tristão. Podemos compreender a ênfase em tal análise como uma preocupação do autor em relação às questões contemporâneas e, consequentemente, como uma advertência aos próximos leitores da História da Província do Ceará. Mas, apesar de achar compreensível (pela preocupação com as questões contemporâneas), não podemos deixar de criticar tal posicionamento. Termos como este usado pelo autor podem ser muito prejudiciais ao trabalho historiográfico, tornando-o, muitas vezes, anacrônico. Para analisar melhor tal questão, destaco uma passagem da referida introdução:

Embora Araripe possuísse uma visão preconceituosa em relação aos índios, há em seu livro passagens em que se observam claras contradições. Quando por exemplo discute a ineficácia da legislação indigenista, ele abandona a posição formal a que nos referimos acima e pisa o chão da história ao afirmar:

“Não tinham eficácia as disposições legislativas em patrocínio dos indígenas: o interesse privado dos colonos prevalecia contra o direito e contra a lei. Assim a escravidão, e opressão dos indígenas produziram os seus funestos resultados: ora cativos, ora oprimidos pelo trabalho em alheio proveito, e baldos de ambição por bens geradores da comodidade social, eles fugiam dos aldeamentos e do contato dos colonos europeus, desprezando os benefícios da fé cristã” (PINHEIRO, 2002, p. 19-20).

O perigo do anacronismo se confirma nessa passagem pelo estabelecimento de um “bloqueio de análise”, produzido pela consideração de que Tristão tem uma visão preconceituosa dos povos indígenas. Assim, parece contraditória qualquer ponderação que pareça em defesa aos índios. Não entender das ideias balizadoras de um determinado momento histórico leva ao cometimento de muitas falhas. Temos de compreender as ideias e os ideais de Tristão de Alencar Araripe para fazermos afirmações sobre este autor.

Tristão era um iluminista, um defensor do progresso e da civilização.⁴⁷ A civilidade era a sua maior defesa. Assim, para ele, nem os colonos nem os indígenas seriam dignos de compaixão se lhes faltasse o compromisso com a “civilidade”. Primeiro aqueles colonos que, ansiosos pelos bens materiais, se afastavam do ideal civilizado, passando por cima das estruturas existentes e fazendo suas próprias leis,⁴⁸ usando da violência para chegar aos seus objetivos; da mesma forma, aqueles indígenas, que, dispensando a catequese e o trabalho nas vilas, se afastavam da civilidade.

Não seria pela violência que chegaríamos ao progresso e à civilização, mas sim pela inteligência, afirmou Tristão. E aponta: “A fraqueza do indígena cedeu ao valor e à inteligência dos forasteiros, que das plagas ocidentais da Europa vieram fundar um grande estado no vasto solo brasileiro” (ARARIPE, 1958, p.15).

⁴⁷ Mais adiante algumas passagens poderão servir de referência para essa afirmação. Além de iluminista, Tristão estava próximo ao positivismo, sobretudo na defesa da ordem, da lei, do Estado.

⁴⁸ Lembremos que Tristão era Bacharel em Direito e homem da política, assim se torna coerente a defesa das leis, sobretudo, constitucionais sobre a vontade/interesses privados.

Fica claro ao longo da obra que Tristão não é defensor da violência física cometida pelo colono,⁴⁹ um dos motivos, inclusive, que o levou a considerar Martim Soares Moreno o verdadeiro “fundador” do Ceará, a despeito de Pero Coelho de Sousa, que usou do confronto violento em suas investidas. Para Tristão, Soares Moreno foi o que mais se aproximou do ideal civilizado, tentando convencer os indígenas através do diálogo.

A “contradição” percebida por Pinheiro não está presente ao longo da análise dos textos de Tristão. Talvez se o texto fosse tomado como única referência, poderíamos tentar interpretar suas intenções aos olhos de hoje.⁵⁰ O maior perigo numa análise histórica talvez seja tomar o texto como indicativo direto para todas as afirmações. Perceber o “lugar social”, como nos alerta Certeau, contribui para uma análise mais profunda e cuidadosa de uma obra e das intenções dos autores. Esse cuidado na análise também é um recurso hermenêutico, mas sempre deve ser munido de alguma erudição, relativizando a leitura e interpretação que são marcados pelo tempo. Tentar conhecer as aspirações de pensadores como Tristão de Alencar Araripe não é fácil, temos de nos esforçar para compreender as suas ideias e os seus ideais para a sociedade brasileira. Também devemos conhecer minimamente o seu lugar social.

Contudo, é preciso fazer uma crítica sistemática ao posicionamento de Tristão para com as populações indígenas. Ao defender a civilização e o progresso do Brasil, o autor deixa de lado qualquer contribuição que os povos indígenas poderiam oferecer à pretensa nação brasileira.⁵¹ O discurso sobre o progresso feito por Tristão estabelece marcos mais ou menos definidos sobre o passado, o presente e o futuro do Brasil. Os indígenas, por exemplo, são pertencentes ao passado. Ao longo da História da Província do Ceará, o lugar de “existência” / “pertencimento” das populações autóctones é o passado. Esse lugar ocupado pelos povos indígenas demarca também o perfil da sociedade brasileira projetada por Tristão no seu livro, estabelecendo limites e atuações das populações que integravam o Brasil à época.

⁴⁹ A menção aqui é da violência física. Embora não defendesse diretamente esse tipo de violência, temos que assumir que o processo civilizatório faz uso de outros tipos de violência.

⁵⁰ A intenção de Tristão não era a de defender os colonos simplesmente porque eles representariam os desbravadores. A intenção de Tristão era verdadeiramente a de defender a civilidade, tanto para colonos quanto para os povos indígenas.

⁵¹ As posições mais acaloradas em “defesa” dos povos indígenas eram feitas no sentido de perceberem como estes poderiam ser inseridos no projeto de uma sociedade moderna. Havia também a valorização do índio como participante da constituição do “brasileiro”, que seria a junção entre índios e portugueses. Destaco dois literatos que exploraram essa relação, José de Alencar e Gonçalves de Magalhães.

Algumas citações do prefácio da *História da Província do Ceará* são valiosas para a compreensão dos apontamentos de Tristão sobre a importância da história para a modernidade. Esta serviria principalmente como censora dos avanços e progressos da civilização. Afinal,

A posteridade quererá conhecer como incultas selvas transformaram-se em cidades; como ínvios sertões abriram-se a cômodas estradas; como paludosas charnecas cobriram-se de profícuas culturas, e como em nossos mares e soberbos rios domina a espantosa força do vapor, substituindo uma população numerosa e rica a hordas minguidas e miseráveis. (ARARIPE, 1958, p. 14).⁵²

A História figuraria como a memória do progresso, das transformações que levaram uma sociedade a sua formação moderna. No final das contas, trata-se do reconhecimento dessas transformações e de sua valorização pelos cidadãos, principal alvo desse discurso do progresso. Afinal a nação moderna no Brasil precisava de uma sociedade constituída de cidadãos dedicados à sua melhoria. Eis que para construir uma sociedade do futuro, faz-se necessário o conhecimento do percurso e dos percalços do processo.

O parágrafo seguinte à citação anterior, Tristão diz das motivações dessa sociedade em formação no Brasil:

Ela desejará saber como a nobre raça caucasiana suplantou, e aniquilou a raça autóctone, arrebatando-lhe o domínio livre dos bosques, e plantando a civilização, que doma as feras, e ameniza as brenhas. (ARARIPE, 1958, p. 14)

Não fosse a palavra “civilização”, poderíamos discutir os propósitos dessa afirmativa. Discutiríamos, talvez, sobre o tom elogioso à raça caucasiana, mas poderíamos duvidar se a citação seria um elogio ou constatação do processo histórico característico da colonização/civilização dos territórios.

Está exposto nessa citação não só a violência do “progresso civilizador” como também da posição de Tristão para com a constituição do Império do Brasil. As palavras “suplantou” e “aniquilou” são demonstrativas também desse lugar no passado

⁵² A passagem “substituindo uma população numerosa e rica a hordas minguidas e miseráveis” revela o aspecto de violência que caracterizou a “civilização” do Brasil.

que essas populações autóctones deveriam ocupar na *História da Província do Ceará* e na História do Império do Brasil.

4.3 O Insucesso

O terceiro leitor em destaque é Francisco Régis Lopes Ramos, também professor da Universidade Federal do Ceará - UFC, conhecedor da historiografia cearense e pesquisador, dentre tantos outros temas, da História e Literatura produzida “no” e “sobre” o Ceará. O texto de referência intitula-se *Passado Sedutor: a História do Ceará entre o fato e a fábula*. Ele fez parte de uma coletânea de textos organizados no livro *Em Tempo: história, memória e educação*, pelos também professores da UFC, Kênia Sousa Rios e João Ernani Furtado Filho, em 2008. O lugar de fala/leitura de Régis Lopes é também o da universidade e o seu exercício de análise vai de encontro aos critérios de classificação e periodização da historiografia cearense e da própria história, enquanto área do conhecimento, sempre ansiosa pelo monopólio da escrita do passado.

No *Passado Sedutor*, Régis Lopes faz uma comparação entre dois projetos de escrita sobre o passado cearense, um de Tristão de Alencar Araripe e outro do seu primo,⁵³ o escritor e político José de Alencar. As obras comparadas são: *História da Província do Ceará* (1867) e o romance *Iracema* (1865).

Para de Régis Lopes, apesar de estarem em espaços científicos distintos, um na História e outro na Literatura, os projetos são bem semelhantes. Para ele, tanto o trabalho de José de Alencar, como o de Tristão, têm pretensão de uma escrita da história do Ceará. Ambos têm como marca a narrativa, embora com estilos diferenciados: Tristão pelo rigor da narrativa historiográfica, em busca da verdade histórica; e Alencar, por meio de um romance ficcional, mas com marcas documentais aparentes.

Através da leitura do texto de Régis Lopes somos levados a nos interrogar sobre qual dos projetos se saiu vitorioso, já que os dois partem da mesma pretensão: dar ao Ceará uma história, um passado através da escrita. Apesar de não ser uma defesa

⁵³ José de Alencar foi filho do senador Martiniano de Alencar, irmão de Tristão Gonçalves pai de Tristão de Alencar Araripe. Tristão (filho) e José de Alencar, eram, portanto, primos de 1º grau.

direta de Régis, podemos perceber que ao longo de seu texto a obra de José de Alencar é elevada a um patamar diferenciado.

No século XIX, quantos cearenses leram *Iracema*? Poucos, mas, com certeza, muito menor foi o número de leitores da *História da Província do Ceará*.

(...)

(...) o romance já teve, até hoje, mais de 120 edições, enquanto a história recebeu apenas 03 (RAMOS, 2008, p. 293).

Apesar de ressaltar a influência da *História da Província do Ceará* na escrita de materiais didáticos de história do Ceará, Régis também questiona essa influência percebendo a “fundação de uma tradição”, isso porque os livros que se seguem ao de Tristão levaram a sua marca, o seu modelo. É o caso de dois resumos pedagógicos, cita Régis, um de Cruz Filho em 1931 e outro por Raimundo Girão, em 1953. “Isso sem falar no rol de cópias e aparentes rupturas (explícitas ou camufladas) que até hoje repercute” (RAMOS, 2008, p. 293-294). Embora contestado e revisado, a obra de Tristão está sempre presente nessas produções.⁵⁴

O que questiono nas intenções de Régis Lopes são os prejuízos que essa comparação pode nos levar. O interesse aqui é analisar os projetos separadamente, para não vincularmos as produções uma à outra. Apesar das proximidades entre as duas obras, elas não “competiram”. Elas foram produzidas em “lugares sociais” e institucionais diferenciados. Alencar não pretendia atender aos critérios historiográficos e literários do IHGB, por exemplo. Já Tristão, não escrevera romances. Podemos, inclusive, diferencia-los pelo público leitor, que em Alencar foi um e em Tristão foi outro, embora haja alguma interseção.⁵⁵

A obra de Tristão está inteiramente vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),⁵⁶ instituição de muito prestígio entre os intelectuais e que instigava vários adeptos. Ser membro do IHGB representava ser um intelectual

⁵⁴ A pretensão inicial da pesquisa proposta ao PPGH-UFPB foi de perceber a influência da História da província do Ceará nos livros e manuais didático de história do século XX, no entanto, a pesquisa mudou de foco pra perceber quais as influências que Tristão sofreu ainda no século XIX.

⁵⁵ Sabemos que os romances tinham circulação pública diferenciada dos trabalhos eminentemente históricos no século XIX, que se pretendiam científicos. Os textos que constituíram o livro de Tristão foram primeiro publicados no jornal Diário de Pernambuco, como vimos, mas o livro ganhou contornos diferentes para atender as expectativas do IHGB.

⁵⁶ Essa defesa percorre todas as partes desse trabalho e toma como referência os trabalhos de Ítala Byanca e Hugo Hruby, já citados.

publicamente reconhecido, principalmente no século XIX no Brasil. Tristão queria ser reconhecido entre os seus pares e os seus leitores diretos são membros do IHGB ou interessados na produção que circulava no Instituto.

Talvez o público de leitores de Tristão seja mais reduzido que o de Alencar, como afirma Régis Lopes (2008), mas podemos deduzir que Tristão não pretendia ter em princípio um público mais amplo (englobando as mulheres e crianças), como pode ter sido o caso de Alencar, com as suas novelas e folhetins. (ROMERO, 1988) (CANDIDO, 1975)

Apesar da preferência pública pelo estilo de Alencar, não podemos deixar de considerar os sucessos de Tristão.

Cada projeto foi vitorioso dentro de suas pretensões. Tristão queria a sua inserção como sócio no IHGB, e o conseguiu em 1870 com a obra *História da Província do Ceará*. Alencar tinha a pretensão de uma nacionalidade através da língua, e o seu interesse era por um número de leitores/as maior do que os vinculados ao IHGB, conseguindo, ao longo do tempo, ser reconhecido como um clássico da literatura brasileira, com vasta produção que associou literatura (romance) e história.⁵⁷

Analisando os projetos separadamente vemos a que eles se pretendiam e podemos perceber os seus sucessos. Temos, portanto, que analisar o lugar social onde estavam inseridas essas produções e as pretensões reais de cada autor. Um cuidado maior com as comparações pode evitar riscos às análises. Assim, me parece falha a comparação de obras distantes nos seus lugares sociais, apenas por apresentarem interesses ou temáticas semelhantes. Aliás, podemos até nos interrogar sobre os reais interesses dos autores, já que as nossas leituras e compreensões podem dar significados às obras diferentes daqueles pretendidos pelos autores nos seus momentos de publicação.

⁵⁷ Para citar apenas alguns: *Iracema* (1865), *Minas de Prata* (1º vol, 1865; 2º, 1866), *O Gaúcho* (1870), *O Sertanejo* (1875), etc.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos científicos das áreas de humanas têm uma característica comum para todas as ciências, aceita e seguida – ou questionada – por muitos cientistas: suas descobertas são provisórias, porque marcadas pelo crivo do tempo e pela noção de que outras pesquisas virão, e farão uso das que precederam. Ao chegar ao final dos trabalhos, os/as pesquisadores/as deixam de lado as categóricas “conclusões”, necessárias noutros espaços científicos, para apresentarem “considerações finais”. Essa postura demarca a posição dos profissionais das “humanas”. Nosso conhecimento é cultural, porque diferente e crítico da “natureza”; temporal, porque inserido e limitado pelo tempo; e social, porque influenciado e influenciador de conceitos e noções sociais desenvolvidos num dado tempo e espaço. Por isso, as “considerações finais” são apenas espaços para que um resumo final seja apresentado aos leitores, a fim de lhes apresentar uma percepção tão geral quando resumida, mas que se pretenda usar das argumentações exploradas ao longo dos capítulos para as suas defesas “finais”.

As “considerações finais” precisam resumir tudo o que foi apresentado ao longo dos capítulos, numa tentativa de aproximar de forma mais direta os objetivos anunciados na introdução e os argumentos e fundamentos desenvolvidos ao longo dos capítulos. O objetivo é de apresentar uma leitura geral e, ao mesmo tempo, minuciosa de tudo que foi feito.

Outrossim, este espaço também se propõe a enxergar os limites e limitações encontrados em cada capítulo, compreendendo que o valor da crítica sincera aos trabalhos historiográficos. Associada a essa leitura está a postura de anunciar algumas possibilidades de desenvolvimento da pesquisa de um modo geral, ou mesmo de partes específicas, dando aos leitores, especialistas ou não, uma visão de que a pesquisa poderá ser ampliada, complementada ou revisada.

São essas noções que me guiam neste momento, e tentarei, de forma breve, seguir estes passos.

Começemos pelo título, *Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará* – Contribuição à História Nacional. O que confere novidade ao trabalho é justamente o complemento do título principal, ou seja, “Contribuição à História Nacional”. Como foi apresentado anteriormente, a historiadora Ítala Byanca M. Silva é autora do livro *Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará* (2006).

Portanto, foi a partir de seus apontamentos e das contribuições do historiador Hugo Hruby (2012) que este trabalho foi desenvolvido. Ele é, ao mesmo tempo, uma leitura destes outros trabalhos, como também um complemento, por fazer uso de suas indicações e pontos de vista.

A defesa de que a *História da Província do Ceará* contribuiu para a História Nacional deve ser entendida sob alguns critérios. Primeiro que Tristão era um nacionalista, um defensor da unidade do império e da constituição deste como uma Nação. Sendo assim, defendeu o amor pátrio ao longo de sua carreira profissional, tanto no serviço burocrático, político e administrativo do Estado, quando na sua atuação intelectual na área jurídica e histórica. A partir desta compreensão do amor à pátria, podemos inferir que Tristão organizou uma obra para que servisse à Nação. Sua obra seria uma oferta à Pátria, uma maneira de contribuir para a sua constituição.

O primeiro ponto que podemos ressaltar para defender esta percepção é que Tristão guardava um sentimento de pertencimento à pátria provincial. Seu amor à Província do Ceará foi uma de suas motivações para escrever a *História*. O segundo ponto diz respeito a percepção política e histórica de Tristão de que as províncias eram importantes para a Pátria, que é complementar ao “amor provincial” de Tristão, mas também estratégico pra a manutenção da unidade nacional. O terceiro ponto é que Tristão ofereceu uma história provincial sob os parâmetros das histórias nacionais em discussão no ambiente intelectual do IHGB. Tristão escreveu a *História da Província do Ceará* (1867) em consonância com os anseios do IHGB. Atendeu aos planos de Januário da Cunha Barbosa e Von Martius, e, sobretudo, próximo ao que defendeu Raimundo José da Cunha Mattos, quando indicou que ainda não se poderia escrever sobre a história do Império.

O subtítulo guarda ainda uma peculiaridade, além de se referir a “Contribuição” feita por Tristão à História Nacional, pode ser entendido como uma maneira de perceber como se deram as discussões e projetos para a realização da escrita da História Nacional do Brasil no século XIX. Nesse sentido, este trabalho seria um convite e apresentação, uma “Contribuição”, aos leitores/as interessados/as em saber um pouco mais sobre o ambiente intelectual do IHGB e algumas de suas tensões, referentes a maneira de como deveria ser escrita a História Nacional; também sobre a emergência de um membro da família Alencar que, saído da província do Ceará, percorreu o território nacional, acumulando cargos no executivo, legislativo e no judiciário, e pensando o lugar de importância das províncias, como também do Império.

O objetivo principal deste trabalho foi o de entender e buscar o lugar social em que estava inserido Tristão de Alencar Araripe, e deste modo tentar compreender as suas vinculações políticas e historiográficas. Só a partir da visualização dos seus vínculos familiares, depois profissionais e políticos, poderíamos entender das suas intensões em se aproximar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Só a partir destas vinculações familiares e institucionais com o Estado é que poderíamos entender como se deu o arranjo do livro *História da Província do Ceará*. O segundo capítulo foi uma tentativa de visualizar o lugar social de Tristão: primeiro, apresentando os seus vínculos familiares, depois intelectuais e profissionais; segundo, pelo entendimento do IHGB como um órgão do Estado Nacional em formação/desenvolvimento; e terceiro, pelo vínculo de Tristão com o IHGB e os projetos de alguns de seus sócios sobre a maneira de como deveria ser escrita a história nacional.

O terceiro capítulo foi o momento para se ler e analisar o livro *História da Província do Ceará*. A escolha neste momento foi a de fazer uma leitura capítulo a capítulo e tentar a cada momento perceber as principais ideias desenvolvidas e defendidas por Tristão e tentar entendê-las a partir do contexto de discussões políticas e historiográficas do Império, sobretudo aquelas ligadas à construção do nacionalismo enquanto ferramenta política para o fortalecimento do Estado e das intenções do IHGB em desenvolver pesquisas sobre a História do Brasil. Recorri às citações longas novamente numa tentativa de dar aos leitores uma impressão mais aproximada dos documentos explorados na análise. A escolha – ou limitação – tomada no terceiro capítulo foi a de elencar como principal interlocutor para pensar cada capítulo do livro o historiador Hugo Hruby (2012). Esse autor fez uma leitura da obra de Tristão que tomamos como inspiração para a dissertação, ou seja, pensou capítulo a capítulo e de que maneira os temas principais foram argumentados e defendidos. Dessa forma, pude me apropriar das análises de Hruby (2012) para complementar e ampliar a minha percepção sobre os capítulos, oferecendo aos leitores um resumo geral da obra marcado por grifos e comentários a partir de dois trabalhos sobre o mesmo autor.

Este capítulo poderia contemplar ainda os escritos publicados no *Jornal de Pernambuco*, em 1862, quando Tristão tratou dos momentos históricos em que sua família esteve diretamente envolvida (1817 e 1824). Entretanto, não tivemos disponibilidade de tempo para transcrever todo o material fotografado, sobretudo, pelas péssimas condições dos microfilmes encontrados e das fotografias adquiridas. Inferimos a importância da leitura de tal documentação para uma compreensão mais aprofundada

das possíveis razões que teriam levado Tristão a não tratar os fatos políticos de 1817 e 1824, sobretudo no que dizia respeito à participação de sua família.

O terceiro capítulo deste trabalho teve como proposta pensar a obra organizada, ou seja, o livro estruturado e publicado em 1867. Nesse sentido, apesar da importância dos escritos até pouco tempo “perdidos”, o terceiro capítulo mantém sua coerência e exerce a função desejada neste trabalho, qual seja, apresentar aos leitores a obra e pensá-la ao longo de seus capítulos.

O quarto capítulo se constituiu num exercício de grande valia para este trabalho, porque foi um espaço para pensar nas leituras que outros autores tiveram da obra de Tristão. O momento foi aproveitado também para tratar e aprofundar questões anunciadas nos capítulos anteriores. E, em último caso, o capítulo serve para que conheçamos Tristão sob outros pontos de vista, principalmente pelo recorte historiográfico dos leitores/comentadores de Tristão.

Por fim, compreendo que este trabalho serviu ao seu propósito, ser um exercício de cunho historiográfico que possa contribuir para a formação intelectual e profissional do seu autor. Além disso, ele é um convite para que outras pesquisas sejam desenvolvidas, complementando, ampliando, corrigindo e, em todo caso, renovando as pesquisas sobre a historiografia brasileira e cearense; o IHGB; Tristão de Alencar Araripe e a sua obra: *História da Província do Ceará*.

6. Publicações de Tristão de Alencar Araripe

ARARIPE, T. de A. *História da província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. anot. Fortaleza: Minerva, 1958.

_____. *Guerra civil no Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. ed. fac. sim. Porto Alegre: CORAG, 1986.

_____. Notícia sobre a maioridade. In: _____. LELA, A. *O golpe parlamentar da maioridade*. Brasília: Senado federal, 1978. p. 135-170.

_____. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *RIC*, t. 27, p. 243-248, 1913.

_____. Retificações Históricas. *RIC*, t. 27, p. 261-267, 1913.

_____. Independência no Maranhão. *RIC*, t. 15, p. 77-83, 1901.

_____. Carta a Joaquim Pinto de Campos. In: LEITE, A. A. de S. *Fanatismo religioso, memória sobre o reino encantado na comarca de Villa Bella*. 2. ed. Juiz de Fora: Tipografia Mattoso, 1898. p. 7-14.

_____. História da Revolução em Pernambuco em 1817. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 103-291, 1897. [notas]

_____. Três cidadãos beneméritos da República. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 385-396, 1897.

_____. Notas de João Guilherme Ratcliff escritas no livro intitulado “Principes éternels de politique constitutionnelle”. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 235-281, 1897. [apresentação]

_____. Preliminares da Guerra do Paraguai. *RIHGB*, t. 59, parte 1, p. 263, 1896.

_____. Tradição sobre a palavra Brasil. *RIHGB*, t. 59, parte 1, p. 421-422, 1896.

_____. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 75-101, 1897. [notas]

_____. Indicações sobre a História Nacional. *RIHGB*, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895a.

_____. Indicações sobre a História Nacional, nota. *RIHGB*, t. 58, parte 1, p. 343, 1895b.

_____. Movimento colonial da América. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 91-115, 1894.

_____. Patriarcas da Independência nacional. *RIHGB*, t. 57, parte 1, p. 167-184, 1894.

_____. Embaixada e tratado. *RIHGB*, t. 56, parte 2, p. 123-124, 1894.

_____. Escravos fugidos do Pará para Caiena e Relações dos padres das duas localidades. *RIHGB*, t. 56, parte 1, p. 165-166, 1893. [tradução]

_____. Comentários de Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, adelantado e governador do Rio de Prata, redigidos por Pedro Fernandes. *RIHGB*, t. 56, parte 1, p. 193-344, 1893. [tradução]

_____. Pater-famílias nos tempos coloniais. *RIHGB*, t. 55, parte 2, p. 15-23, 1893.

_____. Sermão do padre José de Anchieta. *RIHGB*, t. 54, parte 2, p. 109-130, 1892. [tradução]

_____. Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás, por Hans Staden. *RIHGB*, t. 55, parte 1, p. 267-360, 1892. [tradução]

_____. Evocação aos manes de Cláudio Manuel da Costa. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 35, 1890.

_____. Episódio acadêmico, um processo de estudantes. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 267-288, 1890.

_____. Visconde de Rio Branco na Maçonaria. *RIHGB*, t. 53, parte 1, p. 304-307, 1890.

_____. Navegação dos normandos para o Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 53, parte 1, p. 309-325, 1890. [tradução e apresentação]

_____. Vida do Padre Estanislao de Campos, da Sociedade de Jesus, da Província do Brasil. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 5-109, 1889. [tradução]

_____. História de uma viagem feita à terra do Brasil por João Leri. *RIHGB*, t. 52, parte 2, p. 111-371, 1889. [tradução]

_____. Ideias de José Bonifácio sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como estado independente. *R IHGB*, t. 51, parte 2, p. 79-85, 1888. [compilação]

_____. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil. *RIHGB*, t. 50, parte 1, p. 213-294, 1887.

_____. Primeiro navio francês no Brasil. *RIHGB*, t. 49, parte 2, p. 315-360, 1886.

_____. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *RIHGB*, t. 48, parte 1, p. 235-588, 1885.

_____. Independência no Maranhão. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 159-171, 1885.

_____. Retificações históricas. *RIHGB*, t. 48, parte 2, p. 173-179, 1885.

_____. Neologia e neografia geográfica do Brasil. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, tomo 1, n. 2, p. 129-160, 1885.

_____. *Código civil brasileiro ou leis civis do Brasil dispostas por ordem de materiais em seu estado atual*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., 1885.

_____. *25 de março, o Ceará no Rio de Janeiro. Discurso histórico na grande festa da sociedade abolicionista no Rio de Janeiro*. Fortaleza: Tip. do Libertador, 1884.

_____. *Guerra civil do Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. *RIHGB*, t. 43, parte 2, p. 115-364, 1880; t. 45, parte 2, p. 35-236, 1882; t. 46, parte 2, p. 165-564, 1883; t. 47, parte 2, p. 47-238, 1884.

_____. Ataque e tomada da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711 sob o comando de Duguay Trouin. *RIHGB*, t. 47, parte 1, p. 61-85, 1884.

_____. Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico. *RIHGB*, t. 47, parte 2, p. 547-552, 1884.

_____. Esboço histórico da Constituição brasileira. *Gazeta Literária*, Rio de Janeiro, out. 1883/maio 1884.

_____. *Notícia sobre a maioria*. Rio de Janeiro: Tip. Universal de H. Laemmert & C., 1882.

_____. *Guerra civil no Rio Grande do Sul, memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1881.

_____. Notícias sobre a maioria. *RIHGB*, t. 44, parte 2, p. 167-268, 1881.

_____. *Código criminal do Império do Brasil completado com as leis penais subsequentes*. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1880.

_____. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente no dia 5 de fevereiro de 1877*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1877.

_____. *Patriarcas da Independência, conferência em 12 de março de 1876 na Escola da Glória na Corte*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1876.

_____. História pátria como cumpre escrevê-la, 162ª conferência em 7 de fevereiro. In. *Conferências populares, fevereiro, n. 2*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1876. p. 47-76.

_____. *Consolidação do Processo Criminal do Brasil*. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho, 1876.

_____. *Como cumpre escrever a história pátria, conferência em 7 de fevereiro de 1876*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1876.

_____. *Relações do Império, compilação jurídica*. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho, 1874.

_____. *Discurso proferido na instalação da relação de São Paulo no dia 3 de fevereiro de 1874 pelo seu presidente*. São Paulo: Tip. Alemã, [1874?].

_____. *Questão religiosa, o beneplácito e a desobediência, considerações pelo verdadeiro crente*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1873.

_____. *Negócios do Ceará em 1872*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1872.

_____. *O elemento servil, artigos sobre a emancipação*. Paraíba do Sul: Tip. do Paraibano, 1871.

_____. *Ligeira análise do folheto publicado na Corte sob o título O Rei e o Partido Liberal*. Recife: Tip. do Correio Pernambucano, 1869.

_____. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867.

_____. *Males presentes*. Fortaleza: [s.n.], 1864.

_____. *Eleições de 1863 em Pernambuco*. [s.l.]: Tipografia de Manoel Figueroa de Faria & Filho, 1863.

_____. História do Ceará. *Diário de Pernambuco*, Recife, nov. 1862/fev. 1863.

_____. Anúncios: vida dos homens ilustres, publicação literária. *O Cearense*, Fortaleza, n. 144, p. 4, 24 abr. 1848.

_____. Quadro sinótico da revolução da regeneração da Grécia. *O Cearense*, Fortaleza, n. 145, p. 1-2, 27 abr. 1848.

Referências

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005. 266 p.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ABREU, J. C. de. *Ensaaios e estudos, crítica e história -2ª série*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 2003.

_____. *Ensaaios e estudos: crítica e história, 4ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Ensaaios e estudos, crítica e história, 1ª série*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. p. 435-444.

_____. Apenso, necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1906b. p. 502-508.

_____. O Duque de Caxias. *RIHGB*, t. 69, parte 2, p. 73-92, 1906c.

_____. Sobre uma História do Ceará. *RIC*, t. 13, p. 22-33, 1899.

ALENCAR, José de. *Iracema, lenda do Ceará*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006a.

_____. *Ubirajara*. Porto Alegre: L&PM, 2006b.

_____. *O gaúcho*. São Paulo: Martin Claret, 2006c.

BARBOSA, J. da C. Qual seria o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nosso sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados do que os atuais. *RIHGB*, t. 2, n. 5, p. 3-18, 1840.

- _____. Discurso. *RIHGB*, t. 1, p. 10-21, 1839a.
- _____. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. *RIHGB*, t. 1, p. 141-143, 1839b.
- _____. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira? *RIHGB*, t. 1, n. 3, p. 159-172, 1839c.
- BARROSO, Oswald. Tristão de Alencar Araripe: Alma Afoita da Revolução. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 50).
- BERBEL, Márcia R. A nação como artefato: Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). 1999. São Paulo, Hucitec/FAPESP.
- BASILE, Marcello. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, Tese de Doutorado, 2004.
- _____. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1918. (BEZERRA, Fac-símile 1986).
- BOLOGNINI, Carmem Zink (org.) *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003. (Coleção Histórias de Leitura).
- BRASIL, Tomas Pompeu de S. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. 2 v.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 5.ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.2 V.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- CÂMARA, José Aurélio. Prefácio da segunda edição da História da Província do Ceará. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. 2 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958, p. VII-XII.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Portugal: Editorial Presença, 1981.
- CRUZ FILHO, José. *História do Ceará – Resumo didático*. São Paulo: Cia Melhoramentos do Brasil, 1931.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 344, 1974.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: a formação do Estado e da Nação (c.1770-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2003, pp. 431-468.

FONSECA, M. R. F. da. As 'Conferências Populares da Glória': a divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, 1996.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso* – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

FURET, F. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1967.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 3a ed. (revista), 1971.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz – a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: 1576.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. *RIHGB*, 2. ed., t. 10, p. 263-362, 1870.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 - 1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 156, n.388, PP. 459-613, 1995.

_____. Entrevista a revista história e historiografia, Ouro Preto, número 3, setembro de 2009, p. 237-258. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/issue/view/6>. Acesso em: 15 de março de 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh.

_____. *Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice (1), 1998.

_____. (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.

_____. (org.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul./set., 1995.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução por Tomaz Tadeu da SILVA, Guaracira Lopes LOURO. – 11ª. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2012-04-17T153640Z-3760/Publico/437862.pdf. Acesso em 15 set 2012.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- HOBSBAWN, Eric. *Nação e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- IHGB. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tip. de F. de Paula Brito, 1851.
- IGLÉSIAS, F. *Os historiadores do Brasil, capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 47-48.
- LIMA, José Inácio de Abreu e. *Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843. 2 v.
- MACEDO, Joaryvar. Povoamento e povoadores do Cariri cearense. Fortaleza, Sec. de Cultura e Desporto, 1985. 275 p.
- MALERBA, Jurandir. (Org.) . *A velha História: teoria, método e historiografia*. . 1. ed. Campinas: Papirus, 1996. v. 1500. 208p .
- _____. (org.). *A História Escrita: Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTIUS, K. F. P. von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.
- _____. *O direito entre os indígenas do Brasil*. São Paulo: EPB, 1938.
- _____. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, v. 219, p. 187-205, 1953.
- _____. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, t. 6, p. 389-411, 1844.
- MATOS, R. Januário da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil. *RIHGB*, t. 26, p. 121-143, 1863.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, Bruno Franco. *Alphonse de Beauchamps e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos*. Almanack Braziliense. São Paulo, n. 11, p. 131 – 138, mai. 2010
- MENEZES, E. D. B. de. Os historiadores do Ceará. In: CHAVES, G. *Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 291-313.
- _____. Os historiadores do Ceará. *RIC*, t. 115, p. 71-100, 2001.
- MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Tradução: Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OLIVEIRA, João Brígido P. de. Um capítulo da História do Ceará, ligeiras retificações. *RIC*, t. 4, p. 118-154, 1890.
- _____. Resumo Cronológico para a História do Ceará pelo Sr. Major João Brígido dos Santos, ligeira apreciação. *RIC*, t. 2, p. 25-79, 1888.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos

cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista IEB*, n.50, 2010, set./mar. p. 27-78.

Pareceres de admissão de sócios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 33, 1870, p. 403

Pareceres da Comissão de Trabalhos Históricos. Pareceres de Admissão de sócios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 33, 1870, p. 407

PINHEIRO, Francisco José. Introdução da terceira edição da História da Província do Ceará. In: Tristão de Alencar Araripe. *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. 3 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 7-21.

PINHEIRO, J. F. F. (Visconde de São Leopoldo). *Anais da Província de São Pedro. História da Colonização Alemão no Rio Grande do Sul*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *Anais da Província de São Pedro*. 2. ed. cor. aum. Paris: Tip. de Casimir, 1839a.

_____. Programa histórico. O Instituto Histórico é o representante das ideias de Ilustração: que em diferentes épocas se manifestam em nosso continente. *RIHGB*, t. 1, n. 2, p. 77-87, 1839b.

_____. *Anais da Província de S. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

_____. *Anais da Capitania de S. Pedro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

PITA, Sebastião Rocha. *História da America Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1730.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O passado sedutor: a história do Ceará entre o fato e a fábula. In: FURTADO FILHO, João Ernani; RIOS, Kênia Sousa (Org.). *Em tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

RODRIGUES, José Honório. A historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará. In: RODRIGUES, J. H; RODRIGUES, Leda B. (Orgs) *Índice anotado da revista do Instituto do Ceará* (do tomo I ao LXVIII). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 15-54.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Gernier, 1888.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Bahia, 1630.

SANTOS, João B. dos. *Ceará: homens e fatos*. Rio de Janeiro: Tip. Besnard Frères, 1919.

_____. *Publicações diversas, os precursores da Independência (jornal Mororó, da Fortaleza, maio de 1899), homens e fatos do Ceará (diversos jornais da Fortaleza)*. Fortaleza: Tip. Universal, 1899.

_____. Povoamento do Ceará. *RIHGB*, t. 88, suplemento, p. 65-71, 1888a.

_____. Carta ao Dr. P. Théberge. *RIC*, t. 2, p.109-120, 1888b.

_____. *Resumo cronológico para a história do Ceará*. Paris: Guillard, Aillaud & Cia, 1887.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ítala Byanca Moraes da. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. A História em folhetim: 'função autoral' e Historiografia de Tristão de Alencar Araripe no periódico 'O Cearense' (1846-1853). *Moanga*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 45-59, jul. 2007.

_____. A trajetória de um bacharel no Império: uma análise da produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe (1846-1870). *Anais do I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea*, UFOP, Mariana, 2006b.

SOUTHEY, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. 2 v.

STUDART, Guilherme (Barão de). Dicionário bio-bibliográfico cearense. Volume terceiro, 1915. Edição Fac-similada. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

_____. *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. *Datas e factos para a História do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 3 v.

THÉBERGE, P. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2001. 3 v.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. V. de Dominguez, 1854.

_____. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. J del Rio, 1857.

VEESER, H. Aram (org.). *The New Historicism*. Londres: Routledge, 1989.

VON MARTIUS, K. F. Philipp. *Como se deve escrever a história do Brasil?* Jornal ou Revista Trimestral do IHGB. N. 24, jun. 1845.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Primeira edição de 1978: *Tropics of discourse: essays in cultural criticism*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.)

_____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. (Primeira edição de 1973: *Metahistory: the historical imagination in nineteenthcentury Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.)

WELLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009.